

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa
Geral de Depósitos e à Gestão do Banco**

28.^a Reunião
(22 de março de 2017)

SUMÁRIO

O Presidente (Emídio Guerreiro) declarou aberta a reunião às 17 horas e 50 minutos.

Foi aprovada a suspensão dos trabalhos da Comissão de 23 de março a 4 de maio de 2017, bem como a prorrogação do seu prazo de funcionamento por mais 30 dias.

Procedeu-se à audição do Dr. Armando António Martins Vara (ex-Administrador da Caixa Geral de Depósitos) que respondeu às questões colocadas pelos Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Hugo Lopes Soares (PSD), João Paulo Correia (PS) e Moisés Ferreira (BE).

O Presidente encerrou a reunião eram 22 horas e 12 minutos.

O Sr. **Presidente**: (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Como sabem, o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos consiste na deliberação sobre a suspensão e prorrogação dos trabalhos da Comissão. O texto foi consensualizado e partilhado entre os Coordenadores, que, com certeza, o partilharam também com os Srs. Deputados.

Para efeitos de registo e antes de procedermos à votação, faria a leitura do ofício dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia da República, cujo assunto é exatamente o pedido de prorrogação e suspensão do prazo de inquérito e diz o seguinte: «A Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco, reunida a 22 de março de 2017, entendeu, por consenso, solicitar a V. Ex.^a, ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 5/93, de 1 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.ºs 126/97, de 10 de dezembro, e 15/2007, de 3 de abril, a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão por mais 30 dias e a sua suspensão a partir do dia 23 de março de 2017, retomando a 4 de maio de 2017, pela necessidade de se aguardar pelas decisões judiciais pendentes relativas aos pedidos de documentação requeridos por esta Comissão de Inquérito e ainda com vista a conceder o prazo necessário ao Deputado relator para iniciar e desenvolver diligências no âmbito do relatório, não obstante a produção de prova que ainda vier a ser requerida e produzida.»

É este o teor do texto que vou pôr à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Agradeço a colaboração dos Srs. Deputados Coordenadores para o rápido fecho deste tema.

Faltam cerca de 5 minutos para a hora marcada para o início da audição, por isso vamos suspender os trabalhos para depois podermos acolher o Dr. Armando Vara, que será o depoente.

Eram 17 horas 53 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos para dar início ao ponto dois da nossa ordem de trabalhos.

Eram 18 horas.

Como sabem, este ponto consiste na audição do Dr. Armando Vara que surge numa dupla sequência, em primeiro lugar, de uma missiva que o próprio fez chegar à Assembleia da República, manifestando vontade de vir aqui prestar declarações e, em segundo lugar, de uma solicitação potestativa do CDS.

Já tive oportunidade de recordar ao ex-Deputado Dr. Armando Vara as regras de funcionamento da Comissão de Inquérito, do ponto de vista das rondas e da forma como se processam as questões e as respostas.

O Sr. Doutor deu-me nota de que não fará intervenção inicial e, por isso, retomando a ordem natural que está prevista, cabe ao Bloco de Esquerda o «pontapé de saída».

Sr. Deputado Hugo Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes.

Sr. Presidente, creio que, segundo as regras da Comissão, e uma vez que se trata de um requerimento potestativo, deve começar o CDS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço desculpa. Foi uma distração minha. Tratando-se de um agendamento potestativo...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Acha que não, Sr. Deputado Moisés Ferreira?

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Creio que não, Sr. Presidente. Não tem sido essa a prática e acho que o requerimento potestativo não dá precedência a quem a ele recorre.

Pedia uma clarificação sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se me permitem, como sabem, não sou o Presidente desta Comissão desde o início dos trabalhos e, desde que assumi a presidência, é o primeiro agendamento potestativo que temos. Mas os serviços estão a dizer-me que foi regra na anterior presidência desta Comissão de Inquérito que fosse adotado o sistema ou a norma que é usada nas comissões parlamentares normais.

Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, evidentemente que se entendermos que é o partido que apresenta o requerimento a abrir a audição não haverá um problema, mas também tenho o entendimento que o Sr. Deputado Moisés Ferreira acaba de expressar.

O potestativo, até para impedir que o possamos utilizar como instrumento de manipulação da ordem das intervenções nas comissões,...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas estou só a verificar com os serviços o que é que aconteceu nas anteriores reuniões.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Vou-lhe explicar, Sr. Presidente: houve apenas um potestativo utilizado nesta Comissão de Inquérito, pelo CDS, que deu origem a uma audição que foi iniciada pelo CDS porque era a vez desse partido.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Este assunto foi debatido na Comissão de Inquérito e o PCP expressou esta mesma posição que está a expressar neste momento, pedindo que não fosse tornado precedente.

Explico o motivo: se, a partir de agora, um potestativo dá direito a abrir uma audição, os grupos parlamentares podem passar a utilizá-lo como forma não só de condicionar quem vamos ouvir mas também quem quer iniciar a inquirição. Julgo que isso é um mau precedente e vai, talvez já não nesta Comissão, cujos trabalhos já se encaminham para o fim, mas nas restantes comissões de inquérito, diminuir, do nosso ponto de vista, a qualidade dos trabalhos.

De qualquer das formas, se for o entendimento comum dar o direito ao CDS de abrir esta audição, o problema aqui não é partidário, é mesmo pelo precedente que pode abrir na gestão das intervenções.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é verdade o que o Sr. Deputado Miguel Tiago diz, que só houve um potestativo até ao

momento na Comissão, que foi o do CDS para ouvir o Dr. António Domingues, e o CDS foi o primeiro a falar. Acontece que na audição seguinte foi outra vez o CDS a falar exatamente porque...

Protestos do PCP.

Não, não, já confirmámos.

Foi outra vez o CDS a falar, exatamente porque o facto de ser potestativa a audição do Dr. António Domingues não retirou o CDS da ordem que estava pré-estabelecida.

Essa ordem pode ser alterada ou não, mas não deixava até de ser irónico que iniciasse esta audição um partido que votou contra ela. Seria o que acontecia se o Bloco de Esquerda a iniciasse, mas podemos fazê-lo. Não deixa de ser um pouco surreal, mas, se assim for, por nós, tudo bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Moisés, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, queria só dizer que a ordem das intervenções não se prende com ironias ou não ironias, mas, realmente, a prática é que a ordem de intervenção é rotativa. É assim que está previsto.

Creio que ao ter acontecido num agendamento potestativo do CDS-PP esse partido ter aberto o debate foi por acordo dos vários grupos parlamentares. O chamado direito potestativo não dá direito à abertura da audição e, por isso, creio que nem sequer deveremos ter estabelecido essa regra aqui.

Mas nas comissões normais também não há rotatividade na intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos tempo, durante a suspensão dos trabalhos da Comissão, para planificar isso, mas a verdade é que no agendamento potestativo que existiu quem iniciou foi, de facto, o CDS, como confirmam os serviços, sendo que na reunião seguinte se voltou à rotatividade que estava prevista antes dessa reunião.

Penso que não contribui muito para os trabalhos, neste momento, continuarmos a sustentar esta discussão. Por isso, a proposta que faria, com o risco de desagradar a uns e de agradar a outros, era que mantivéssemos aquilo que foi feito na primeira vez que houve um agendamento desse tipo e que está em linha de conta com aquilo que acontece nas outras comissões.

Uma vez que o precedente que existiu foi esse, podemos começar a audição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, evidentemente que aceitamos essa interpretação da sua parte, mas não queria deixar de registar o protesto do PCP por não nos identificarmos com este método pelo simples facto de que, a partir de agora, se está a atribuir o direito potestativo não apenas de nomear um conjunto de entidades a ouvir mas também de condicionar a ordem das intervenções. Esse direito potestativo não nos parece estar assegurado pelo regulamento de uma comissão e está a sê-lo através desta prática.

O PCP disse exatamente o mesmo na anterior decisão, portanto, não é uma posição nova, é a que temos. Quando a decisão anterior foi tomada desta forma, o PCP questionou-a da mesma maneira.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, julgo que estaríamos, se calhar, maioritariamente convencidos de que o primeiro grupo parlamentar a usar da palavra seria o Bloco de Esquerda, em função da rotatividade que impera nesta Comissão de Inquérito.

É essa a perspetiva que temos e, portanto, sem prejuízo daquilo que aconteceu por altura de uma audição a requerimento potestativo do CDS — até fiquei na dúvida se teria sido do PSD e gostaria de ficar esclarecido quanto a isso...

O Sr. **Presidente**: — Posso ler a Ata.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não valerá a pena perdermos agora mais tempo com isso, mas queria deixar registada a nossa posição de que esta audição devia começar pelo Bloco de Esquerda, que, em função da rotatividade, é o primeiro partido que tem direito a intervir nesta audição.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar este incidente e passarmos àquilo que, enfim, importa, citaria um simples parágrafo da Ata, que foi aprovada por todos nós e que já é pública, que diz o seguinte — e isto mereceu a concordância de todos: «Tratando-se de um requerimento potestativo do CDS-PP é por este grupo parlamentar que se iniciará a primeira ronda de perguntas».

É o precedente que tenho. Penso que, depois desta audição e nos próximos dias, com a Mesa e Coordenadores, podemos fazer uma adenda ao Regulamento desta Comissão no sentido de clarificar esta questão.

Isto foi o que foi dito na altura. Foi o que aconteceu. Na audição seguinte retomou-se a ordem e, coincidentemente, foi o CDS que voltou a iniciar.

Acho que podemos ficar por aqui, até porque, enfim, não aproveita muito para o debate.

Sr. Deputado Moisés Ferreira, dou-lhe a palavra, mas queria mesmo encerrar este incidente.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Muito rapidamente, Sr. Presidente, para ficar em Ata também, queria dizer que, na nossa perspetiva, deveria ser o Bloco de Esquerda a abrir a audição de hoje.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos criar condições para darmos início à audição.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, do CDS, queria saudar o Sr. Dr. Armando Vara, porque ainda não o fiz, e agradecer a forma pronta como respondeu ao nosso contacto, fazendo votos para que esta audição decorra como têm decorrido as outras, que foram sempre balizadas por princípios de satisfação das questões, da partilha que é necessária no sentido de contribuirmos para a busca e para o esclarecimento da verdade, porque é isso que move esta Comissão de Inquérito.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, para a primeira ronda de perguntas. Dispõe de 8 minutos nos moldes habituais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Armando Vara, foi eleito para a Administração da Caixa na Assembleia Geral de 4 de agosto de 2005. Pode dizer-nos quem e quando o convidou para desempenhar essas funções?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Armando Vara, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara** (ex-Administrador da Caixa Geral de Depósitos): — Sr. Presidente, se me dá licença, antes de responder, gostaria de o cumprimentar e de cumprimentar também todos os Srs. Deputados e aqueles que aqui nos acompanham e dizer que vou procurar responder, como me for possível, às questões que me colocou e às que me vão colocar.

Em relação à questão que colocou, Sr. Deputado, quem me convidou foi na altura o Sr. Ministro das Finanças, muito pouco tempo antes da posse. Não lhe sei dizer exatamente o dia, mas não foi muito tempo antes da posse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, faça favor, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Antes da posse, posso entender que é da Assembleia Geral?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Da Assembleia-Geral. Toma-se posse na Assembleia-Geral.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, em relação a essa conversa do Prof. Teixeira dos Santos, o convite foi feito em que moldes? Foi feito de acordo com algum trabalho prévio que tinha sido feito com o Dr. Santos Ferreira, que veio a liderar o banco? Foi feito de acordo com alguma orientação política? Qual foi o âmbito do convite que lhe foi feito?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Isso ele não me disse, não é?

Quer dizer, disse-me que gostava que eu integrasse, que fizesse parte das mudanças que estava a pensar propor para a Caixa Geral de Depósitos. Disse-me que, para Presidente, ia propor o Dr. Santos Ferreira. Perguntou-me se me sentiria bem a trabalhar com ele. Disse-lhe que sim. Falámos mais tarde em projetos, em ideias para a Caixa, mas esse momento foi de relativa simplicidade.

Conhecia muito bem o então Ministro das Finanças e ele também me conhecia bastante bem e há muito tempo. Tínhamos sido colegas no Governo. Creio que ele tinha uma grande confiança em mim, que era, aliás, mútua, e, portanto, não tive nenhuma dificuldade em aceitar o convite dele.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E com o Primeiro-Ministro Sócrates quando é que falou sobre esse convite para a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não sei o que é que o faz pensar que terei falado com ele. Nunca falei com ele sobre essa matéria.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Perguntei-lhe se tinha falado. Não sei o que é que o faz pensar que tenha alguma razão para perguntar isso!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — O modo como perguntou, Sr. Deputado, só isso, mais nada. Se se sentiu incomodado, desculpe, não era a intenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir, por favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não incomoda nada. Não me incomoda quem quer mas quem pode.

Sr. Doutor, quanto à distribuição de pelouros, quais é que acha que foram as razões para lhe terem sido atribuídos os pelouros que foram?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Ao que percebi da sua passagem aqui, o Dr. Santos Ferreira explicou rápida e concisamente o que é que aconteceu. Foram nomeados três novos membros da Administração e, em princípio, penso que após uma conversa que o Sr. Presidente deve ter tido com a generalidade dos outros membros, concluiu-se que o melhor era, grosso modo, os que chegavam substituírem os que saíram nalgumas das funções. Foi mais ou menos isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, mas já na altura falámos com o Dr. Santos Ferreira e os que saíram tinham vários pelouros e os que chegaram tiveram vários desses pelouros distribuídos pelos três.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por que é que uns foram para uns e outros foram para outros?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Acho que a pessoa indicada para lhe responder a essa questão era mesmo o Dr. Santos Ferreira, porque a responsabilidade da distribuição de pelouros era dele. Se não aproveitou a oportunidade...

Peço desculpa, mas não vou adiantar mais nada sobre isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, para o Sr. Doutor era completamente indiferente.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não me era indiferente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se lhe tivesse sido atribuído outro pelouro, o Sr. Doutor aceitava da mesma maneira?!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, não me era indiferente.

Quando estou nas coisas, estou mesmo, portanto, não sou indiferente. Mas uma coisa é a opinião do Presidente, as suas funções e as suas competências e era a ele que competia fazer a distribuição. Foi sempre assim que trabalhei não só nesse banco mas também no outro onde estive depois.

Ele pensou a estrutura do Conselho, fê-lo sempre muito bem, e atribuiu competências em função da pessoa que pensava ser a mais capaz para desenvolver aquela atividade, aquele pelouro.

Portanto, quando fui confrontado com isso, posso ter feito uma sugestão ou outra, mas nada de significativo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, sobre o funcionamento da Caixa e designadamente sobre a questão da concessão de crédito, quais eram as funções que tinha? Estava ou não estava presente nas reuniões do Conselho de Crédito, do Conselho Alargado de Crédito?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Tinha a responsabilidade de coordenação de várias direcções da Caixa que tinham como competência propor decisões de crédito ao Conselho, designadamente empresas, sul, e várias direcções de particulares. Portanto, participava nas reuniões de Conselho de Crédito normal e alargado e coordenava as actividades dessas direcções.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, os créditos que eram concedidos nesse âmbito passavam sempre por si?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não direi que passassem sempre por mim; havia créditos que iam diretamente para o Conselho de Crédito... E propostas de crédito também.

Passavam sempre era por todas as instâncias da Caixa que tinham de se pronunciar. A Direção de Risco, a Direção Jurídica, a direção territorial competente, essas eram indispensáveis sempre, e claro que, em certas circunstâncias, havia reuniões entre a administração ou o administrador responsável e cada um dos diretores ou diretores de cada uma das respetivas direções.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E em que fase do processo é que o Sr. Doutor intervinha? Era sempre depois de todas essas direções terem intervindo no processo ou poderia ser numa fase anterior?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Depende do tipo de intervenção.

Muitas vezes havia empresas ou pessoas que dirigiam cartas à Administração, acompanhando até *dossiers* de pedidos de crédito, que eram imediatamente remetidos para a direção competente, sendo que, apesar de tudo, os pedidos de crédito eram, normalmente, apresentados na região, agência ou direção onde o titular do pedido de crédito tivesse conta na Caixa, mas não era raro haver pessoas que, não tendo conta na Caixa, que não tendo um interlocutor na Caixa, escreviam à Administração pedindo qualquer coisa, uma audiência, uma orientação, e tudo isso seguia imediatamente para

a direção que tutelasse essa área sem qualquer parecer, apenas com um «remeta-se à direção tal para os termos que entender».

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas por que é que acha que essas pessoas se dirigiam diretamente à Administração? Não sabiam que o processo, por exemplo, de concessão de crédito tinha de passar por uma série de... Por que é que acha que esse tipo de empresas achavam que se escrevia diretamente a uma administração?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Olhe, isso aconteceu-me não apenas na Caixa mas também no Governo. Ao Secretário de Estado ou ao Ministro chegam coisas que têm a ver com os serviços e que eles remetem para os serviços competentes... Eu nunca atribui nada de especial a isso e sempre achei que era meu dever enviar tudo o que me aparecia para a direção competente, e, aliás, o mesmo fiz nos cargos que desempenhei no Governo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a esse nível como é que era feita a articulação com o Governo, designadamente com decisões de políticas públicas que estavam ligadas a esses projetos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, ao que sei, todas as articulações que havia a fazer com o Governo foram feitas através do Presidente da Caixa e, tanto quanto sei, eram feitas também com o Ministério das Finanças, que era a entidade que, em nome do Estado, tutelava a Caixa.

Imagino que haveria algum tipo de reuniões regulares, o que é normal, mas sempre que havia alguma decisão concreta – e só me lembro de decisões que tenham a ver com a nomeação ou a designação de pessoas na Caixa, que são as decisões unânimes por escrito. Como sabe, numa sociedade anónima, quando apenas há um acionista, ele pode tomar decisões unânimes por escrito, que é o que acontece quando se elege os órgãos competentes.

Não tenho ideia de que tenha havido alguma instrução que não seja essa, alguma decisão por escrito que não seja a de eleger os respetivos órgãos. Quanto ao resto, nunca tive a meu cargo as relações com o Governo, que foram sempre a cargo do Dr. Santos Ferreira e, na sua ausência, a cargo do respetivo vice-presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nunca discutiu nenhum processo da Caixa Geral de Depósitos com membros do Governo para além do Ministro das Finanças?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Nunca, Sr. Deputado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E com outras entidades públicas que...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, desculpe, Sr. Deputado. Além do Ministro das Finanças? Eu nunca discuti com o Ministro das Finanças! Eu nunca discuti com nenhum membro do Governo! Eu agora estava a ser...

O que eu disse foi que algumas discussões que, eventualmente, houvesse entre alguém da Caixa e do Governo eram sempre através do Presidente da Caixa ou, na sua ausência, através do vice-presidente.

Agora, eu nunca tive nenhum tipo de discussão, nem com o Ministro das Finanças, sobre nenhum *dossier* da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E em algum dia o Sr. Presidente do Conselho de Administração lhe transmitiu que tinha havido indicação ou articulação com o Governo relativamente a algum projeto em que a Caixa participasse?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, não tenho ideia. Com franqueza, não tenho ideia! Às vezes, falávamos que tinha havido um almoço, uma coisa informal, o que eu achava sempre normal... Nem me parecia que fosse razoável de outra forma, que o Presidente de Administração de uma instituição como a Caixa Geral de Depósitos não tivesse nenhum tipo de relação com o seu acionista. Isso é normal numa empresa do Estado como é normal em qualquer empresa privada.

Portanto, faz parte até das competências do presidente ouvir os *stakeholders*, em geral, e, portanto, o mesmo faria o Presidente em relação

ao seu principal e único acionista, mas não tenho ideia de o Presidente transmitir, alguma vez, ao Conselho ter recebido uma orientação direta do Ministro das Finanças ou de outro membro do Governo sobre o que quer que fosse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, como é que essa visão e essa realidade se compatibiliza com declarações que lhe são atribuídas no sentido de que, numa altura em que já não era administrador da Caixa Geral de Depósitos, o Governo pressionasse a Caixa Geral de Depósitos para financiar um projeto em concreto? Se isso não era assim quando o Sr. Doutor lá estava, por que é que passaria a ser assim quando o Sr. Doutor saiu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Imagino que se refere a uma suposta conversa entre mim e o Dr. Laurentino Dias. É isso?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se quiser falar sobre isso pode fazê-lo.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sobre isso eu diria o seguinte: o que vi para aí e, acho, até já trazido aqui por V. Ex.^a, se não me falha a memória, foi um resumo de uma suposta conversa telefónica...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não fui eu. Posso assegurar-lhe!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Peço desculpa. Foi o resumo de uma suposta conversa telefónica...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não fui eu!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Então, peço desculpa. Já da outra vez me aconteceu o mesmo com alguém, mas, enfim,...

O Sr. **Presidente**: — Foi o Bloco de Esquerda.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Ah, foi o Bloco de Esquerda!

Aquilo não é uma conversa, é um suposto resumo de uma conversa em que eu não me revejo. Nunca me foi presente, nunca ouvi, não me revejo nela; não me revejo, sequer, naquele tratamento, que é suposto eu ter feito a alguém, de «chefe»... Não me revejo naquilo!

De qualquer das formas, gostava de pedir ao Sr. Presidente algum conselho nesta matéria, porque, ao que eu vi, aquilo faz parte de um processo que está em segredo de justiça. Devo eu adiantar mais alguma coisa sobre a matéria, Sr. Presidente? Eu?!... Acho que todos compreendem o que eu quero dizer, não é? Eu acho que já disse o suficiente: não me revejo naquilo, é um resumo que, em outras situações, já vi mal resumido.

De qualquer das formas, eu já não estava na Caixa e estava a falar com um membro do Governo; não era com uma pessoa qualquer que estava a fazer pressão sobre a Caixa. Eu estava a falar com um membro do Governo com quem tinha uma relação estimável e com quem falei à-vontade. Não me revejo naquilo, repito! E não quero ir mais longe em relação àquilo... Desculpem que trate isto assim, porque eu acho que há aqui algumas

limitações e eu não quero, depois, vir a ter problemas com isso. Já tenho que cheguem!

O Sr. **Presidente**: — Penso que o Sr. Doutor Armando Vara foi bastante claro nesta resposta. Podemos prosseguir com as limitações que todos, com certeza, reconhecemos uns aos outros, incluindo as limitações processuais que possam existir ou não e, por isso, caberá sempre à decisão última de quem pergunta e de quem responde, ou não.

Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza, Sr. Presidente.

Acho que é perfeitamente possível fazer as perguntas sem pôr, minimamente, isso em causa.

Portanto, estou a ser muito claro: nunca falou com nenhum membro do Governo sobre a importância de a Caixa Geral de Depósitos aprovar nenhum projeto em concreto, financiar nenhum projeto em concreto, ou entrar na estrutura acionista de alguma empresa em concreto, quando já tinha deixado as funções de administrador da Caixa Geral de Depósitos? Isto não tem a ver com processo nenhum, é uma pergunta objetiva. Falou ou não falou com membros do Governo sobre estas três possibilidades?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, não foi essa a questão que me colocou há pouco.

Esta Comissão de Inquérito é sobre a Caixa e, sendo sobre a Caixa, estou a ser inquirido, desculpe a expressão,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não, mas eu estou a perguntar-lhe sobre a Caixa. As minhas perguntas são sobre a Caixa.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, sobre a Caixa... Mas enquanto eu fui Administrador da Caixa Geral de Depósitos nunca tive nenhuma conversa com ninguém do Governo sobre orientações de qualquer género em relação a supostos *dossiers* da Caixa. Nunca!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa era a pergunta anterior, ou melhor, eram as perguntas anteriores.

Eu fiz uma pergunta que tem a ver com a Caixa, que é a de saber se, depois de ser Administrador da Caixa Geral de Depósitos, alguma vez teve uma conversa com algum membro do Governo sobre concessão de crédito a algum projeto em concreto, sobre a importância de o Governo sensibilizar a Caixa Geral de Depósitos para participação num projeto, fosse pela via do crédito fosse pela via da entrada na estrutura acionista?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, respondi a um telefonema do Dr. Laurentino Dias, na altura Sr. Secretário de Estado do Desporto, a propósito de um projeto no Algarve. É sobre isso que está a perguntar, suponho, não é?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não. A minha pergunta é genérica; não é sobre isso, porque sobre isso partiria do princípio que eu estava...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Isso foi caso único.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estou a perguntar-lhe sobre membros do Governo. Quaisquer membros do Governo...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Esse foi caso único, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e sobre quaisquer projetos.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Já lhe respondi: foi caso único!

Falei com o Dr. Laurentino Dias sobre esse projeto do autódromo de Portimão, que tinha sido apresentado no tempo em que eu estive na Caixa e que não foi aprovado e que fui encontrar, depois, no BCP já aprovado.

O Dr. Laurentino Dias ligou-me preocupado com aquilo e eu ter-lhe-ei dito que achava que aquele projeto não tinha sido aprovado na altura porque não era sustentável, mas que, uma vez que o mal estava feito, o melhor era encontrar uma solução para ele e, se o Estado achava que aquilo era um projeto de interesse nacional, devia meter lá dinheiro o Estado.

É do que me recordo dessa conversa, Sr. Deputado. Não vejo onde está... O resto é especulação, o resto é coisa que eu não acredito, o resto é resumo de conversa que não corresponderá à verdade e é por isso que eu lhe digo que não queria meter-me nisso porque nunca fui confrontado com isso, e nem sequer me merecem grande crédito, para lhe ser franco, as fontes que o trouxeram a público.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Relembro que não fui eu quem falou das fontes, foi o Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não! Estou a referir-me às fontes, nomeadamente ao jornal *Público*.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quero dizer-lhe uma coisa: o que é isso de meter dinheiro do Estado?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — O que é isso? É se o Estado tem interesse e classifica um projeto como de interesse nacional deve orçamentar a verba correspondente no seu plano e orçamento e agir em conformidade.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o que agir em conformidade?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Ó Sr. Deputado, o que é que há de ser agir em conformidade nesse caso? Ou põe ou não põe dinheiro, não é?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que dinheiro e como?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Dinheiro público, com certeza.

Então, se o Estado acha que o projeto é um projeto de interesse público e não há financiamento privado para ele, se o Estado quer que ele avance, como é que faz?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é válido só para o autódromo ou é válido para os projetos que correram na Caixa Geral de Depósitos quando o senhor era administrador?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não. Estávamos a falar do projeto do autódromo, quando eu já não era Administrador da Caixa. O meu dever ali não era apenas a defesa dos interesses do BCP, mas olhar para o projeto e para uma forma de resolver um problema que eu já tinha encontrado, um problema que não aceitei resolver, quando me foi colocado pela primeira vez na Caixa, que fui encontrar no BCP financiado... Portanto, eu não tinha... Como é que hei de dizer? ... Quando o projeto chegou à Caixa, eu não tinha visto interesse em a Caixa defender aquele projeto; quando cheguei ao BCP, o BCP tinha investidos naquele projeto vinte e tal milhões – não me lembro bem – e, entretanto, a Caixa já se tinha também associado ao projeto.

Bom, o que eu estava a dizer ao Secretário de Estado, membro do Governo na altura, era que, sobre aquele projeto, os privados sentiam que tinham esgotado todas as possibilidades de ir mais longe e, ao que parece, a Caixa também, e, se o Estado tinha interesse em declará-lo projeto de interesse público, que agisse em conformidade, que metesse lá dinheiro público do Orçamento do Estado. É o que eu recordo dessa conversa, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — No final deu resposta. Portanto, estava a falar do Orçamento do Estado. Não falou nunca de dinheiro da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, vejamos o seguinte: eu não me revejo na conversa.

Nunca me foi presente aquela escuta, o que é, no mínimo, estranho, uma vez que ela pertence a um outro processo em que tenho estado envolvido. Já não tenho relação com a Caixa a esse nível há mais de 10 anos, já passou tanta coisa pela minha vida nos últimos 10 anos... Por que «carga de água» é que isso há de ocupar espaço no meu espírito? Não ocupou nunca! Não é não querer responder-lhe, gostaria de dizer-lhe: «Olhe, foi desta maneira, daquela e daqueloutra». Não tenho. Sou sempre assim e também costumo ir diretamente às coisas.

Não tenho uma memória precisa disso. O que digo é que não me revejo naquela síntese, aquilo não é sequer uma escuta, é uma síntese, e mal feita.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir, por favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Doutor falou sobre o interesse público e penso que estará a fazer alusão aos PIN, aos projetos de interesse nacional.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Se não era foi uma coincidência, mas uma coincidência feliz.

Mas pergunto-lhe eu, sobre os PIN: pode dizer-me o que eram os PIN, quem os decidia e como eram tomadas as decisões de financiamento na Caixa Geral de Depósitos relativamente a esses PIN?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Nunca tratei desses *dossiers*. Uma parte disso passava pela área da Banca de Investimento, se não me falha a memória, outra parte passava pela Direção de Grandes Empresas, que nunca esteve sob a minha tutela. Se era necessário ir a Conselho de Crédito, provavelmente, a maior parte das vezes eu estava lá e devo ter aprovado o que achei que deveria aprovar, mas não tenho um conhecimento preciso de cada *dossier*.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida (CDS-PP)**: — Mas era ou não relevante para a Caixa a classificação como PIN, na hora de decisão de atribuição ou não de crédito?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Acho que era um dado importante.

Se o Estado classifica como projeto de interesse nacional um determinado projeto, a Caixa, no mínimo, tem de avaliar também essa componente. Mas não raras vezes a Caixa discutia até ao fim e, provavelmente, alguns não foram aprovados, apesar disso. Não era indiferente mas não era condição. Se um processo não tivesse validade,

atrevo-me a pensar que se um processo não tivesse validade e capacidade para isso o Governo não o classificaria de PIN, mas a Caixa olhava para ele do ponto de vista do risco e do seu interesse em o financiar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Havia interação da Caixa com alguma entidade pública relativamente a essa classificação, designadamente as entidades públicas que intervinham nessa classificação?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Li que o Sr. Presidente da Caixa disse aqui, na Comissão, quando cá esteve, que, pelo menos num caso ou outro teria falado com o Presidente da Agência Portuguesa de Investimento, mas admito perfeitamente, porque isso era normal na Caixa, que as instituições que tinham a seu cargo a condução do *dossier* falassem com quem, fora da Caixa, tinha também relação com esse *dossier*. Era uma coisa normal.

Se à Caixa chega um projeto que pode vir a ter um qualquer apoio do Estado, estou seguro de que o diretor competente vai junto dessa entidade perceber que tipo de apoio vem dali, porque isso pode ser determinante para viabilizar ou não o projeto. Portanto, a avaliação do risco também implica isso tudo: saber quais são as diversas componentes, quem é que integra, o que valem, de onde vêm, se há mais *apports* financeiros ou não. Não vejo que isso tenha algum problema.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sobre dois casos em concreto, Vale do Lobo e La Seda. Eram PIN ou não?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Vale do Lobo não obteve a classificação de PIN, La Seda não tenho a certeza.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era. E isso foi ou não determinante na concessão de crédito?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — No caso de Vale do Lobo não foi determinante.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E em La Seda?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Tanto quanto me lembro, La Seda tinha uma série de condições importantes para o País que podem ter sido determinantes para que a Caixa se envolvesse nele. Mas não estudei o *dossier* em detalhe, fui acompanhando mas não o estudei em detalhe, pois não era um *dossier* que eu coordenasse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Alguma vez falou com o Dr. Fernando Freire de Sousa sobre o projeto La Seda?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pergunto-lhe se alguma vez falou com o Dr. Fernando Freire de Sousa, à época Vice-Presidente da Artland, sobre este projeto.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Acho que nunca falei com ele, não o conheço, sequer, pessoalmente. Nunca falei com ele.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já não disponho de muito tempo para colocar questões, mas queria ainda perguntar-lhe o seguinte: sobre o projeto La Seda, quer dar uma explicação?

Posso detalhar o que aconteceu com o projeto La Seda, mas se o Sr. Doutor pudesse fazer-nos poupar algum tempo e explicar como é possível que a Caixa se tenha envolvido no processo, em 2006, da forma como se envolveu, o tenha financiado e depois tenha assumido uma posição, quando já estava a perder, de ainda maior exposição a este Grupo e a este projeto. Como é que se justifica a entrada da Caixa neste projeto? Consegue justificar?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Bem, acho que este projeto veio estudado pela área do Banco de Investimento. Não tenho a certeza, Sr. Deputado, já foi há muito tempo também, mas o que sei dizer-lhe é que na Caixa Geral de Depósitos tudo era estudado ao detalhe e se a Caixa se decidiu envolver nesse projeto foi porque eu o achava viável,

porque era um projeto que tinha retorno suficiente para garantir os financiamentos e os meios que a Caixa lá ia meter. Portanto, não tive nenhuma dúvida na altura, exatamente porque confio nas diversas instâncias da Caixa que avaliam esses projetos e não é possível que seja de outra maneira.

Quando as coisas chegam à Administração já vêm estudadas pelo Risco, pelos Jurídicos, pela direção comercial competente e, muitas vezes, depois de meses, às vezes até anos, de estudo — como sabe, as pessoas queixam-se muito da lentidão dos processos.

Por que é que a Caixa se envolveu? Porque achava que era viável e tinha interesse para o País, não tenha disso a menor dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não seria exatamente porque acreditava, não é uma questão de fé, tinha de ter uma justificação e um racional. Quando disse que tinha a ver com a viabilidade, em 2010, quando a Caixa duplicou a sua participação no La Seda e passou de 7.2% — não estamos só a falar de financiamento, a Caixa, no La Seda, entrou no capital — para 14.7%, mais do que duplicou a sua participação, quando a situação do Grupo já era uma situação muito negativa. Pergunto qual era o racional do negócio deste tipo.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, está a fazer-me uma pergunta sobre um tempo em que eu já não estava na Caixa há anos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estava.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Em 2010?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe, em 2010?!
Eu estava na Caixa em 2010?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não estava.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Eu não estava!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não estava,
mas estava quando a Caixa entrou no La Seda.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, eu falei-lhe
sobre esse momento. Esse momento...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acha errada esta
decisão?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acha errada esta decisão
da duplicação?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não estou a
pronunciar-me sobre essa decisão. Desculpe lá! Estou a pronunciar-me sobre
uma decisão do tempo em que estive na Caixa e acho-a suficiente. Aquela
decisão era racional, senão não teria sido aprovada. Mas quanto ao que se

passou a seguir não lhe posso dizer nada sobre isso, não li nada sobre isso nem conheço sequer o *dossier*. Já não estava na Caixa há anos!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, conhece o *dossier* inicial, a entrada da Caixa Geral de Depósitos neste negócio.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, mas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como sabe, o racional que é apresentado para a duplicação de capital é a degradação da situação e uma «tentativa» de fuga para a frente. Só há uma tentativa de fuga para a frente quando o negócio inicial não verificou nenhuma das condições previstas. O que lhe pergunto é como é que é possível que a Caixa tenha chegado a uma situação tão difícil, a ponto de tomar esta decisão de fuga para a frente. Não é sua mas foi avaliada com quem a tomou. Como é possível que tenha chegado a essa situação, num projeto que, afinal, como o Sr. Doutor disse, tinha todas as condições para ter sucesso? O que é que aconteceu?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — O que é que aconteceu?! Até fico estupefacto com a questão que o senhor me coloca. O que é que aconteceu entre 2008 e 2010?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não é isso.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não se lembra? Não se lembra da crise do *subprime*? Não se lembra da falência da Lehman

Brothers em 2008? Não se lembra da AIG, a maior seguradora do mundo, à beira da falência, se não fosse o Estado americano a ir a correr salvá-la? Não se lembra da Merrill Lynch? Não se lembra do turbilhão que assolou o mundo nesses anos todos?

Pergunta-me o que é que aconteceu?! Sr. Deputado, francamente, caramba! Acha pouco? Ou não aconteceu nada aqui? Aqui não aconteceu nada! Nessa altura eu estava no BCP e sei bem qual era o nosso problema, sem bem o que era a falta de liquidez generalizada nas empresas. Sei muito bem o que isso era e os momentos difíceis por que todos passámos.

Portanto, para si parece que não se passou nada, que não aconteceu nada! Entre 2006, quando foi aprovado o *dossier* de La Seda, e 2010 não se passou nada! Foi uma má avaliação da Caixa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Passou-se tanto quanto a situação do La Seda já estava degradadíssima em Espanha e já não havia, em Espanha, quem financiasse o La Seda.

Lembro-me do que o Sr. Doutor disse mas também me lembro do resto e fica-lhe mal, fica-lhe mal invocar razões externas mas não ter a capacidade de perceber que na sua decisão houve um racional errado em relação ao que era a situação do Grupo na altura.

Diga-me, então, que era mentira que em Espanha já não havia quem financiasse o La Seda e que o La Seda veio para Portugal com o patrocínio da Caixa Geral de Depósitos tentar fazer um projeto — palavras minhas — megalómano, que os senhores apoiaram, e que teve o destino que teve. Pode dizer à vontade que a culpa é da AIG, mas quem tomou a decisão de crédito tem ou não tem alguma responsabilidade nisso?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A culpa não foi certamente da AIG, foi desse género de circunstâncias que a rodearam e de tudo o que aconteceu.

É muito fácil sabermos o resultado depois do jogo. Sempre foi assim. Há até uma grande frase de um grande atleta que diz que «prognósticos, depois do jogo», não é? É muito fácil, depois, vermos o que teria acontecido se não o tivéssemos feito, e o contrário também, mas sempre me referi à primeira decisão. Não posso dar opinião sobre outra decisão, Sr. Deputado. Mas tenho de relevar, para esta questão, o que eram os tempos, sem pretender, com isso, dizer mais do que o que disse.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já disponho de pouco tempo, por isso, se puder responder à parte da situação do La Seda antes de a Caixa o ter financiado também seria muito importante, porque a isso não respondeu.

Mas vou para outro projeto, Vale do Lobo, e aí vamos ao processo. Foi a própria Caixa Geral de Depósitos que fez a exigência para o financiamento pedido para esse projeto de que os acionistas do projeto entrassem com 36 milhões de euros para o capital da empresa que suportava o projeto.

O que veio a acontecer é que entraram com 6 milhões — menos 30 milhões de euros do que a própria Caixa tinha exigido.

O que é que aconteceu? A Caixa entrou com 26 milhões de euros, mais 2 milhões de euros para despesas. A estrutura acionista desta empresa é constituída nestes termos: quem pede um financiamento e não tem sequer um quinto do capital que foi exigido pela própria Caixa Geral de Depósitos

fica com 75% da empresa e a Caixa fica com 25%. Também foi culpa da AIG?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não foi culpa da AIG. Esse é um *dossier* que também tem servido para tudo, não é?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fiz-lhe uma pergunta muito objetiva.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, sim, muito objetiva.

Sr. Deputado, a Caixa olhou para aquele *dossier* como um projeto de grande interesse para a estratégia que pretendia desenvolver num segmento *prime* e olhou para ele numa altura em que vários bancos disputavam aquele crédito.

Não é raro que as empresas se constituam com um capital social determinado e que a realização desse capital social não seja imediata. Como sabe, um projeto pode começar a operar com uma empresa com capital social de 36 milhões, 50 milhões, 10 milhões, ter realizado 10% ou 5% do capital e ir realizando outro à medida que for necessário colocar os meios.

Quando o processo arrancou, sabíamos que os acionistas estavam reticentes em pôr mais algum dinheiro porque as garantias superavam largamente, mas largamente, o montante que estava a ser pedido à Caixa. Tínhamos avaliações da KPMG que avaliavam os ativos daquele *resort* do projeto em mais de 400 milhões de euros, tínhamos pareceres que certificavam essas avaliações de outras consultoras, como, por exemplo, da Deloitte, e, portanto, na avaliação que as próprias entidades da Caixa — a Direção de Risco, a Direção Jurídica — fizeram daquele *dossier* e o interesse

naquele projeto, que foi imediatamente assumido pela Caixa, fez com que fossemos capazes de tomar aquela decisão sem nenhuma reserva mental.

Ou seja, o que aconteceu depois foi que, no primeiro ano da gestão de Vale do Lobo pelos novos acionistas, ainda antes da crise do *subprime* rebentar, estando prevista uma receita proveniente de 25 vendas de casas de grande valor, no primeiro ano, o *resort* vendeu 50. E, por estranho que lhe pareça, ainda, até 2013, pagou à Caixa Geral de Depósitos cerca de 100 milhões do empréstimo que lhe tinha sido concedido.

Portanto, não foi aquilo que se diz, um buraco inacreditável, uma irresponsabilidade. Foi um *dossier* bem pensado, que fizemos questão de que ficasse apenas com a Caixa, quando havia outros bancos interessados, e que fazia parte de uma estratégia que tinha sido desenhada.

Não quero dizer que tenha sido a pessoa que vou mencionar que tenha tomado alguma decisão sobre isto, mas, quando chegámos à Caixa, havia um projeto chamado projeto Líder em desenvolvimento, que tinha sido implementado pelo Eng.º Mira Amaral, quando foi CEO da Caixa, e que passou a ser o nosso foco quando tomámos as rédeas, quando houve alteração na Administração.

Esse projeto previa, desde o princípio — tudo isto está escrito e desenvolvido em estudos vários —, que a Caixa tivesse, ou iniciasse, uma política mais ativa de participações no setor imobiliário turístico; foi isso, no setor imobiliário turístico e de *business*, de escritórios. Achámos que se abria uma grande possibilidade com o projeto Vale do Lobo, que era um projeto que tinha 45 anos de existência, era o mais conhecido internacionalmente do País, era o melhor, sem desprimor para os outros, era o que tinha mais condições e o que oferecia mais segurança para a Caixa tomar uma participação.

A partir desse momento, a Caixa decidiu tomar essa participação, e decidiu tomá-la com o apoio unânime de todas as instâncias da Caixa, desde

o Conselho de Administração ao Conselho de Crédito, ao Risco. Não sem que houvesse discussões, como é evidente, não sem que houvesse discussões e opiniões divergentes, também, como sempre aconteceu em relação aos outros. Mas, no final, a decisão foi tomada a contento de todos e, pela parte que nos tocou, à equipa que dependia de mim, da área de empresas que coordenou aquele processo comigo, ou eu com eles, ficámos muito satisfeitos por a Caixa ter sido capaz de ganhar aquele projeto à concorrência.

Agora, como lhe disse, do total do crédito emprestado, Vale do Lobo ainda conseguiu amortizar 100 milhões, ou seja, pagar à Caixa 100 milhões. E o que espero, agora, é que, a propósito das ideias que andam aí a germinar de banco mau, ou outro nome que tenha, as pessoas que hoje têm responsabilidades nessa área não venham a deixar aquele projeto passar para qualquer banco mau por meia dúzia de patacas. Aquele ativo, a cada dia que passa, valoriza-se e estou seguro de que a Caixa não perderá dinheiro com ele, porque os ativos são reais — por alguma coisa se lhes chama «ativos reais» — e, tal como desvalorizaram, agora estão a valorizar. A cada dia que passa, valorizam mais.

O *resort*, a empresa, foi capaz de pagar 100 milhões em tempos difíceis. Se tiver condições para andar, vai pagar, certamente, mais e estou certo de que vai poder ser vendido, se calhar, diria, no mínimo, pelo valor que a Caixa lá colocou. Mas, de qualquer das formas, atrevo-me a pensar que poderá ser vendido por um valor ainda mais elevado.

Portanto, uma coisa é olhar para aquilo como algo que, de repente, porque tem um conjunto de imparidades, perdeu valor, outra coisa é olhar para um ativo com garantias reais muito grandes, que tinha uma expectativa real de negócio de cerca de 900 milhões de euros.

Como o senhor sabe, com o *subprime*, com o que se passou a seguir, a primeira coisa que deixou de se comprar foi vivendas de férias ou de segunda habitação.

O ano de 2008, a partir do momento Lehman Brothers, foi trágico para todo o imobiliário. Temos *resorts* que passaram a valer 10%, temos bancos que passaram a valer 10%... Olhe, e em Portugal há alguns também, não é?

O Sr. **Presidente**: — O CDS tinha o seu tempo, perguntava só ao Sr. Doutor se quer ou não responder àquela questão sobre a La Seda, que ficou pendente da questão do CDS, só para podermos fechar esta ronda.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Tem a segunda ronda, o CDS, ainda!

O Sr. **Presidente**: — Mas, como fez a pergunta, só estou a recordar o Sr. Doutor, para saber se quer responder ou não.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Desculpe, mas isso não é habitual!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe, fiquei com a impressão...

O Sr. **Presidente**: — A pergunta era sobre se tinha crédito em Espanha.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não. Não tinha crédito em Espanha quando?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Antes!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não! Não, não é verdade, Sr. Deputado. Desculpe...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, não me importo de fazer a pergunta na segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não vai fazer novamente a pergunta.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Peço desculpa, não tinha percebido.

Peço desculpa, mas isso não corresponde, de todo, à realidade. Quer dizer, podia haver algum banco, como aqui há bancos que não apoiam um projeto e depois há outros que apoiam. Olhe o caso que referi já há um bocado: a Caixa não apoiou um projeto no Algarve e, quando cheguei ao BCP, o projeto estava lá, apoiado pelo BCP, não é?

Há bancos que não querem apoiar por uma razão, há outros que não querem apoiar por outra e há outros que apoiam por outra. Portanto, isso não correspondia, de todo.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, muito obrigado.
Segue-se agora o Partido Comunista Português...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Se me der licença, Sr. Presidente, há uma coisa que gostava de...

O Sr. **Presidente**: — Se estiver ainda no âmbito da resposta...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Só para esclarecer o Sr. Deputado. Não tem a ver com a questão que aqui colocou, mas gostava de esclarecer uma situação, porque o Sr. Deputado colocou ao anterior

Presidente da Caixa Geral de Depósitos uma questão relacionada com uma condenação que eu teria tido por negligência no desempenho de funções na Caixa Geral de Depósitos.

Sr. Deputado, lamento que...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Da CMVM. Uma coima de 50 000 € a que teria sido condenado.

Lamento que, antes de fazer a pergunta, não tenha procurado informar-se melhor, e digo-lhe isto com a melhor das boas-vontades, porque fui completamente ilibado dessa acusação infame, que considerei infame.

O que aconteceu nesse *dossier* foi que a Caixa detetou o problema, resolveu o problema, suspendeu quem tinha de suspender, a auditoria interna fez tudo o que tinha a fazer sobre isso e, quanto tudo estava resolvido, comunicámos a todas as entidades — CMVM, Banco de Portugal, Polícia Judiciária, Procuradoria... — tudo o que se tinha passado. E a CMVM, que não tinha feito rigorosamente nada para prevenir o acontecimento de eventos daqueles, achou que a melhor forma de reagir era acusar-me de negligência. Antes de ser ela acusada de negligência, decidi acusar-me a mim. Como é evidente, recorri da decisão, andou para lá anos, como é normal, e acabei, como sempre esperei, completamente ilibado dessa infâmia.

Sei que o senhor não fez isso de propósito, mas permitiu-me agora deixar claro o que aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, penso que essa questão, mais tarde ou mais cedo, iria aparecer nesta audição.

Temos de prosseguir para o PCP...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Peço desculpa, mas fui interpelado diretamente...

O Sr. **Presidente**: — Temos de evitar o pingue-pongue, senão não saímos daqui.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é só para dizer que, tal como disse o Dr. Armando Vara, foi a CMVM que fez essa acusação, não fui eu.

Quando a decisão do Tribunal da Relação foi proferida, já nem o senhor era Administrador da Caixa Geral de Depósitos nem o Dr. Santos Ferreira era Presidente do Conselho de Administração. Portanto, o Presidente do Conselho de Administração só poderia ter analisado a questão com a informação que tinha na altura. E eu perguntei-lhe se, na altura, tinha conhecimento dessa informação, cuja responsabilidade é da CMVM, não é, naturalmente, minha.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está claro.

Sr. Deputado Miguel Tiago, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, gostava de cumprimentar o Dr. Armando Vara e agradecer os contributos que possa dar a esta Comissão.

Já pegando também em algumas das respostas e perguntas que foram colocadas pelo Sr. Deputado João Almeida, do CDS, disse várias vezes que não se revê nos relatos das conversas que terá tido com membros do Governo, numa altura em que já não era Administrador da Caixa Geral de Depósitos.

Gostava de lhe perguntar o que é que é não se rever. A conversa está mal transcrita? Não se revê numa conversa que teve? Teve aquela conversa e, hoje em dia, já não se revê naquela terminologia, os de baixo, os de cima, o chefe? Não se revê na interferência ou no comentário sobre decisões da entrada de capitais públicos e do financiamento de um banco público a um projeto privado? Exatamente em que é que não se revê, para nós compreendermos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não me revejo porque aquilo é um resumo, aquilo é um resumo que alguém fez. Admito que me lembro de alguma coisa da conversa, que já aqui referi, mas aquilo é um resumo. Não é uma transcrição, Sr. Deputado, é um resumo mal feito. Nunca me lembro de ter chamado «chefe» àquela pessoa em que o senhor está pensar. Nunca!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Ao Eng.º Sócrates! Não vale a pena estar a esconder!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Pronto! Nunca me lembro de o ter tratado por chefe. Não me lembro disso.

E acho que aquela... Enfim, tem as dificuldades que tem.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas, quanto à substância, além da terminologia, também não se revê em comentar com um membro do Governo decisões de crédito da Caixa Geral de Depósitos? Essa é a

substância, independentemente de se chamou ou não chamou «chefe» ao Sócrates.

A questão fundamental é se interveio, comentou ou conversou com membros do Governo sobre decisões de crédito de uma instituição, para que possamos compreender com que normalidade é que um ex-Administrador da Caixa via processos em que um membro do Governo lhe telefonava para obter aconselhamento sobre o financiamento do banco público a projetos em que, ainda por cima, podia vir a ser chamado o capital público para reforçar a viabilidade do projeto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, quando não me revejo numa questão que considero importante, ponho tudo o resto em causa, não lhe parece?

Há uma coisa que lhe parece suspeita, aquilo é um resumo, não é uma transcrição... Vou continuar a discutir isso para quê, se não me revejo naquilo, se acho que aquilo não corresponde à realidade? Ainda por cima, tem as limitações que referi há um bocado ao Sr. Presidente. Não é que não queira... Até gosto deste tipo de discussões, para lhe ser franco, não é querer fugir a elas. Não é querer fugir a elas, mas é que revestem-se aqui de algumas particularidades e tenho o dever, também, de me defender, como compreenderá, até de coisas que se passam noutros espaços que não este.

Portanto, aquilo parece-me suspeito, parece demasiado orientado para uma conclusão.

O Sr. **Miguel Tiago (PCP)**: — Sr. Presidente, Dr. Armando Vara, não me leve mal, mas essa defesa deve fazê-la no espaço a que se está a referir, se for acusado de alguma coisa.

Aqui estamos a tentar apurar os factos e a verdade sobre o que conduziu a Caixa a uma situação de necessidades de capital, que hoje são conhecidas e que são acima daquilo que muitos esperavam, até, inclusivamente, membros do anterior Governo. Ou, então, fingem que são acima daquilo que esperavam, mas temos de apurar essas práticas.

Portanto, não estamos em julgamento e o que lhe pergunto não é sobre os termos e a terminologia mas, sim, sobre as práticas que estão inerentes àquela conversa, ou, pelo menos, à forma como é transcrita.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sobre isso, posso responder.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pois, e era sobre isso que gostava que respondesse.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Deve ter sido, provavelmente, a única conversa que tive com algum membro do Governo sobre esse tipo de temas. Não me lembro de ter tido nenhuma conversa com mais ninguém.

Portanto, se está a falar numa prática reiterada...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nem com alguém em nome de membros do Governo?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não percebo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pode não ter tido conversas com membros do Governo e ter tido conversas com pessoas em nome de membros

do Governo. Ou alguém em seu nome pode ter tido conversas com alguém em nome do Governo. Há muitas formas de colocar as perguntas.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Em meu nome, só se foi abusivamente.

O Sr. **Presidente**: — Peço que tentem fazer a pergunta e a resposta de forma perfeitamente separada, senão torna-se muito difícil a minha tarefa de controlar o tempo. Embora o diálogo seja interessante, penso que não traz benefícios, pelo que pedia quer aos Srs. Deputados quer ao Sr. Doutor que esperassem pelo final da resposta e pelo final da pergunta, respetivamente, para podermos ser mais eficazes.

Tem a palavra, Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, tem condições de nos garantir, enfim, que, enquanto Administrador da Caixa Geral de Depósitos, não houve qualquer espécie de intervenção em processos concretos, além daquilo que seria de esperar, por parte do acionista? Não no acompanhamento estratégico da instituição... Mas não há nenhuma interferência, pelo menos de que tenha conhecimento, de membros do Governo para o financiamento de projetos em concreto, particularmente projetos privados que possam ou não ter gozado da categoria de PIN para que a Caixa pudesse financiá-los?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, comigo não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sobre as decisões que a Caixa tomava para a participação nos capitais de empresas — na área dos seus pelouros,

evidentemente —, qual era o racional que estava na base das decisões de entrar ou não no capital de uma empresa privada, quando a Caixa tinha de decidir participar na estrutura acionista de uma empresa?

Infelizmente, vemos que há uma discrepância de critérios. O que não falta aí são pequenas e médias empresas a falir e não lhes é dada essa oportunidade, ou, quando é, é para desmembrar a empresa, desmobilizar todo o ativo e sanar a dívida, e depois noutras, como estas que aqui já foram referidas, independentemente das considerações que fez sobre Vale do Lobo, é a sua opinião e esperamos que a Caixa venha a recuperar este dinheiro...

Qual é o racional que leva a que um empreendimento levado a cabo pela mesma empresa que tinha vendido uns submarinos ao Governo uns anos antes e que agora tinha um empreendimento turístico, que era dirigida pelo Bataglia, merece que a Caixa pondere a entrada no capital acionista? Explique-nos esta dualidade de critérios, particularmente tendo em conta que, geralmente, a Caixa entrava na estrutura acionista de empresas destas e não condicionava os seus destinos, era um mero amparo ao capital privado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Bom, eu não tenho essa ideia, Sr. Deputado.

Uma das razões que levou também a Caixa a querer tomar uma posição de 25% no projeto de Vale do Lobo foi exatamente para poder acompanhar de perto o dia a dia daquela empresa, o dia a dia daquele projeto e garantir que as decisões seriam tomadas de acordo com os interesses da própria instituição que empresta. Não raras vezes os bancos querem assegurar-se de que acompanham de facto a gestão diária e condicionam determinado tipo de atuações, para que depois não sobre dinheiro para carros de alta cilindrada, para outro tipo de coisas, e depois não pague.

Um exemplo muito normal é não limitar a distribuição de dividendos a determinados rácios de endividamento; deixa-se para o fim o pagamento de empréstimos aos bancos mas vão-se distribuindo chorudos dividendos. Esta é uma prática por vezes comum.

Portanto, a Caixa sempre orientou as suas decisões em função dos interesses da instituição e também procurando que as participações que foi tendo em diversas empresas ... E são bastantes porque não se pode esquecer que a Caixa tinha uma área de capital de risco bastante desenvolvida, dependia do Banco de Investimento, de que não lhe posso falar em detalhe mas houve vários *dossiers* pesados que passaram por lá e que permitiram reestruturações de empresas, que permitiram que, em certos casos, por exemplo, de heranças difíceis, que por vezes põem em causa a continuação de um grupo, pudessem ser resolvidas a contento do grupo ou da empresa e não criando dificuldades para honrar os compromissos entretanto assumidos com os bancos.

Contemporâneo de Vale do Lobo, há um outro projeto em que a Caixa tomou 25% de participação, um projeto de uma dimensão relativa — se não me falha a memória é de cerca de 100 milhões de euros —, que foi o da última torre construída no Colombo, que é contemporâneo desse e onde a Caixa tomou participação, que tinha, entre outros, a Sonae como acionista.

Portanto, este é contemporâneo, mas há outros, que agora não lhe sei dizer porque, como disse, resultante do projeto Líder, que estava em andamento, havia a criação de uma área de tomada de participações num setor que estava em crescendo e onde a Caixa achava que, sendo um dos principais *players* do setor, fazia sentido procurar algum rendimento adicional, um ganho adicional, não apenas pelo empréstimo que fazia à empresa mas também por uma participação acionista no grupo ou na empresa. E foi procurando as melhores soluções para fazer esse tipo de

investimentos, nuns casos mais pequenos, noutros casos de dimensão média, noutros de grande dimensão, como em tudo.

Se o Sr. Deputado olhar para o balanço da Caixa, para os anos em nós lá estivemos, 2006 e 2007, numa análise mais fina, verá que pusemos um foco forte no apoio às pequenas e médias empresas. É uma coisa que toda a gente diz mas nós fizemo-lo e os números demonstram-no, demonstram o número de operações. E sabíamos que, independentemente do que acontecesse, não precisava de vir nenhuma crise mundial para que esse esforço que fizemos de captação de mais negócio num mercado já muito maduro, como é o mercado bancário em Portugal, tivesse um acréscimo de risco óbvio.

Se queríamos crescer 2 ou 3% num segmento onde tínhamos 7% de quota, que era uma coisa que, na Caixa, nos envergonhava — foi muito tempo o banco das pessoas, passou a querer ser o banco das empresas e sem dar por ela começou a ser o banco das grandes empresas, quando devia ter sido o banco das pequenas e médias empresas —, tínhamos de fazer uma aposta fortíssima nessa área, conscientes de que, dois ou três anos depois, íamos ter algum aumento de crédito vencido, porque é o risco que se corre de ir ao mercado e crescer dessa forma.

Não esperávamos que acontecesse o que aconteceu, mas olho para os anos em que lá estivemos, fruto de tanto esforço da estrutura da Caixa, de tanto empenho, de tanta capacidade de mobilização e dinamização, como os melhores anos da Caixa, em termos de resultados. Há um ano, 2007, que tem um resultado histórico de lucros líquidos, 856 milhões de euros, se não me falha a memória. Não tenho ideia de que haja outro ano assim na história da Caixa. O mesmo se passou em 2006 e também em 2005.

Portanto, quando se fala na Caixa e se fala no Armando Vara, no Santos Ferreira ou no Francisco Bandeira, em todos os administradores da

Caixa, não pode apenas falar-se do que correu mal, tem também de se olhar para o que correu bem.

Continuo a sentir muito orgulho naquilo que foi a minha passagem pela Caixa e naquilo que foi possível fazer e, acima de todo, no que foi possível motivar do ponto de vista da transformação da Caixa num banco reconhecido pela sociedade portuguesa como muito importante para o País, com o estatuto que sempre manteve. A seguir, houve algumas dúvidas sobre isso mas, felizmente, foram ultrapassadas e hoje o País percebe de novo que esse estatuto é muito importante para a credibilidade do sistema bancário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, queira prosseguir.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Compreendo a ideia de a Caixa controlar o capital de algumas empresas, pelo menos parcialmente, até no sentido de proteger o seu investimento e, como disse, impedir a utilização dos rendimentos das empresas para a compra de carros de alta cilindrada. Só é pena que não haja ninguém que faça o mesmo aos banqueiros, para os impedir de usar o dinheiro dos bancos em benefício próprio. Quem guardará os guardas... Não é o caso da Caixa apenas, é o caso dos banqueiros em geral.

Sobre o financiamento às pequenas e médias e empresas, evidentemente que tem um custo associado mas tem também uma relevância económica que não é de descurar. O problema é que esta Comissão não consegue ainda desagregar a origem das imparidades e, portanto, não temos como comprovar que uma boa parte das imparidades que hoje se verificam na Caixa têm de facto origem no financiamento das PME. Admito que uma boa parte possa ter, evidentemente, mas não conseguimos precisar quanto e, portanto, aquilo que nos está a dizer pode corresponder a 1% das imparidades detetadas como pode corresponde a 50 ou 70%. E também não tem como nos

comprovar, a não ser dizer que tem custos elevados... É claro que tem custos elevados.

Queria ainda ir a outro negócio para que nos pudesse explicar qual foi a sua intervenção ou o tratamento dado no interior da Caixa, por que é que lhe foi dado esse tratamento e por que é que foi tomada a decisão de financiar acionistas ou potenciais acionistas de um banco privado, o BCP, aceitando como colateral as próprias ações que estavam a ser adquiridas.

Compreenda a dúvida que se levanta quando as pessoas que no banco público aceitam tomar esta decisão são depois chamadas para a administração do banco que tinham acabado de financiar ou, melhor, que tinham acabado de decidir financiar com os recursos do banco público.

Além dos problemas morais e éticos, com os quais o próprio Armando Vara se confrontará e com que esta Comissão nada tem a ver, isto levanta uma questão sobre o objetivo concreto desta operação e a forma como ela terá sido tratada no interior da Caixa, que eu gostava que também pudesse explicar-nos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, deixe-me começar pelo princípio, tratando do tema.

Quando chegámos à Caixa, se não me falha a memória, ela tinha cerca de 4% do capital do BCP. Não sei precisar mas era algo dessa ordem de grandeza.

Numa conversa com o Presidente, uma vez que ele delegou em mim a gestão da Direção de Participações, fizemos uma avaliação do que eram as principais participações do Grupo Caixa. Associámos sempre a isso a nossa área de investimento, o Banco de Investimento, porque tinha um *know-how* financeiro por todos reconhecido. Por exemplo, em relação à PT, também

tínhamos uma representação feita por mim e pelo Dr. Jorge Tomé, Presidente do Banco de Investimento, éramos nós dois que representávamos a Caixa na Administração da PT, mas no BCP não tínhamos ninguém, a não as presenças na assembleia geral.

Mas nessa conversa chegámos rapidamente à conclusão de que não fazia qualquer sentido a Caixa ter uma participação daquela dimensão no BCP, acrescida ainda de um outro facto: por vezes, aquela participação aparecia muito aumentada nos balanços por força da área de compra e venda de ativos financeiros, de ações ou outro tipo de ativos financeiros, que a nossa área da gestão de ativos sempre fazia.

A Caixa não teve nunca um *private banking*, embora quando lá chegámos houvesse também esse projeto, que nós parámos. Sempre considerei que a Caixa tinha uma excelente área da gestão de ativos e que era por aí que se devia fazer a gestão de ativos que os clientes entregavam à Caixa.

Portanto, nessa gestão de ativos muita gente queria — e hoje também quer — ter ações daqui e ações de acolá e todos os dias a Caixa compra e vende ações para satisfazer esse tipo de pedidos para as carteiras de terceiros. Ora, por vezes, a nossa participação aparecia muito empolada por força desses ativos que estavam disponíveis para venda, porque muitas vezes eles eram comprados num dia e vendidos noutro.

Mas chegados aí, concluímos que devíamos fazer um esforço para vender a participação do BCP. E fomo-lo fazendo. Demos instruções à nossa área de compra e venda de ativos para que fossem usando também as ações que estavam na carteira do BCP para satisfazer necessidades da área de ativos e passivos de modo a diminuirmos a nossa participação.

Isso, como é óbvio, acabou por ser percebido pelo BCP, que, entretanto, tinha entrado num processo difícil, embora ainda não naquela fase final mas quando começaram a ser públicos os problemas entre o Presidente

do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Geral de Supervisão. Designadamente, o Presidente do Conselho de Administração deu conta que a Caixa estava a desinvestir no BPC e um dia falou com o Presidente da Caixa sobre esse tema, que lhe terá dito «fale com o Armando Vara porque é ele que está a gerir esse *dossier*».

Então, o Dr. Teixeira Pinto convidou-me para uma reunião, ou um pequeno-almoço, não me lembro bem, no banco — sei que fui ter com ele ao banco bem cedo —, e ele deu-me conta da sua grande preocupação por a Caixa estar a vender ações do banco. Dei-lhe conta da nossa intenção, que era vender, não precipitadamente nem de modo a criar qualquer tipo de dificuldade à administração mas devagar e à medida dos nossos próprios interesses, porque, como sabe, pôr à venda uma participação daquela dimensão faria seguramente algum estrago na Bolsa e fazia-nos perder dinheiro, criando condições para que as ações baixassem e não era essa a nossa intenção. Portanto, a nossa intenção era vender quando fosse o momento certo.

Ele ficou alarmado. Disse que compreendia a nossa decisão mas que ao menos que não descêssemos da participação por enquanto, ou seja, não nos pedia que nos mantivéssemos indefinidamente no banco mas que, nos próximos tempos, não descêssemos abaixo da participação qualificada, que era de 2%. Ou seja, a partir do momento em que tivéssemos menos de 2%, deixávamos de ter uma participação qualificada.

É que ele entendia que uma participação qualificada da Caixa no capital do banco funcionava como uma espécie de seguro de vida para qualquer tentativa de OPA hostil exterior ao banco. Ele achava que uma participação qualificada do Estado naquele banco era um sinal para qualquer banco privado exterior não se atrever, porque nós iríamos em socorro.

Veja bem que foi esta a justificação que ele deu para nos pedir que não vendêssemos totalmente a participação.

Transmiti essa posição ao Dr. Santos Ferreira. Tenho ideia que ele a levou ao Conselho de Administração da Caixa e que discutimos esta conversa, e decidimos que continuaríamos o nosso processo de *downgrade*, digamos assim, da posição do banco, sendo que isso nos levaria também a chegar nas calmas aos 2% e a poder parar, se fosse caso disso. Acabámos por vender a posição do banco só bastante mais tarde. Acho até que quando foi da última parte já eu não estava lá.

Contei esta história para dizer que nós nunca quisemos ter nenhuma intervenção no banco. Achávamos que o banco não tinha de ter nenhuma participação.

Como disse também o Dr. Santos Ferreira, quando ele foi convidado a constituir uma lista para concorrer à administração do banco, a Caixa tinha já uma posição bem mais pequena e tinha um conjunto de penhores sobre ações de clientes que tinham crédito.

Devo dizer que o financiamento de ações de bancos, ou de outras entidades cotadas em Bolsa, tendo como colateral as próprias ações era uma prática comum naquele tempo. Os tempos eram, como certamente se lembra, de permanente valorização do ativo e não o contrário. O que aconteceu depois foi o que todos sabemos, mas naquele tempo o investimento em ações de bancos era normalmente um bom investimento — não raras vezes, em 30, 60 ou 90 dias conseguia-se uma mais-valia bastante razoável e havia muita gente que fazia disso não um modo de vida mas tinha uma prática muito ativa em relação à Bolsa. E os bancos também ganhavam dinheiro com isso.

Portanto, não era proibido e também acrescento que quando chegámos ao BCP a nossa primeira decisão foi uma instrução interna que proibia as nossas direções de crédito de financiarem compras de ações do BCP com crédito do BCP. Isso nunca mais foi possível, porque isso tinha sido um problema grave no BCP.

Não sei se respondi à sua pergunta mas acrescento ainda que a lista que foi presente à assembleia geral do BCP para a nossa eleição, onde estavam todos os acionistas relevantes do BCP e todos os anteriores protagonistas do banco, a começar pelo Engenheiro Jardim e quem lhe sucedeu depois do Dr. Paulo Teixeira Pinto — peço desculpa mas não lembro agora do nome dele —, enfim, todas as pessoas que tinham alguma coisa a dizer sobre o banco subscreveram a nossa lista. Todas! Também o presidente do banco holandês que era então o principal acionista do BCP, e a Teixeira Duarte, que era o principal acionista.

Portanto, as pessoas que tinham algum crédito na Caixa Geral de Depósitos para compra de ações não tinham relevância. Faziam muito barulho mas não tinham relevância para nos eleger.

Também posso acrescentar que essa prática começou bem antes de nós chegarmos à Caixa, repito, bem antes de nós chegarmos à Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, queira prosseguir.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Dr. Santos Ferreira já nos apresentou aqui a aritmética da influência do crédito no número de votos na assembleia geral e deu para perceber que não era assim tão relevante. Mas convenhamos que aqueles empréstimos acabam por beneficiar não apenas o acionista beneficiado mas o colégio inteiro.

Portanto, é evidente que se levanta a questão: duas pessoas que aprovam um crédito a acionistas de outro banco saem do banco público para ir gerir o banco cujos acionistas acabam de financiar. Acho que esta é uma questão legítima que se deve colocar não do ponto de vista do carácter de quem assim decide, que é uma questão que não nos cabe julgar, mas do ponto de vista de qual terá sido o interesse que levou a aprovação daquele crédito, particularmente tendo em conta que as ações foram dadas como colateral?

Certamente, se lá fosse eu pedir — «emprestem-me aí 50 milhões para comprar ações do BCP e eu dou-lhe as ações as ações como garantia» —, tenho muitas dúvidas que me dessem o crédito. E se dessem também era um problema do banco!

Risos.

Mas tenho muitas dúvidas...

Está bem que se aceitava, era uma prática que já vinha de antes, mas, ainda assim, acho que suscita dúvidas, que são dúvidas muito legítimas para nós, até independentemente do valor desta operação e do peso que tem nas imparidades. Enfim, compreenda esta dúvida colocada.

Sr. Presidente, termino pedindo apenas que fique novamente registada oposição que o PCP faz à ordem das intervenções nesta reunião, apesar de a aceitar e de, por força das circunstâncias, ter sido o segundo a falar, quando, naquilo que o PCP defendia que devia ser a ordem, não seria isso que sucederia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Só para acrescentar uma breve nota, diria que não é tão incomum. Tenho as maiores dúvidas que se o Sr. Deputado se candidatasse, por exemplo, a uma compra de ações, como aconteceu na Martifer... Lembro-me que houve uma altura em que várias empresas fizeram operações públicas de venda e em que os bancos se organizaram — a Caixa foi um deles — não apenas para conseguir financiar os seus empregados para poderem comprar ações mas também para a generalidade dos seus clientes, pessoas individuais, poderem comprar ações.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas 50 milhões?!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não eram, mas para o banco isso podia chegar a 50 milhões. O envolvimento do banco podia ser.

Atrevo-me a pensar que o Sr. Deputado ficaria com as ações financiadas pelo banco.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir, cabendo agora ao PSD colocar as suas questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria saudar o Sr. Dr. Armando Vara e começar por lhe perguntar quantas vezes falou com o Engenheiro Sócrates sobre a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não me lembro de ter falado com o Engenheiro Sócrates sobre a Caixa Geral de Depósitos, por muito estranho que lhe pareça.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — A mim já nada me parece estranho nesta altura do campeonato, Sr. Doutor! Lembro ao Dr. Armando Vara que estamos no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e que de cada vez que faltar à verdade comete um crime de falsas declarações.

É apenas para o lembrar e dar-lhe-ia uma segunda oportunidade, porque disse que não se recordava, tentando avivar a sua memória. Alguma vez falou sobre o tema Caixa Geral de Depósitos com o Engenheiro Sócrates — até para o ajudar — enquanto ele era primeiro-ministro?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não me lembro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — O Dr. Armando Vara não nega que tenha falado, diz apenas que não se lembra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não me lembro e acho estranho não me lembrar; se tivesse falado lembrar-me-ia, acho eu.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Então não falou ou não se lembra?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não me lembro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Para efeitos de relatório, quero que fique claro que o Sr. Dr. Armando Vara diz que não se lembra de ter falado com o Engenheiro Sócrates, não nega que tenha falado — e eu percebo-o!

O Dr. Armando Vara foi convidado pelo Professor Teixeira dos Santos para ir para a Caixa Geral de Depósitos. Antes de o Sr. Prof. Teixeira dos Santos o convidar teve alguma conversa com algum membro do Governo, daquele Governo, sobre a Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, tive uma conversa, de facto, com um membro do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Com quem?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Com o anterior Ministro das Finanças, com o Ministro das Finanças que o antecedeu. Tive uma conversa com o Professor Campos e Cunha. A conversa... Digamos que a Caixa Geral de Depósitos foi um tema lateral nessa conversa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Essa conversa foi-nos aqui relatada pelo Dr. Campos e Cunha e queria pedir-lhe o favor de nos contar também essa conversa.

É verdade que nessa conversa falaram sobre a Caixa Geral de Depósitos? O que é que falaram sobre a Caixa Geral de Depósitos? O Sr. Doutor já conhecia o Dr. Campos e Cunha ou não? Achou estranha aquela conversa? Em algum momento o Dr. Campos e Cunha lhe disse que estavam a ter aquela conversa a pedido do Engenheiro Sócrates?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Eu já conhecia o Professor Campos e Cunha, não tinha grande confiança com ele mas conhecia-o de várias coisas, designadamente de campanhas de apoio ao Dr. Mário Soares. Tinha falado várias vezes com ele mas não era uma relação de proximidade, não tinha uma relação de proximidade com ele.

Ele convidou-me para almoçar e fê-lo pessoalmente, através do seu telefone. Eu era então diretor da Caixa e combinámos encontrar-nos no restaurante do Centro Cultural de Belém, a uma sexta feira, se não me falha a memória. Lá nos encontrámos e o almoço decorreu bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, queira prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Pedi-lhe para me contar a conversa mas permita-me dizer, com toda a franqueza, que acho extraordinário que o Dr. Armando Vara me consiga dizer «se não me falha a memória foi numa sexta feira», «foi no Centro Cultural de Belém» — creio que esse terá sido um almoço que o marcou —, mas não se consiga recordar

se alguma vez falou com o Engenheiro Sócrates sobre a caixa Geral de Depósitos.

Veja lá as coisas que a vida tem!... O Dr. Armando Vara lembra-se que há uma boa dezena de anos almoçou a uma sexta feira com o Dr. Campos e Cunha no Centro Cultural de Belém mas não se lembra se alguma vez falou com o Engenheiro Sócrates sobre a Caixa Geral de Depósitos!

Acerca dessa conversa, pergunto-lhe: o Dr. Campos e Cunha falou-lhe que estaria ali porque o Engenheiro Sócrates gostaria muito que o senhor integrasse o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não me falou nada disso.

Sr. Deputado, sabe que nem sempre as coisas que nos causam mais impressão são as mais evidentes. Há coisas que a mim me causam impressão e que nunca mais esqueço na vida, há outras a que não dou grande importância e portanto...

Nada disto tem a ver nem com o Professor nem como Engenheiro, tem a ver com a forma como cada um de nós valoriza ou valora certo tipo de coisas.

Portanto, essa sua observação é uma observação que só o pode comprometer a si, é um juízo de valor que o senhor está a fazer sobre si próprio,...

O Sr. **Hugo Lopes Soares (PSD)**: — Sim, sim.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — ... fazendo também uma coisa muito natural no ser humano que é projetar a sua estrutura mental nos outros, partindo do princípio que agiria da mesma forma que eu, ou que eu agiria da mesma forma que o senhor, num caso semelhante. Isso é um bocado irrelevante para a matéria em questão.

Nessa conversa, o Sr. Ministro estava muito revoltado pela forma como estava a ser tratado pela comunicação social, fez questão de me dizer; tinha escrito um texto sobre a importância e a sustentabilidade dos investimentos públicos que me causou uma grande impressão e que deu origem a alguma conversa entre nós e por isso me lembro. Não há nada como a polémica para nos lembramos das coisas.

Lembro-me que ele achava que nada — quando digo nada estou talvez a exagerar — devia ter qualquer financiamento público se não fosse autossustentável. Claro que levei isso para as escolas, para os hospitais, para uma série de coisas que, naturalmente, teriam de ter financiamento público para serem construídas. A conversa andou à volta disso e depois andou volta — sempre da iniciativa dele — do tema das reformas que estavam a ser discutidas na altura, como a acumulação ou não de reformas. Ele sentia-se também lesado com isso, tendo usado até algumas expressões familiares a propósito desse assunto, e, muito lá para o fim do almoço, introduziu o tema Caixa.

Introduziu esse tema mas de uma forma... perguntando se eu estava satisfeito na Caixa, quais eram as minhas funções na Caixa e que opinião eu tinha da Administração da Caixa. Respondi ao Sr. Ministro da forma que me pareceu melhor, mas lembro-me de lhe ter dito que tinha uma função na Caixa de reporte direto à Administração e que não me sentia muito à-vontade para lhe estar a dar uma opinião sobre a Administração. Disse-lhe que não me sentia muito à-vontade para estar a dar uma opinião sobre a

Administração de que eu dependia, designadamente à pessoa que era Ministro das Finanças, embora estivesse ali numa posição quase privada.

Ele disse-me: «Bom, mas não se importa...». Deu-me a ideia que estava a pensar mexer na estrutura organizativa da Caixa, do grupo empresarial da Caixa. Percebi que estava a pensar em fazer com que o banco deixasse de ser a *holding* do Grupo para criar uma *holding* em que o banco ficaria a par de outras instituições da Caixa. E disse-me se não me importava de lhe mandar um papel com duas ou três ideias que considerasse importantes para o futuro da Caixa.

Foi isto. Despedimo-nos. Ele disse que, depois, pagou em dinheiro, que rasgou a fatura — disse ele depois.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Isso para mim é igual. Para mim, é irrelevante.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Eu não tenho ideia disso, disso não me lembro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr. Armando Vara, deixe-me dizer-lhe que fez algumas considerações a que achei muita piada, em que dizia que cada um é como qual. De facto, assim é.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não usei essa expressão.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas, no fundo, foi o que queria dizer, que cada um dava importância às coisas a que achava que devia dar e as nossas memórias...

Vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Dr. Armando Vara: não há um português que nos esteja a ver — pode estar certo disso! — que, conhecendo toda a polémica que recorrentemente vai saindo na comunicação social — o Sr. Doutor tem toda a razão sobre isso — envolvendo-o a si em processos judiciais, que, como cidadão, certamente quererá ver esclarecidos o mais rapidamente possível, de uma forma ou de outra, porque creio que ninguém gosta ou consegue, diria eu, viver de forma plena com uma espada de Dâmocles sobre a cabeça todos os dias, ainda que o Sr. Doutor defenda sempre as suas teses, e não estou aqui para o julgar ou para validar coisa alguma, repito, não há português nenhum que acredite que o senhor não possa ter memória sobre se falou com o Engenheiro Sócrates sobre a Caixa Geral de Depósitos. Acha que há alguém no País que acredita? Vou dizer que não, ninguém! Olhe que eu me atreveria a dizer que não há um só português que possa acreditar que o Sr. Dr. Armando Vara, por muito que não dê valor a conversas com ex-primeiros-ministros ou com primeiros-ministros, não se recorde se falou com o Engenheiro Sócrates sobre a Caixa Geral de Depósitos. E vou dizer-lhe mais: nem eu!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Nem eu, quero dizer-lhe com muita lealdade e muita franqueza, acredito que o senhor não se lembre se falou com o Engenheiro Sócrates, e só dizendo-lhe isto é que estou a ser leal e correto consigo.

Queria perguntar-lhe se vê alguma razão para o Dr. Laurentino Dias lhe ter ligado para falar consigo sobre a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Continuo a dizer, Sr. Deputado, que isso só o envolve a si e não me envolve a mim.

Não fico prisioneiro do que o senhor pensa.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Há muito tempo que me habituei a pensar pela minha cabeça, a julgar e a agir em função daquelas que são as minhas convicções e, portanto, não fico prisioneiro daquilo que o senhor pensa ou acha que os outros pensam.

Nem acho até que qualquer responsável político possa agir em proveito da Nação, do Estado, das competências que lhe estão confiadas se estiver sempre a pensar o que é que os outros vão pensar daquilo que ele faz.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Isso era importante que tivesse acontecido no passado.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Isso é o princípio de uma boa governação: é fazer aquilo em que acreditamos, fazer aquilo que consideramos justo, fazer aquilo que consideramos o melhor.

Agora, sempre me habituei a ser leal e a falar com franqueza e talvez isso suscite algumas reacções a gente que não está habituada a isso, que acha que o reino do politicamente correto é o que deve ser, que devemos dizer aquilo que pensamos que está correto e não aquilo que, de facto, pensamos.

Ora, não tenho ideia que — repito, não tenho ideia —, enquanto o primeiro-ministro o foi e enquanto eu fui administrador da Caixa, alguma

vez tenhamos falado sobre assuntos da Caixa, porque essa era uma matéria que estava a cargo do Dr. Santos Ferreira.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr. Armando Vara, Vale do Lobo, Autoestradas Douro Litoral, Efacec, Artland. Recorda-se destes processos de crédito?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Passaram por si?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Vale do Lobo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Apenas Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Passaram por mim em termos de direção do processo, de acompanhamento do processo. Os outros passaram, alguns, no Banco de Investimento, outros no Conselho de Crédito da Caixa.

Os do Banco de Investimento não passaram por mim porque eu não tinha funções no Banco de Investimento. Ao nível do Conselho de Crédito, aprovei, como os outros administradores, alguns desses *dossiers*.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Vale do Lobo I não foi PIN?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Vale do Lobo I não foi PIN, nem o II.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — E Vale do Lobo III

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Vale do Lobo III qual é?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Vou perguntar-lhe outra vez. Há alguma operação que seja classificada comumente, na comunicação social, de financiamento da Caixa Geral de Depósitos ao projeto de Vale do Lobo que tenha sido um projeto de interesse nacional?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não tenho conhecimento disso e tê-lo-ia tido, de certeza.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem.

Acha coincidência que um conjunto de projetos que foram classificados como projetos de interesse nacional tenham sido financiados pela Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, nem percebo muito bem essa sua pergunta porque a questão é a seguinte: todos eles são projetos de grande dimensão. Todos os projetos de grande dimensão precisavam de algum financiamento da Caixa sempre — privados, públicos, de interesse nacional, sem interesse nacional. Quase sempre em projetos acima de algumas centenas de milhões era pedido pelos outros bancos para serem sindicatos. Eram sindicatos e não vejo o que é que isso tem de problemático.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Só estou a perguntar se acha normal, pela sua experiência na banca — vamos colocar as coisas assim —, que o Governo que decide que determinado projeto é PIN dê indicações estratégicas à Caixa Geral de Depósitos para financiar aquele projeto em concreto.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe, a mim não me deu!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não estou a dizer que lhe deu a si, estou a perguntar se acha que é assim que deve ser.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — É muito difícil admitir que isso tenha acontecido e eu não tenha sabido.

Portanto, não aconteceu. O que quero dizer é que não admito que isso tenha acontecido.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr. Armando Vara, agradeço-lhe imenso!

Acabou de dizer que acha muito difícil que o Governo tenha dado instruções à Caixa Geral de Depósitos para financiar um projeto de interesse nacional e que o senhor não tenha sabido. Pergunto-lhe porque é que acha difícil não ter sabido.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Porque isso era uma coisa que toda a Caixa saberia. O Conselho de Administração saberia disso.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas, Sr. Dr. Armando Vara, as relações com o Governo não eram só do Dr. Santos Ferreira?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, mas ele levaria isso ao Conselho de Administração, tenho a certeza!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — E diria que foi a Caixa que me disse para...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, não. O Dr. Santos Ferreira reportaria seguramente ao Conselho de Administração uma coisa dessas, se tivesse acontecido.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr. Armando Vara, não sei se leu um livro publicado há dias por um ex-Presidente da República que conta que o Engenheiro Sócrates terá dito que iria avançar com o projeto das Autoestradas Douro Litoral e que já tinha dado indicações à Caixa Geral de Depósitos para financiar esse projeto. Quer fazer algum comentário sobre isto?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não li.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas acha possível que isso tenha acontecido?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, vi isso na comunicação social. Não queria estar a tecer considerações sobre o Sr.

Presidente da República que fez essa observação. Desculpe mas não quero fazer porque seria desagradável e não quero fazê-lo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem. O que o senhor está a dizer é que «se tivesse acontecido eu sabia; como não sei, o Presidente Cavaco Silva mentiu».

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não é obrigado a dar opiniões!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É assim, é!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe mas isso não me merece sequer qualquer tipo de resposta.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Então, pergunto-lhe de outra maneira.

O Sr. Dr. Armando Vara não soube que isto tivesse acontecido e está a dizer-me que não quer tecer considerações sobre aquilo que o Sr. ex-Presidente da República escreveu. Por que é que não quer tecer considerações?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Acho muito estranho o momento que o Sr. Presidente da República escolheu para tornar isso público. Acho uma coincidência demasiado grande. E, dada até a relação que o Sr. Presidente diz que existia entre ele e o Primeiro-Ministro, não estou a ver o Primeiro-Ministro a fazer uma confidência dessas.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Acha?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Tudo isso me soa estranho. Agora, se faz favor, o senhor não me ponha... Não quero ser indelicado com o ex-Presidente da República, que, como ex-Presidente da República, merece o nosso respeito e o senhor está a querer banalizá-lo.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr. Armando Vara, se há um facto que deve e pode ser carregado para esta Comissão, que é uma afirmação escrita do ex-Presidente da República, que relata uma conversa com um ex-primeiro-ministro, estamos a banalizar um facto?! Não, não estamos! Estamos a dar relevância a um facto que se passou, ou terá passado, entre duas figuras principais da Nação à época e de que o senhor, estando na Caixa Geral de Depósitos, se tivesse acontecido, deveria ter conhecimento.

Sabe o que é que eu acho que não deve ser coincidência, Sr. Dr. Armando Vara? O que acho que não deve ser coincidência é que o projeto da Artland tem 214 milhões de euros de imparidades; o Vale do Lobo tem neste momento registadas 136 milhões de euros de imparidades; a Autoestradas Douro Litoral tem registadas, neste momento, 181 milhões de euros de imparidades. O que não coincidência é que já tivemos aqui depoentes nesta Comissão que, enquanto administradores da Caixa Geral de Depósitos — presidentes do Conselho de Administração, CFO —, testemunharam que o volume de imparidades que agora se regista tem a ver com a gestão de 2006 a 2011. Como sabe, os portugueses estão a ser chamados a um grande esforço para porem dinheiro na Caixa e isso, para mim, não é coincidência.

Queria pedir o seu comentário ao facto de o maior número de registo de imparidades ter a ver com a sua gestão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, queira responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, só estive na Caixa até 2007, não posso responder pelo que se passou...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Esses processos passaram por si. Disse-nos há bocado o Sr. Doutor! Estamos a falar de 500 milhões de imparidades.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, passaram pela Caixa. Não sei se foi no tempo em que lá estive a aprovação final.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Posso ter votado. Não me lembro em absoluto disso. Não retire ...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Estou a ser factual.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Está ser factual, não. O senhor nem sabe quando é que foram votados, o senhor nem sabe quando foram aprovados!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Eu perguntei-lhe primeiro e o Sr. Doutor disse que votou!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, perguntou-me se eu ouvi falar neles, se conhecia os projetos. Quem que não conhecia os projetos estando ligado à Caixa, à banca?!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos terminar...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Diga lá, então, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, a minha pergunta ao Sr. Dr. Armando Vara Dr. Armando Vara há momentos, há cerca de 2 minutos, foi muito clara. Perguntei-lhe, elenquei um conjunto de projetos e perguntei-lhe se conhecia estes créditos, se eram do seu tempo e se...

Protestos do Deputado PS João Paulo Correia.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Schiu!...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Schiu, não! Não admito que se dirija a mim nesses termos! Não lhe admito que me mande calar!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, Sr. Deputado João Paulo Correia já todos ouvimos...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Sr. Presidente está a ser desautorizado com o «schiu»...

O Sr. **Presidente**: — Não estou a ser desautorizado com nada. Vamos é evitar que nos desautorizemos uns aos outros, sobretudo quando os portugueses estão a olhar para nós.

Tenham noção do impacto que isto tem junto das pessoas e a consideração que elas nos merecem, a todos!

O Sr. Deputado Hugo Soares estava no uso da palavra. Peço que termine para prosseguirmos com a audição.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, estava no uso da palavra no âmbito de uma interpelação à Mesa, dizendo o seguinte: há minutos, perguntei ao Sr. Dr. Armando Vara, elencando um conjunto de projetos e de processos de crédito, se ele tinha tido neles intervenção, se os conhecia, e até perguntei se ele tinha tido intervenção direta. Ele respondeu-me — esta audição está a ser gravada — que nalguns deles tinha tido intervenção direta. Respondeu logo Vale do Lobo, à cabeça, e que nos outros tinha participado nas reuniões de Conselho de Crédito e os teria aprovado.

A segunda pergunta que lhe fiz foi se achava que era ou não coincidência que estes processos tenham resultado nas imparidades tal e tal, como foi dito há pouco.

Pedia ao Sr. Presidente que informasse o Dr. Armando Vara que foi isso que perguntei, foi isso que ele respondeu e é com base na resposta anterior que ele deu que agora tem de responder às perguntas subsequentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço muito mas acho que não vale a pena, muito sinceramente, criarmos este tipo de incidentes, porque o Sr. Dr. Armando Vara estava no uso da palavra para responder.

As perguntas do Sr. Deputado Hugo Soares foram claras, quer umas, quer outras, e o Sr. Dr. Armando Vara está a responder e vai continuar a

responder, com certeza. No final da resposta, aí sim, poderá fazer sentido que um ou outro Sr. Deputado entenda que a questão *a* ou *b* não foi levantada.

Como já demonstrei há pouco, por ocasião do fecho da ronda do CDS, tenho tomado anotações das perguntas que são feitas, muito mais se houver segunda ronda, onde não há parada e resposta.

Irei tomar nota de todas as questões que todos os grupos parlamentares fizerem e se a resposta faltar, por acaso, por omissão ou porque são muitas questões que vão falhando, terei o cuidado de recordar, quer ao Dr. Armando Vara, quer a qualquer uma das outras pessoas que tivermos aqui, que foi perguntado isto, isto e isto e que está por responder, independentemente de a resposta ser «não quero responder».

Por isso, terei esse cuidado e perdoem-me, Sr.^{as} e Srs. Deputados, por estar a demorar mais tempo nesta fase, explicando um pouco o *modus operandi*, o que me parece ser importante, neste momento, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito fazer para informar os demais colegas, porque assim conseguiremos com certeza, todos, ouvir as perguntas e também as respostas, sendo eu o fiel depositário de todas as perguntas, que terei muito gosto em recordar aos nossos convidados, que vamos ouvindo, que têm o dever de responder e que deverão responder a tudo o que foi colocado, independentemente daquilo, volto a dizer, que é a resposta.

A resposta pode-nos satisfazer ou não. O que exijo, enquanto Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, é que haja uma resposta e irei fazer por isso. O Sr. Deputado Hugo Soares foi claro nas perguntas que fez e o Sr. Dr. Armando Vara estava também a responder a essas mesmas questões. É nesse ponto que estamos e é nesse ponto, exatamente, que retomamos.

Por isso, daria a palavra ao Sr. Dr. Armando Vara, para continuar a dar a sua resposta às questões do Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Presidente, tenho bem presente a questão que o Sr. Deputado colocou e também a resposta que dei na altura.

Disse que a parte de Vale do Lobo foi coordenada por mim, uma parte do resto passava pela banca de investimento e eu não tinha intervenção nisso e, na outra, se foi ao Conselho de Crédito, seguramente que participei na decisão — se foi ao Conselho de Crédito. Não tenho presentes as datas certas disso, mas não tenho nenhum problema em aparecer envolvido com essas decisões, porque elas faziam parte da minha obrigação.

Agora, o senhor fala em imparidades — temos estado sempre a falar de imparidades — e que a maioria das imparidades são, sim, do tempo em que passei pela gestão da Caixa.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — 2005/2011.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — 2005/2011, não!

Em 2005, entrei em agosto para a Administração da Caixa e saí em 31 de dezembro de 2007. Nesses três anos em que tive participação, peço desculpa, a equipa que eu integrava, nem sequer a liderava, pode bem orgulhar-se dos resultados que lá teve. Como já tive oportunidade de dizer há pouco, eles representam os melhores resultados de sempre, designadamente um dos anos, em termos de lucro líquido depois de impostos: 856 milhões em 2007, 734 milhões em 2006 e 538 milhões em 2005, de lucros líquidos.

Portanto, isto diz bem do trabalho desenvolvido, porque os anos anteriores e os anos seguintes são exemplo de que as coisas não foram assim.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Ó Sr. Doutor, se víssemos os lucros do BES nessa altura...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Pode ver, pode comparar à vontade com a banca em geral, como pode comparar outra coisa, Sr. Deputado. Pode comparar também as imparidades registadas pela Caixa ao longo de todos os anos deste período difícil que temos passado todos.

Pode comparar as imparidades, porque elas comparam muitíssimo bem com a banca portuguesa e comparam muitíssimo bem com a banca europeia, como bem diz o Banco Europeu e como bem diz a comunicação social em geral: «imparidades da CGD em linha com a banca europeia»; «imparidades da CGD estavam em linha com os restantes bancos, em Portugal».

Tudo o que procurar na imprensa especializada portuguesa não deixa margem para dúvidas de que essa ideia que houve uma «desbunda», desculpe o termo, na gestão da banca pública, não passa de propaganda política. O que os dados demonstram é que o banco público foi gerido criteriosamente, que as coisas aconteceram, porque não é possível acontecerem no mundo e não acontecerem em Portugal e não é possível acontecerem ao setor privado e não acontecerem também ao setor público.

Portanto, os factos são bem evidentes e bem fáceis de comprovar. Só não vai buscá-los e só não os refere quem não quer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, o Dr. Armando Vara acaba de demonstrar, na sua tese, que o registo de imparidades que hoje se conhece na Caixa Geral de Depósitos, cerca de 3000 milhões de euros, é uma fraude, porque elas não existem.

De duas, uma: ou o Dr. Armando Vara está enganado, ou alguém nos anda a enganar e quer pôr 5000 milhões na Caixa Geral de Depósitos. Convinha percebermos, porque não creio — nem eu, nem eu, que acho exagerado o volume de imparidades e que o critério foi demasiado apertado —...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não estou a perceber!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Eu explico. Que 3000 milhões de euros de registo de imparidades talvez seja demais e seja um critério demasiado ambicioso e muito criterioso, mas que eles lá estão, estão e de algum lado vêm. E o Dr. Armando Vara não me venha dizer que não vêm de lado nenhum.

Queria fazer-lhe uma última pergunta, à qual não me respondeu, sobre a razão pela qual o Dr. Laurentino Dias lhe ligou para falar sobre a questão do autódromo de Portimão, até porque o Sr. Doutor já não estava na Caixa. Nessa altura, se se recorda dessa conversa, estava no BCP.

O Dr. Armando Vara — há pouco anotei, e agradeço-lhe por isso, em nome da gestão da coisa pública — disse: «vi que aquele projeto era um projeto que não era sustentável e por isso recusei aquele projeto na Caixa Geral de Depósitos». Sr. Doutor, então depois, aquando da conversa com o Dr. Laurentino Dias, quando o projeto não só já não era sustentável como já estava falido, com buracos por todo o lado, o Sr. Doutor ainda sugeriu que a Caixa, o Estado, pusesse lá mais uma dezena de milhões de euros?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor, para responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sobre as imparidades, voltemos à questão das imparidades, em

primeiro lugar, o senhor não pode ouvir-me dizer uma coisa e depois vir falar de outra.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas tem consequências, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, estou a falar das imparidades registadas, que são públicas, que vêm nos jornais todos e estou a dizer que elas comparam. Nem me referi a 3000, nem a 5 nem a 2. O conjunto de imparidades que o banco público tem sido obrigado a registar são comparáveis, a seu benefício, com o resto da banca em Portugal. Não são maiores, são menores! Quer dizer que não é possível, desse facto, retirar-se a ideia de que todas as administrações que passaram pela Caixa geriram mal o banco.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Claro!...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Quer dizer, nem claro nem escuro, é um facto. É um facto indesmentível pelos números e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a chover no molhado, de novo.

Em relação à questão sobre se falei ou não com o Dr. Laurentino Dias...

Desculpe, estou a deixar uma coisa pelo meio, fez-me uma segunda questão que não anotei.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não, foi só essa. Não perguntei se falou, o Sr. Doutor já disse que falou.

Perguntei por que razão é que acha que ele ligou a si, uma vez que estava no BCP, nessa altura, e por que é que terá aconselhado — se é verdade

ou não que aconselhou — que a Caixa, o Estado, pusesse lá mais 10 milhões, se o projeto já estava todo rebentado, todo falido.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, disse há pouco que falei com o Dr. Laurentino Dias. Ele era Secretário de Estado do Desporto, estava a braços com um *dossier* que lhe estava a pesar muito, era complicado. Um *dossier* em que o banco em que eu estava tinha envolvidos 20 ou 25 milhões...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Estava no BCP?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Estava no BCP.

E a Caixa já tinha, também nesse projeto, cerca de 20 milhões, se não me falha a memória. O que o Dr. Laurentino me estava a dizer, se bem me lembro, era que já havia uma solução para colocar dinheiro no projeto mas que, «intercalarmente», precisava que os bancos ajudassem.

Sempre lhe fui dizendo que o mal estava feito e que, agora, era preciso encontrar uma solução para aquilo, e que, se calhar, a solução até era nacionalizar, lembra-se?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Lembro-me disso noutra contexto.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — O que digo, em relação ao resto, é que não me revejo naquela... não é naquela transcrição, porque aquilo não é uma transcrição, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É uma terminologia...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: —Desculpe, em tudo aquilo, em tudo aquilo. Aquilo é um resumo mal feito da conversa, com outras intenções que não as de procurar ajudar à verdade. Portanto, não acho que tenha mais a dizer sobre esse *dossier*.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço desculpa, não quis interromper a inquirição do Sr. Deputado Hugo Soares e nem queria prejudicar a inquirição do Partido Socialista, mas há aqui uma questão que é fundamental.

Fiz grande parte da minha inquirição no pressuposto de uma resposta que o Sr. Dr. Armando Vara me deu a uma das primeiras perguntas, que foi se tinha falado com o Eng.º Sócrates antes de ser nomeado, e a resposta foi não, se tinha falado com mais algum membro do Governo para além do Ministro das Finanças, e a resposta foi não.

Essa não foi a resposta que deu às mesmas perguntas feitas pelo Sr. Deputado Hugo Soares. Admitiu não se lembrar, o que abre a porta para a possibilidade de ter falado com outras pessoas.

Só quero que, para efeitos de Comissão, fiquem claras duas coisas: uma é qual é a resposta definitiva e outra é que, obviamente, uma resposta diferente tem consequências no resto da inquirição feita, porque se parte desse pressuposto.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não falei disso, Sr. Deputado, não falei.

O Sr. **Presidente**: — Bom, Sr. Deputado...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Então ter-me-ia dito isso! Anda a brincar comigo?!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não ando a brincar.

Ó Sr. Deputado, se alguém parece querer brincar é o senhor...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Isso é uma coisa absolutamente inacreditável!

O Sr. **Presidente**: — Está feita a interpelação à Mesa.

A Mesa tomou boa nota. Quanto mais não seja, temos as gravações *ipsis verbis* daquilo que foi dito aqui e que nos permite também, depois, aferir.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Presumo que, se calhar, de seguida, outros Deputados também o vão querer fazer.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço imensa desculpa. Não quero mesmo estar a prejudicar a inquirição que se segue, do Partido Socialista, mas há uma questão que não posso deixar ficar assim.

O Sr. Dr. Armando Vara vai ter de me desculpar mas, com muita franqueza, o Dr. Armando Vara não pode responder a mim uma coisa, ao Sr. Deputado que se segue outra coisa e, entretanto, dizer que o que vale é o que está a responder depois de me ter respondido a mim.

Risos do Dr. Armando António Martins Vara.

Não se ria, Sr. Doutor, porque foi assim. O Sr. Doutor, a mim, disse-me, quando lhe dei uma segunda oportunidade e lhe lembrei que esta era uma Comissão Parlamentar de Inquérito e que mentir era um crime de falsas declarações, o Sr. Doutor disse-me: «Eu não me lembro».

Como se recorda, até lhe disse que não havia um português — eu próprio incluído — que acreditasse em si. Disse-lhe, olhos nos olhos, que não acreditava que o Sr. Doutor não se lembrasse, hoje, se tinha ou não falado com o Eng.º Sócrates. Não acredito! E o Sr. Doutor repetiu: «Eu não me lembro» e até explicou que dava valor a outras coisas, etc. Foi esta a nossa conversa.

O Deputado João Almeida tem toda a razão. Ele tinha-lhe perguntado antes e o Sr. Doutor tinha dado outra resposta. Perante a mesma pergunta — Sr. Presidente, peço imensa desculpa —, o Sr. Dr. Armando Vara veio agora dizer que «afinal eu não falei».

Isto tem de ficar esclarecido de uma vez por todas e, depois da resposta do Dr. Armando Vara, requeiro, por favor, que seja extraída certidão para participação ao Ministério Público que, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, foram dadas três respostas diferentes à mesma pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, quer acabar com esta polémica respondendo uma das coisas?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas não me lembro dessa resposta.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Tivesse ouvido!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, quer acabar com esta polémica?

Bom, para bons trabalhos e, uma vez que o Sr. Dr. Armando Vara também quer resolver isto, antes de dar a palavra ao Partido Socialista, o Sr. Dr. Armando Vara responderá então à questão que foi colocada duas vezes sobre se falou ou não falou com o Engenheiro José Sócrates. Lembra-se ou não se falou?

Vamos ouvir isso.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Presidente, respondi ao Sr. Deputado do CDS, João Almeida, que não. Respondi ao Sr. Deputado, da primeira vez que me pôs a questão: «não».

Depois, começou a... «mas, tem a certeza, não terá falado», enfim. Quer dizer, eu tenho a certeza que nunca falei com ele. Tenho a certeza que ele nunca falou comigo sobre as questões da Caixa.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Entre ter a certeza e o não lembrar...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Mas, ouça, na verdade, provavelmente, você tem a sua. Como aqui dizia — lembro-me de uma frase bem engraçada — o meu anterior presidente da Caixa: «se a minha

memória não inventou aqui qualquer coisa, lembro-me que aconteceu isto no Conselho de Administração da Caixa», não é?

Portanto, na minha memória não está nada, em relação à Caixa, com o Engenheiro Sócrates.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, mantenho o requerimento feito pelo Grupo Parlamentar do PSD. É um direito que nos assiste que seja extraída certidão das várias respostas do Dr. Armando Vara e que sejam remetidas ao Ministério Público.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos prosseguir.

Temos ainda para ouvir o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda e temos ainda a segunda e a terceira ronda, se assim for necessário, se for esse o entendimento dos Srs. Deputados. Por isso, teremos muitas oportunidades, de facto, de tentar apurar os detalhes daquilo que os Srs. Deputados entendem como sendo importante para os bons resultados desta Comissão.

Sr. Deputado João Paulo Correia, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Armando Vara, as Sr.^{as} e Srs. Deputados, os elementos da comunicação social e os funcionários desta Comissão.

Esta Comissão de Inquérito Parlamentar tem como objeto apurar os atos de gestão da Caixa desde o ano 2000 e também apurar que razões, factos e decisões levaram a uma nova necessidade de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

Temos feito aqui bastantes audições. Hoje deve ser a 18.^a ou a 19.^a audição desta Comissão de Inquérito e, ao longo das audições, temos questionado...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos criar condições para ouvir o Sr. Deputado João Paulo Correia, por favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, até gostava que o Sr. Deputado Hugo Soares estivesse presente para ouvir a intervenção do Grupo Parlamentar do PS, como fiz, atentamente, com a intervenção que ele fez e com as diversas interpelações.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Há cá mais gente para ouvir!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Não me parece que isto seja só número político, também tem de haver um certo respeito mútuo.

Portanto, estava eu a dizer que, nas audições que ouvimos, durante este período da Comissão de Inquérito, procurámos saber se houve decisões dos conselhos de administração da Caixa, desde o ano 2000, como disse há pouco, que foram tomadas por influência ou por intromissão dos respetivos governos. Também procurámos saber por que é que os conselhos de administração da Caixa tomaram as decisões que tomaram em relação às participações financeiras que o Grupo Caixa detinha. Lembro o caso da Cimpor que foi aqui trazido pelo Dr. António Nogueira Leite, que falou de uma intromissão do Governo para uma decisão do Conselho de Administração da Caixa. Lembro, também, as perguntas colocadas ao Dr. Carlos Santos Ferreira acerca da alienação de participações em alguns bancos.

Há um conjunto de factos e de momentos da vida da Caixa Geral de Depósitos que podem ter contribuído para necessidades de recapitalização, ou melhor, para registo de imparidades, provisões e resultados negativos que levaram às capitalizações.

Portanto, esta audição serve essencialmente, do nosso ponto de vista, para perceber se o Dr. Armando Vara, enquanto ex-Administrador da Caixa Geral de Depósitos, no período em que desempenhou funções, nos pode dar algumas respostas que poderão ser fundamentais para o relatório e para as conclusões desta Comissão.

Não é verdade, como disse há pouco o Sr. Deputado Hugo Soares, e por isso gostava que ele estivesse aqui para o ouvir, frontalmente, que tenham dito aqui e que seja um facto que as imparidades da Caixa Geral de Depósitos se reportam ao período de 2006 a 2011. Não é verdade, pelo contrário! Ainda há pouco, uma intervenção de outro Deputado desta Comissão referiu a dificuldade que temos tido em verificar as origens e as datas destas imparidades.

Certo é que um relatório da Comissão de Auditoria da Caixa, reportando-se ao 1.º semestre de 2014, por exemplo, cuja informação foi, depois, refletida numa informação que chegou ao Ministério das Finanças, proveniente da Inspeção-Geral de Finanças, dizia que a 30 de junho de 2014 a Caixa já registava 4600 milhões de euros de imparidades, não concretamente de 2014 mas de anos anteriores. Portanto, certamente que a Caixa, ao longo do período que esta Comissão de Inquérito está a analisar, desde o ano 2000, foi registando imparidades pelas decisões que foi tomando.

A primeira pergunta que gostava de lhe colocar é a seguinte: qual era a política de registo de imparidades da Caixa Geral de Depósitos no período em que foi administrador, entre 2005 e 2007?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, a Caixa seguia as orientações do Banco de Portugal em relação ao registo de imparidades. Desde que o ativo, o bem registado na contabilidade da Caixa não correspondesse ou fosse claro que não tinha condições de ser, no caso de um crédito, recuperado, era logo registada a imparidade passado o tempo que as regulamentações previam e, nalguns casos, o respetivo registo contabilístico da... — falta-me o termo agora — provisão.

Mas, nunca... Devo, aliás, dizer que desde sempre a Caixa, e encontrámos essa política no registo de imparidades e nas provisões, teve uma visão muito conservadora nessa matéria, ou seja, ao longo do tempo, o valor das provisões foi sempre superior ao valor das imparidades ou do crédito considerado incobrável, para garantir que, em situação normal, não existissem problemas de solvabilidade com o balanço da Caixa.

Só o que aconteceu a seguir é que tornou este problema um problema real, de dimensão fora do normal, porque em condições normais, em velocidade de cruzeiro, como disse há pouco... Até quando nos empenhávamos mais numa estratégia de crescimento de um determinado segmento, sabíamos que isso acarretava sempre algum aumento de crédito vencido por força desse esforço adicional. Às vezes, até, para se crescer, tem de se dar alguma vantagem adicional para que um cliente saia de um banco e venha para outro.

Portanto, isso era também ponderado e o custo do crédito incorporava já esse risco adicional, o que fazia com que, no momento de registo de alguma imparidade ou da respetiva provisão, tudo fosse contabilizado de modo — e afetava os resultados do banco também negativamente — a que, se houvesse algum problema de maior dimensão, o banco estivesse em condições de, sozinho, fazer frente a essa situação, como aconteceu, aliás.

No momento em que o *subprime* apareceu e apanhou toda a gente desprevenida, a Caixa estava prevenida com as provisões necessárias para que nada daquilo viesse a constituir um problema para o balanço da instituição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — A todos os presidentes da Caixa Geral de Depósitos que já passaram por esta Comissão de Inquérito perguntámos se tiveram conhecimento de algum crédito que tenha sido concedido ao arrepio, à margem da política de crédito vigente na instituição à época em que desempenharam funções ou que não respeitasse o regulamento da concessão de crédito.

Portanto, pergunto-lhe se, no período em que exerceu funções na Caixa, teve conhecimento de algum crédito, mesmo que tenha sido concedido em período anterior ao exercício das suas funções, que tenha sido concedido com facilitismo ou se tem conhecimento de algum crédito de favor, pessoal ou político, na Caixa Geral de Depósitos.

Pergunto também se todos os créditos eram decididos em reuniões do conselho de administração ou se só iam ao conselho de administração créditos a partir de determinado montante, e também se todos os créditos cumpriam a cadeia de decisão da Caixa Geral de Depósitos, que, como teve, há pouco, oportunidade de recordar, passava pela Direção de Risco, pelo parecer da Direção Jurídica, da Direção Territorial, do Conselho de Crédito e, posteriormente, do Conselho de Administração?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, é muito simples: não tenho conhecimento de que alguma vez, ao longo da minha passagem pela Caixa, quer como diretor, quer como administrador, houvesse alguma decisão de crédito tomada sem que tudo fosse analisado pelas instâncias competentes da Caixa.

Houve um pequeno caso, porque a dimensão não era grande, a propósito de uma OPV (oferta pública de venda) que deu origem àquilo que foi falado há bocado, ou seja, a que a Caixa tivesse de suspender alguns quadros intermédios e comunicar às entidades de supervisão o que se tinha passado, mas foi uma coisa sem dimensão e não teve a ver com nenhum tipo de pressão de qualquer instância do poder político. São coisas que acontecem de vez em quando na vida dos bancos.

De resto, nunca tive conhecimento de qualquer crédito que não passasse pelo crivo das várias instâncias da Caixa, que não era propriamente um crivo de facilidades.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Que projetos de elevado valor, para além daqueles que têm sido questionados nesta audição, foram decididos pela Caixa Geral de Depósitos, que se lembre, que tenham corrido bem e que não tenham corrido tão bem? Pode recordar-nos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Tinha a meu cargo, e era esse o foco da minha atenção, como é óbvio, o retalho e as pequenas e médias empresas. Não tinha as empresas de grande dimensão.

Acompanhava, por dever de ofício, porque tinha de me pronunciar nas reuniões de Conselho de Crédito onde iam, mas os grandes projetos, com exceção de alguns imobiliários, passavam pela área das grandes empresas e pela área de banca de investimento.

Mas, olhando para o que é a vida da Caixa e para o que são os seus balanços, a verdade é que pelo menos $\frac{3}{4}$ de todo o crédito que concedido pela Caixa não teve problemas. Isso é uma evidência retirada dos balanços, na medida em que havia um conjunto de imparidades que só afetava um conjunto de créditos que estava muito longe de ser maioritário. Era de grande dimensão, mas falarmos em 3500 milhões de imparidades para uma carteira de crédito de 75 000 ou 80 000 milhões não é... É muito dinheiro, com certeza, era melhor que não tivesse existido, mas, quer dizer, não podemos daí retirar a ideia de que há uma quantidade imensa de crédito que foi dado em má qualidade ou de forma indevida.

Não tenho essa ideia, ela não pode existir, porque não é verdadeira, uma vez que essa é a exceção, não é a regra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Paulo Correia (PS)**: — A ideia generalizada é a de que os problemas que afetaram a Caixa Geral de Depósitos e que estiveram na origem do registo de um elevado valor de imparidades tiveram a ver com os projetos que falharam, unicamente, aqueles que são mais conhecidos, mas certamente que muitos outros projetos falharam para que as imparidades entrassem na casa dos milhares de milhões de euros.

Portanto, é importante esclarecer que outros projetos mais falharam. Certamente não se reportam todos ao seu período, muitos deles serão de anos seguintes e de passados mais alguns anos, mas a questão que também se coloca é a de saber que peso tiveram estes projetos de que temos falado que

falharam, Vale do Lobo, La Seda, por exemplo, no volume total das imparidades que foram sendo registadas nos anos de registo das respetivas imparidades.

Também importa saber exatamente se a concessão de crédito a estes projetos, a estes investidores, foi feita, ou não, ao arrepio do que era a política de instrução de crédito da empresa. Como já disse que desconhece que tenha sido concedido algum crédito de favor, pessoal ou político, e ao arrepio do regulamento da concessão de crédito, certamente não foi nesse período.

Gostaria de colocar ainda outra questão: pode recordar os lucros da Caixa Geral de Depósitos nos anos 2005, 2006 e 2007?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, para responder, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Talvez, em primeiro lugar, a questão dos... Tenho aqui um conjunto de grandes projetos que fui conhecendo, mas não me parece razoável... Serviram para minha orientação, quando tive de andar a fazer pesquisa sobre um tema que não acompanho há já muitos anos, mas não me parece que faça algum sentido estar a falar em nomes de determinado tipo de projetos, porque isso também é lançar um anátema sobre coisas que estão à beira de recuperar.

Muitas vezes, estas discussões sobre Vale do Lobo e outro tipo de projetos também dificultam o seu «rearranque», porque são projetos que não estão mortos, que têm capacidade para arrancar de novo em força, mas há muitos investidores que se retraem quando veem uma exposição negativa, quando veem uma publicidade negativa à sua volta.

Queria também acrescentar que muitos desses projetos morreram ou tiveram dificuldades. Se nos lembrarmos, nos anos de 2008, 2009 e 2010, a esmagadora maioria das empresas de construção civil teve dificuldades imensas. Se olharmos para o que é hoje o nosso mapa de médias e grandes

empresas de construção civil verificamos que se mantêm duas ou três, as outras desapareceram.

Há, aliás, aí um grupo grande — que começou por ser um fundo, o Elevo — de várias empresas que tinham nome na nossa sociedade, algumas eram centenárias, que não foram capazes de ultrapassar este período e que acabaram por dar origem a uma grande empresa, com uma grande operação internacional, com uma operação internacional de boa dimensão, e tudo isso resultou de uma coisa aparentemente muito simples, um problema de liquidez. Não foi um problema de má gestão, não foi um problema de crédito mal concedido. Foi um momento em que o mundo se viu com uma crise de liquidez de todo impensável ou previsível.

Lembro-me, ou lembro, que o problema de liquidez até ao ano de 2007/2008 não era um problema que ocupasse as nossas cabeças. Ninguém ligava ao rácio de liquidez do banco. Mesmo a preocupação das entidades de supervisão não era com o rácio de liquidez, era com o rácio de solvabilidade. O que era preciso assegurar era que os depósitos dos clientes dos bancos estavam seguros e que o dinheiro era bem aplicado, de modo a que, em caso de problema, o banco tivesse capacidade para resolver qualquer questão que acontecesse.

Portanto, o problema de liquidez não existia porque dinheiro havia para aí no mundo inteiro a um preço também inacreditável, como os senhores, certamente, se lembram. Quer dizer, qualquer grande projeto conseguia a Euribor mais 0,25% de *spread*, o crédito à habitação chegava a ter, para bons clientes, 0,15 %, 0,10%, 0,25% de *spread*, havia liquidez em abundância, o que fez, também, com que algumas empresas dessem um passo maior do que a perna, como se costuma dizer. Umas com a cobertura do banco, outras porque o banco acreditava na empresa, no empresário, etc., mas levar a custo de má decisão o problema que se seguiu à crise do *subprime*, partir do princípio que se tivesse havido uma decisão diferente

aquilo não teria acontecido, a decisão só poderia ter sido não conceder crédito e isso não era uma boa decisão. A não ser que, e isso também acontecia muitas vezes... Toda a gente se queixa que os bancos não dão crédito, e não é só de agora, mas não dão crédito porque os bancos não dão todo o crédito que as pessoas querem — se o projeto não for bom, se as garantias não forem suficientes, não há crédito.

Acho que na análise que a Comissão pretende fazer — desculpem a pretensão — do que são hoje as imparidades e o que é necessário para resolver estes problemas, a análise tem de ir também ao tempo e a uma das razões principais do que aconteceu. Por exemplo, todas as empresas que tinham grandes investimentos em ações, e havia muita empresa que investia os seus lucros, ou uma parte deles, em ações porque o mercado de ações dava muito melhor resultado do que qualquer outro investimento, foram as mais afetadas quando a crise sobreveio a sério, porque a desvalorização bolsista foi, em alguns casos, de 90% — em certos setores foi 90%.

E, por exemplo, para a banca há um pormenor de que ninguém se lembra, só quem o viveu é que se lembra dele: é que houve um ano ou dois em que toda a gente adiou a decisão de comprar um automóvel. Talvez as senhoras e os senhores se lembrem que houve uma altura que até se falava na falência das grandes empresas de construção automóvel dos Estados Unidos.

Os anos de 2009 e de 2010 foram anos terríveis para negócios em que a banca estava muito envolvida apenas porque o comum dos cidadãos, numa situação de crise, manteve o seu *leasing* ou o seu aluguer de longa duração por mais um ano. Esse mais um ano em que uma grande parte dos consumidores mundiais não compraram carro novo ia fazendo falir a generalidade das empresas de produção automóvel.

Portanto, a dimensão da crise foi uma coisa que talvez na banca se sentisse mais porque, na verdade, quem manteve o seu emprego, quem

manteve o seu trabalho, foi conseguindo viver, até porque os preços não subiram assim tanto, e não sentiu a crise como sentiram as pessoas que perderam o emprego, como sentiu quem tinha valores mobiliários ou como sentiu fortemente quem tinha imobiliário, mas há muita gente que, desde que não tenha perdido o seu trabalho, conseguiu passar pela crise em condições bastante melhores.

Em relação aos resultados, a Caixa no período de 2004 a 2007 teve, como resultado líquido, já depois de impostos, 408 milhões de euros. Em 2005 teve 538 milhões de euros, em 2006 teve 734 milhões e em 2007 teve 856 milhões de euros. Mas se acrescentarmos a estes resultados, por exemplo, um rácio muito importante no sistema bancário que é o do *cost income*, que foi sempre descendo — vinha, no setor bancário, não do grupo, de 64.7%, em 2004, para 57.7%, em 2005, para 53.6%, em 2006, para 52.5%, em 2007 —, verá que isto que dizer uma cada vez melhor alocação de recurso.

Uma área que também está muito na ordem do dia, a questão do número de empregados, foi sempre um tema de muita atenção para a Administração a que eu pertenci, e o que aconteceu foi que a Caixa tinha, em Portugal, 10 274 empregados em 2004 — e estou a falar em Portugal porque com o resto do mundo, nas várias geografias em que estava, era de 19 065 nesse ano —, tinha 10 161 funcionários em 2005, apenas em Portugal, 9759 em 2006 e 9695 em 2007. Quer dizer, havia uma linha descendente não muito acentuada, mas tendo sempre presente a ideia de que era preciso não aumentar. Aumentou significativamente o número de balcões sem aumentar o número de empregados. Esta foi também uma área muito importante do desempenho da Administração.

Por isso, quando me pus à disposição da Comissão, para dar algum *apport* ou alguma informação e para dar conta da minha experiência na Caixa Geral de Depósitos, foi por sentir que uma instituição tão importante para o

País como é a Caixa, provavelmente a instituição que mais inova no tecido empresarial português — seguramente na banca a que mais inova —, estava a ser tratada de uma forma que punha em causa até a honorabilidade das pessoas que lá trabalham e das que já lá trabalharam.

Portanto, havia que dar conta de quem nem tudo é o que parece. Na verdade, como diz o *slogan*, «há mais na Caixa do que você imagina» — é uma coisa assim.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Armando Vara, coloquei-lhe a questão dos lucros da Caixa nesses anos porque há quem tente persistir na ideia de que a Caixa Geral de Depósitos não é um bom negócio para o Estado e, como tal, a saída para a Caixa é a entrada de privados ou a sua privatização.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Eu não estava a falar do Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, não vale a pena acusar o toque, estava a falar genericamente.

Portanto, como existe esta ideia, que é alimentada por alguns setores da nossa sociedade, felizmente não são muitos, é importante lembrar que a Caixa Geral de Depósitos gerou mais lucros e dividendos para o Estado, também pagando impostos ao Estado, ou seja, remunerando o acionista e financiando o Orçamento do Estado, do que os prejuízos que acumula desde 2010, sensivelmente.

Gostaria de terminar a primeira ronda com uma pergunta: sabendo que a crise de *subprime* atravessou o Atlântico por altura de 2007, quando se começaram a manifestar os primeiros sinais do impacto dessa crise na nossa economia, no nosso sistema financeiro, e ligando isso àquilo que o Dr. Armando Vara disse numa resposta a um colega Deputado, que, quando assumiu funções na Caixa, a aposta da Caixa, a sua prioridade, passou a ser o apoio às PME, aumentar muito a quota de apoio às PME, há uma ligação direta entre os primeiros sinais do impacto da crise financeira internacional na nossa economia, nas nossas empresas, e essa decisão da Caixa Geral de Depósitos? Foi uma resposta da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A decisão da Caixa no grande foco nas PME já tinha sido tomada antes. Foi uma decisão que se tomou logo no final do ano de 2005, que teve execução em 2006 e em 2007, e é visível até no número de operações que constam das contas da Caixa. Isto porque são operações relativamente pequenas e quando multiplicadas aparecem em termos de número de operações.

Claro que a seguir, embora eu já não estivesse na Caixa, vi esse mesmo problema noutra banca. A seguir, houve um problema grave de liquidez e isso fez disparar o custo do dinheiro para níveis muito complexos.

Houve empresas, que eram empresas rentáveis, com as taxas de juro em 1% e 0,5%, que, de repente, por força do nível de endividamento que tinham conseguido, de uma grande alavancagem na sociedade portuguesa em geral, e o mesmo se pode dizer das famílias — nunca se fala apenas do investimento, da dívida pública, como um problema, fala-se também da dívida privada, e ela não é só das empresas, é também das pessoas e das famílias —, com os problemas de crédito que passaram a haver, com a falta

de liquidez que os bancos passaram a ter e com uma coisa muito mais importante ainda, do meu ponto de vista, que vivi isso no BCP, com a aversão ao risco que os bancos começaram a ter, na prática, só quase quem não precisava de crédito é que tinha acesso ao crédito.

Sejamos crus no que se diz. Vi muitas vezes situações de grande dificuldade que resultavam da dificuldade que os bancos tinham em ter liquidez a um preço razoável. Mas também me lembro, já que agora estamos a falar sobre isso, que, muitas vezes, a partir do momento em que o Banco Central Europeu começou a disponibilizar liquidez com base nos créditos que os bancos conseguiam arranjar para servir de colateral ao Banco Central Europeu, permitiram ter alguma liquidez a custo bastante razoável, à volta de 1%, se não me falha a memória.

O BCP nessa altura, conseguiu logo, numa primeira fase, à volta de 2 milhões e houve uma vez ou duas decisões que não foram, propriamente, de pôr essa liquidez ao serviço das empresas, por causa dessa aversão ao risco. A área de gestão financeira do BCP achava mais razoável, mais prudente, para o banco aplicar em fundos do tesouro público do que garantir liquidez às empresas. Tivemos grandes dificuldades nessa altura porque as decisões que o banco tinha que tomar para cuidar da sua saúde financeira não eram por vezes as mais indicadas para as empresas.

O Sr. **Presidente**: — Para fechar esta ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Dr. Armando Vara. Como disse que quem o convidou para a Administração foi o Prof. Teixeira dos Santos, gostaria de lhe perguntar em que dia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, parece estranho, mas não me lembro do dia.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E o mês?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Foi em final de julho, talvez segunda quinzena de julho.

Desculpe, isto foi uma coisa muito rápida, mas também não me lembro do dia da semana, do dia do mês em que tive a tal conversa de que aqui falámos com o anterior ministro. Sei que após a tomada de posse do Prof. Teixeira dos Santos foi muito rápido; alguns dias depois, ele falou-me nisso e, se não me falha a memória, nós tomámos posse no dia 4 ou 5 de agosto, que foi o dia da assembleia geral. Foi no dia 4.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E a conversa com o Sr. Prof. Campos e Cunha terá acontecido quando? Já sabemos que foi a uma sexta-feira, mas qual o dia?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Que foi a uma sexta-feira, disso lembro-me.

Foi em julho, provavelmente. Foi em julho, acho eu.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Em julho, também?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — No início de julho, talvez, mas não tenho a certeza do dia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Quando o Sr. Prof. Teixeira dos Santos falou consigo para o convidar, quais foram as razões que foram aduzidas para o ter escolhido a si? Por que é que escolheu o Dr. Armando Vara? Era uma escolha do Professor Teixeira dos Santos?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Ele disse-me que sim.

Talvez valha a pena lembrar que eu tive uma ligação à Caixa Geral de Depósitos durante quase 25 anos e, na altura em que ele me convidou para essa função, eu era diretor da Caixa com reporte direto à Administração já há uns anos. Portanto, ao longo da minha vida, mesmo quando não estava na Caixa, a Caixa era a minha empresa e acompanhava a Caixa com a preocupação de alguém que um dia queria regressar lá. E quando eu decidi que tinha chegado a altura de mudar a minha vida foi para a Caixa que eu regressei.

Portanto, eu tinha trabalhado com o Professor no Governo, em vários dossiês, tinha simpatia por ele, achava-o uma excelente pessoa e acho que isso era mútuo; ele achava também que eu era capaz de levar para a Administração da Caixa a energia, a liderança, também a capacidade de motivação que ele achava que eu tinha e eu aceitei o convite, como já tive oportunidade de dizer, com grande agrado e com orgulho até.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E no almoço que teve com o Prof. Campos e Cunha, no restaurante do CCB, abordaram algumas questões relativas à Caixa Geral de Depósitos? Foi uma conversa exploratória para o convidar também para a administração?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Bem, a conversa sobre a Caixa Geral de Depósitos não foi muito grande, como já tive oportunidade de dizer, mas ele referiu-se a dois ou três aspetos da Caixa, pediu a minha opinião. Não me estendi muito em relação à Caixa — não me senti particularmente à vontade —, mas entendi que aquela conversa, e já tive oportunidade de o dizer, era uma conversa para sondar. Entendi aquilo como uma sondagem sobre... Ele não fez nada que me fizesse pensar que me ia nomear para alguma coisa. Não! Nada disso! Mas eu, quando pensei naquela conversa, mais tarde, antes de ir para a Caixa, pensei que ia acontecer alguma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Enfim, não almoçavam regularmente, não eram contactos regulares,...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, falávamos quando nos encontrávamos.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — ... portanto, um convite para almoço para abordar a Caixa Geral de Depósitos terá dado a entender que ele estaria a pensar...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, ele sabia que eu estava na Caixa Geral de Depósitos. Ele não tinha...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Isso, eu sei, mas um almoço para falar da Caixa Geral de Depósitos deu a entender ao Dr. Armando Vara que seria uma sondagem, como diz, para a administração.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não. Ele, ao falar comigo, na altura, como disse, já diretor de primeira linha com reporte à Administração, sobre alguns temas da Caixa, temas que até andavam no ar — falava-se nisso na Caixa, na hipótese de a estrutura se transformar, de ter uma *holding* onde se penduravam todas as operações da Caixa, e a Caixa tinha operações no estrangeiro e tinha operações diversas em Portugal, tinha uma área de *leasing* e *factoring*, tinha seguros, enfim, estava conglomerado —, achava que era preciso organizar aquilo de outra forma e aquilo estava pendurado no banco. Eu também não achava que a ideia dele fosse uma má ideia, pelo contrário, achava que era uma boa ideia. Ao falar-me dessas coisas, eu admiti que ele estava a falar comigo na expectativa de mais alguma coisa, porque... Falava comigo daquilo porquê? Até nem era... Tinha confiança em mim? Admito que sim, que tinha confiança em mim, porque... E dei provas disso, porque nunca falei naquela conversa a ninguém. Nunca! Sei que o Sr. Deputado dirá que quem nos está a ouvir não acredita nisso, nem o Sr. Deputado nem quem nos está a ouvir...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Nessa acredito, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Mas, na verdade, nunca falei nisso a ninguém.

Pode perguntar-me se falei nisso ao Engenheiro Sócrates... Não falei nem a ele, nem a ninguém.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Nem nisso nem em mais nada!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Nem nisso nem em mais nada, é verdade, que tivesse a ver com aquilo. É que sempre achei... Quer dizer, uma coisa é o que certas pessoas, há 20 anos, dizem de mim...

Vivi toda a minha vida pública com alguns jornalistas que começaram por querer ser políticos, falharam na política e, depois, foram fazer política para os jornais. E acham sempre que a culpa de eles terem falhado não é deles, é dos políticos que encontraram pelo caminho, que não lhes deram espaço para eles andarem. E tive de levar com essa gente, e ainda levo, a dizer que sou o pior que se possa imaginar, etc., etc., mas, enfim, aguento bem com isso, como se vê aqui pela amostra que se junta, pela prova.

Como diria Mark Twain, se não me falha a memória, «as notícias sobre a minha morte eram manifestamente exageradas». Portanto, cá estou ainda, não a fazer política mas numa atividade privada que também me dá prazer.

Mas as coisas nem sempre são o que parecem, não é?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, recentrando-me nas questões, disse que, na altura, se falava até publicamente, se ouviam uns zunzuns da nova forma de organização da Caixa, etc. Também se falava publicamente — havia notícias — sobre a possibilidade de substituição da administração.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Na Caixa. Quando disse que se falava de uma nova forma de organização era na Caixa, não era publicamente. Na Caixa circulavam alguns rumores. Sabe como é que isto acontece...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas publicamente, nessa altura, circulava também um rumor da possibilidade de substituição da administração.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Mas eu não estava muito atento a essas questões, estava mais atento às questões internas da Caixa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Perguntava-lhe isto só pelo seguinte: pelos vistos, a passagem de testemunho entre o Prof. Campos e Cunha e o Prof. Teixeira dos Santos não foi assim uma conversa muito longa, com muitos pormenores, e é um pouco coincidente que dois Ministros das Finanças tenham pensado no nome do Dr. Armando Vara para administrador da Caixa sem terem abordado a questão entre si. Não deixa de ser um pouco coincidente.

Portanto, a pergunta que gostava de lhe fazer era esta: por que é que acha que o Primeiro-Ministro de então, José Sócrates, queria o Dr. Armando Vara na administração da Caixa?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Por que é que eu acho que ele me queria na Caixa?! Desculpe, Sr. Deputado, vai ter de lhe fazer essa pergunta a ele. Não tenho nenhuma ideia de que ele tenha manifestado opinião sobre essa matéria. Se a manifestou, não a conheço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Foi aqui dito que sim, que manifestou, que fez pressão.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Ele?

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sim.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, mas... Sei que foi aqui dito...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Portanto, pedia-lhe uma pequena apreciação sobre isso. Por que é que acha que fez tanta força para que o Dr. Armando Vara fosse para a Administração da Caixa Geral de Depósitos?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, na verdade, não acredito nisso. Não acredito nessa pressão. Acho que houve ali uma... É sempre difícil avaliar os sentimentos dos outros, não é, mas houve ali alguma coisa que não correu bem. E eu percebi isso quando falei com o, então, Sr. Ministro. Ele não estava bem, estava nervoso, estava numa situação de grande *stress* — isso percebia-se —, achava que havia uma conspiração contra ele... Já tive oportunidade de dizer isso publicamente... Fiquei muito impressionado, porque tinha uma ótima opinião dele, tinha boa

opinião dele — não quero dizer que hoje tenha deixado de ter —, mas senti que, naquele momento, ele estava a passar um momento difícil da sua vida pessoal e política, com um complexo do cerco, e que aquilo não ia acabar bem. Pensei para com os meus botões.

O que se passou entre ele e o Primeiro-Ministro não sei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O convite, por parte do Prof. Teixeira dos Santos, também indica que o Professor tinha um complexo do cerco para mudar a Administração?!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, o cerco não tinha a ver com a Administração, tinha a ver com outras coisas, da Caixa, não tinha a ver com isso.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Que funções é que desempenhava antes de ir para a Administração da Caixa?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Logo que regressei à Caixa, fui trabalhar para a Direção de Património, Obras e Segurança — uma das grandes direções da Caixa Geral de Depósitos — e aí me mantive sempre até aos últimos cinco ou seis meses em que a Administração decidiu reformular essa área, criando uma Direção de Prevenção e Segurança, porque considerou que era uma área... Nós já tínhamos produzido uma grande reforma e uma grande mudança em tudo o que tinha a ver com a segurança da Caixa, que serviu, aliás, de modelo para o que a banca fez a seguir, mas

foi entendido que essa área precisava de uma dinâmica ainda maior e de reporte direto ao Conselho de Administração. E a pessoa escolhida pelo, então, administrador para essa função fui eu.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E, depois, enquanto Administrador, que pelouros tinha e que órgãos integrou?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe, não...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Enquanto Administrador, que pelouros é que lhe foram atribuídos e que órgãos é que integrou?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Bom, fiquei logo com a supervisão dessas áreas de património, obras e segurança; fiquei com a supervisão da área de participações das empresas, na altura, norte e sul, de todas as empresas mas PME (pequenas e médias empresas), não grandes empresas; fiquei com a direção de comunicação e a direção de *marketing*, perdão, o gabinete de comunicação e a direção de *marketing*, que, depois, mais tarde se fundiram numa só Direção de Comunicação e *Marketing*; fiquei com a área da Europa, crédito e coordenação das agências na Europa, com exceção de Espanha, porque tinha acabado de ser aprovado um projeto para Espanha e tinha reporte à área internacional; fiquei, se não me falha a memória, com a área dos arquipélagos dos Açores e da Madeira... Enfim, sei que era muito trabalho e não sei o que me escapa mais.

Depois, mais tarde, numa pequena remodelação ditada não sei por que razões, não me lembro agora por que foi necessário mexer na...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Pela saída do Dr. Carlos Costa da administração.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, exatamente, o Dr. Carlos Costa foi para o Banco Europeu de Investimento.

Houve uma redistribuição de pelouros norte/sul, porque, quer dizer, era uma loucura, designadamente a minha vida. Ter tudo o que eram pequenas e médias empresas, do norte, do sul, dos Açores, da Madeira e da Europa, e tudo o resto que já referi — e o mesmo se passava com dois ou três administradores —, tornava muito difícil um foco mais efetivo nos nossos propósitos. Portanto, dividiu-se toda a área comercial em norte e sul — isto em termos de retalho e de pequenas e médias empresas — e eu fiquei a coordenar essas áreas do sul.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Enquanto diretor das participações financeiras teve, então, influência direta, por exemplo, no posicionamento que a Caixa teve na OPA da Sonae à PT, ou seja, a decisão que a Caixa tomou foi uma decisão sua?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, Sr. Deputado. Não há decisões individuais na Caixa, nem de crédito nem de coisa nenhuma. Não conheço nenhuma área onde uma só pessoa possa decidir, mas nessa...

Como disse há pouco, a Caixa tinha duas pessoas, em sua representação, na administração da PT: uma era eu, outra era o Dr. Jorge Tomé, que, na altura, era o CEO da Caixa Banco de Investimento (CaixaBI). Nós tínhamos uma presença assídua nas reuniões, porque achávamos que estava ali uma participação muito importante e também uma grande

oportunidade de negócio. Pensávamos que podia haver ali uma oportunidade de aumentarmos, designadamente no retalho, o negócio da Caixa. Por isso, uma das razões por que eu fui para lá também tinha a ver com esse facto, não era apenas por ser o responsável pela direcção de participações, porque nem sempre isso coincidia, mas também porque queríamos ganhar quota numa empresa com aquela dimensão.

Portanto, fomos acompanhando todo o *dossier* da OPA que se foi desenrolando, mas a decisão de votarmos a OPA como votámos foi tomada pelo Conselho de Administração. E foi tomada depois da análise de todos os documentos e pareceres que a PT foi pedindo a especialistas internacionais, desde, sei lá, grandes casas de investimento — todas as grandes casas de investimento se pronunciaram sobre a OPA, também por uma razão, porque se a OPA tivesse chegado ao valor considerado o valor da empresa, a lei obrigava a administração a recomendar aos acionistas que vendessem.

Portanto, havia um limite que uma das empresas tinha definido, um limite de valor da ação, relativamente ao qual, se fosse atingido, a administração tinha o dever de dizer aos acionistas: «Srs. Acionistas, este valor é um valor justo, nós recomendamos a venda». Ora, esse valor não foi atingido, e não foi atingido porque houve um momento em que a Sonae decidiu não avançar mais. E eles também sabiam que havia esse limite e, portanto, não avançaram porque entenderam não o fazer.

Quando chegou o momento da decisão, todos esses elementos estavam estudados e transmitidos à administração, mais pelo Dr. Tomé, que tinha o apoio do Banco de Investimento para fazer isso, do que por mim... Mais pelo Banco de Investimento e pela direcção de participações, que fundamentaram a decisão que a Caixa tomou nessa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Voltarei daqui a pouco à questão da OPA da PT, mas gostava de lhe colocar uma outra questão: de que forma é que articulava, por exemplo, o facto de estar com as participações financeiras e com a direção de grandes empresas? É que há vários negócios onde a Caixa não só faz empréstimos avultados, e suponho que isso seja da direção de grandes empresas, que, na altura, estava com o Dr. Maldonado Gonelha e assim se manteve, creio eu, ...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — ... mas houve grandes negócios onde não só fazia grandes empréstimos como também entrava na participação, entrava como empresa no capital. Portanto, qual era a articulação entre as duas direções?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A articulação, quando havia necessidade de a fazer, era entre os diretores. O diretor de grandes empresas reunia com o diretor de participações e só vinha a mim se houvesse alguma necessidade de tomar uma decisão que implicasse, quer dizer, que eles achassem que tinha de passar pela Administração.

Uma boa parte das vezes, isso não acontecia; eles tinham autonomia para fazer essas articulações, não apenas essas duas direções mas todas as direções. A Caixa tem um conjunto de direções com muita história, muito *know-how*, porque também são muitos anos de trabalho nessas áreas e com facilidade faz esse tipo de triagem, digamos assim, de cooperação, ou seja, se é preciso ou não.

Portanto, da minha parte, também devo dizer-lhe que, quando saí, estavam nas direções os mesmos diretores que lá encontrei. Também achei sempre que há ali um histórico de experiência que era muito importante e,

portanto, não alterei nada desse ponto de vista, de pessoas. Mereceram todas a minha confiança e quando saí e me despedi deles disse: «esta é a prova de que escolhi bem porque tudo correu bem enquanto lá estivemos».

Sabia que, na maior parte dos casos, se não na totalidade dos casos, estava perante especialistas com uma enorme experiência, portanto, tinha grande confiança nas decisões que eles tomavam e quando era preciso eu decidir, decidia. Só assim é possível também gerir com sucesso, é confiar nas pessoas que estão à nossa volta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Voltando então à questão da OPA à PT, pergunto: qual era o valor que estava a ser oferecido pela SONAE? Por que é que, na altura, a Caixa considerou que não era um bom negócio?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não era a Caixa. Quem considerou que não era um bom negócio foram uns especialistas que a PT consultou e a que nós tínhamos, na administração da PT, acesso.

Portanto, quando se tratou de assumir a posição da Caixa... Foi um processo que correu tempo, como sabe, houve uma oferta, uma contraoferta, uma contra contraoferta e chegou o momento em que a SONAE tinha de se pronunciar. E pronunciou-se? Não, não se pronunciou. Não avançou com nova proposta e aí foi-se votar o que já estava e o voto da Caixa foi no sentido de não aceitar a proposta da SONAE porque ela não correspondia aos interesses da PT e, portanto, também dos seus acionistas. A Caixa, enquanto acionista da PT, também achou que não correspondia aos seus interesses. Isso está tudo documentado.

A bem dizer, eu não tenho agora o valor exato que era referido, em que, com isso, a administração, que tem sempre um dever fiduciário também

com os seus acionistas, não só da PT ou de empresas públicas mas das privadas. A OPA tem essa característica, há um momento em que se o valor for um valor razoável ou ultrapasse aquilo que se considere razoável, a administração tem o dever de informar disso os acionistas para que eles escolham em função disso também.

Foi assim que as coisas se passaram. O resto, não adivinho se há corredores, se não há corredores. Comigo e com o Dr. Jorge Tomé fazia-se desta forma. Ele tinha mais atenção aos aspetos técnicos e financeiros porque era a área dele, o próprio Banco de Investimento participava também, se não estou em erro, como consultor nessas coisas e as decisões eram tomadas sempre com a cobertura da Administração e sempre na Administração.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Mas qual era o valor que estava a ser oferecido?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não me lembro. Com franqueza, não me lembro. Sei que já era um valor alto, a empresa valia muito, estava muito em causa, mas isso é fácil de... não recolhi essa informação agora mas é fácil de saber.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Perguntava-lhe isto porque quando o Dr. Carlos Santos Ferreira esteve aqui, nesta Comissão de Inquérito, fiz a mesma questão sobre este caso e o Dr. Carlos Santos Ferreira, na altura, disse que a SONAE oferecia 9,50 € e que a Caixa, a Administração, terá discutido e terá considerado que era insuficiente porque a valorização das ações que a

Caixa tinha andaria nos 9,25 € e, portanto, aqui a margem não era significativa, não era interessante. Portanto, a Caixa não teria achado interessante. Não sei se foi esta a discussão em torno destes montantes.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não me lembro mas, de facto, a Caixa também não considerou a oferta interessante e, portanto, votou contra. Dei-lhe um pouco mais de detalhe sobre como chegámos aí mas, no fundo, foi isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — O que acontece é que depois, com uma pequena pesquisa, fui ver que, em fevereiro de 2007, a SONAE aumentou a sua oferta para 10,50 €. Portanto, cai um bocadinho por terra a argumentação que a margem não era atraente o suficiente. Foi por isso que perguntei qual foi a razão para a Caixa se posicionar da forma como se posicionou.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A razão foi a que eu lhe disse há pouco. O valor não chegou àquilo que os estudos que a PT tinha referiam como linha mínima para poder recomendar aos acionistas a venda das ações. Não tendo chegado lá, a decisão foi não vender.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Foi uma avaliação feita pela própria PT.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A Caixa fez a sua própria avaliação, mas, como é evidente, fê-la com base em toda a informação que recolheu. No momento do Conselho em que se decidiu o sentido de voto, os membros do Conselho estavam na posse de toda a informação.

A Caixa podia ter achado que era o suficiente, mas, como vocês também sabem, isso não corresponderia aos interesses da Caixa e também não era suficiente para fazer passar a OPA, porque a Caixa tinha uma participação muito longe da necessária. Se não estou em erro, a OPA foi rejeitada com 70 e tal por cento dos votos — 73%, se não me falha a memória. Portanto, dizer-se que a Caixa era determinante... Como é que era determinante com a participação que tinha? Mas, mesmo assim, não foi porque considerou que o preço não era razoável.

Ouçó esta polémica toda e muitas vezes pergunto-me — e o Sr. Deputado falou em fevereiro de 2007 — o que teria acontecido ao Grupo SONAE se tem levado a OPA até ao fim, se tem ganho a OPA, com o que veio a seguir, com o turbilhão que veio a seguir.

O Grupo SONAE, que já na altura tinha um nível de endividamento, digamos, ao nível do habitual dos grandes grupos naquela altura, ia ficar com mais 10 ou 11 mil milhões de endividamento em cima. Está a imaginar, com as taxas de juro que vieram a seguir, em 2008, o que seria a vida daquele Grupo? Às vezes pergunto-me se não terá sido uma decisão bem sensata não ter ido mais à frente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Aquilo que sabemos não são, enfim, cenários hipotéticos. Aquilo que sabemos é que o Grupo Espírito Santo queria o controlo sobre a PT até porque utilizava a PT como «porquinho

mealheiro». Toda a gente percebeu a forma como usava a PT para meter centenas de milhões de euros em dívida do Grupo Espírito Santo e a verdade é que parece que o Governo da altura se comprometeu com a SONAE a ter uma posição neutra mas que se terá comprometido com o Grupo Espírito Santo com o chumbo da OPA. Portanto, quanto à forma como a Caixa se posicionou aqui, é importante perceber se foi uma ordem do Governo ou se foi uma avaliação que a Caixa fez sobre a sua posição naquela empresa, se teve em conta a ordem que José Sócrates deu ou se teve em conta, realmente, a posição e o interesse estratégico da Caixa.

Lembro-lhe que Carlos Santos Ferreira disse aqui uma frase que eu pessoalmente acho infeliz, pois acho que a Caixa não deve ser vista assim, mas disse que tinha dito, na altura, publicamente, que a Caixa não existia para defender posições estratégicas, existia para fazer dinheiro. Não concordo com isso mas era a postura da Administração de então, da qual fazia parte.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não percebi bem.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Deixe-me só terminar.

A verdade é que tendo em conta uma oferta de 10,5 €, a pergunta que coloco é se estava aqui para fazer dinheiro, então, porque é que chumbou? Porque é que votou contra a OPA?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A proposta que a PT fazia aos seus acionistas era melhor. A proposta que a PT fazia aos seus acionistas, de *spin-off*, da TVCabo — não me lembro agora de tudo — era melhor. É tão simples como isso.

Depois disso, tudo o resto são congeminações, Sr. Deputado. Esta é que é a verdade. Tenho para mim, e digo isso várias vezes — sei que o Sr.

Deputado do PSD também não acreditará nisto —, que o tempo que nós estivemos na Caixa Geral de Depósitos foi provavelmente o tempo em que menos intervenção exterior houve sobre as decisões da Caixa. É também uma convicção, mas eu sei o que aconteceu connosco.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Nós pensávamos nas decisões da Caixa... E isso pode ser avaliado pelos outros membros da Administração da Caixa que não tinham propriamente a ver com a minha origem partidária. Devo lembrar também que quando o Governo mexeu na Administração da Caixa reduziu-a de 11 para 9 e só substitui 3. Portanto, ficaram lá os 6 que estavam antes de eu chegar. Antes de eu chegar, estavam mais 6, e depois eu, o Dr. Carlos Santos Silva e o Dr. Francisco Bandeira. Passou de 11 para 9, a Administração eram 11 e ficou em 9, e desses 9 só foram alterados 3. Portanto, também havia ali uma pluralidade muito interessante, de opiniões, de proveniências. O Conselho de Administração da Caixa não era propriamente um Conselho de *yes mens* ou *yes womens*, digamos assim, as pessoas pensavam. Era difícil encontrar uma Administração mais «colorida», se me permitem a expressão, do que a que lá estava. Não tem havido tantas tão «coloridas» como aquela, não tem havido assim tantas...

Portanto, as decisões, até desse ponto de vista, eram sindicadas e acho que essa decisão da Caixa foi das poucas decisões que teve 1 ou 2 votos de abstenção, mas acho que foi muito porque, pelo menos num dos casos, a decisão de abstenção teve a ver com uma questão de princípio, que era que a Caixa não devia ter aplicações financeiras tão grandes, devia aplicar aquele dinheiro no negócio, no *core* da Caixa e não em participações financeiras. Não teve a ver com outra razão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Como o tempo vai terminando gostava de abordar questões de Vale do Lobo.

O Dr. Armando Vara já disse, foi uma decisão sua.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Minha? Quer dizer, eu coordenei a equipa que estava sob a minha direção, que dependia de mim, mas a decisão não foi minha. Não há decisões individuais. Não é que eu esteja a fugir a isso, não tem nada a ver com o caso, eu coordenei a equipa.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Enquanto responsável pela equipa, avalisou a decisão?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim. O negócio, ou, digamos, a proposta chegou a Conselho porque concordámos todos que aquilo era um projeto extremamente interessante para a Caixa. Diga-se o que se disser agora, é muito fácil falar depois do jogo.

Mas continuo a pensar que aquele projeto teve as dificuldades todas inerentes a uma imensa lista de projetos: Não há nenhum, ou, antes, só houve um *resort* no Algarve que conseguiu passar o período difícil sem grandes dificuldades porque não tinha crédito bancário, foi vendido a um grupo que não usou crédito bancário. Tudo o resto, tudo o que tinha crédito bancário faliu, ficou entregue aos bancos, está em condições piores, até, do que está Vale do Lobo. É que, como lhe disse, Vale do Lobo, apesar das dificuldades, ainda pagou cerca de 100 milhões à Caixa Geral de Depósitos, tem

imparidades agora, com o *dossier*, de cento e não sei quantos milhões, mas a minha convicção é de que vai recuperar, a Caixa pode recuperar aquele ativo e vendê-lo ainda por mais dinheiro do que o que lá meteu. Essa é a minha convicção também e espero que o tempo me dê razão. Espero que um dia ainda possamos voltar a falar sobre isto.

Desculpe, desculpe porque acabei por falar mais do que o que pretendia nesta fase. Estava o Sr. Deputado a fazer a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira (BE)**: — Quem é que lhe apresentou o projeto de Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — O projeto foi presente ao diretor da Caixa no Algarve, que, por sua vez, o transmitiu ao diretor central, que me falou nele, ainda numa fase de «será que devemos meter-nos nisto?» — o que não era anormal. Bom, o projeto era grande e, normalmente os diretores, numa situação destas, fazem uma primeira pesquisa interna: «Será que a Caixa ou os responsáveis da Caixa?... Muitas vezes, falam com o Risco, devem ter falado com Risco, também há uma pré-avaliação.

Confesso que, quando discuti isso — há outras teses sobre esta matéria mas não passam de teses, a verdade é esta —, entusiasmei-me logo com o projeto e vi entusiasmo em toda a gente no projeto. E quando começámos a olhar — como digo, ainda numa fase sem sequer falar com os promotores do projeto —, quando começámos a juntar informação e a ver o nível das garantias, a ver o potencial daquele negócio, decidimos avançar. E, com o avanço, com os passos que se foram seguindo, acabámos por concluir que era uma boa ideia tomar uma posição no capital da própria empresa. Tão simples!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Quem eram os promotores do projeto?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Os promotores do projeto são os que são conhecidos publicamente: era um profissional do setor, que trabalhava num outro projeto, no Algarve, e que tinha estado ligado a todo o projeto imobiliário do Sporting;...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Que é?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Como?

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Que é? Estava a perguntar o nome.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, chama-se Diogo Gaspar Ferreira, que, se não estou em erro, é ainda o CEO do *resort*; um outro era Rui Horta e Costa, que era um homem ligado à banca, há muitos anos, em vários bancos; e era um grupo liderado pelo Sr. Hélder Bataglia, na altura presidente da Escom, em Angola, que também é relativamente conhecido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Disse que se entusiasmou de imediato com o projeto. Queria agora saber quais eram as razões desse entusiasmo, na

verdade, porque pode haver várias. Era pelos promotores? É que capital parece que eles não tinham. Portanto, como é que o convenceram?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Entusiásmámo-nos com o projeto porque ele assentava que nem uma luva no projeto Líder, naquilo que nós pretendíamos para a Caixa, na região turística do Algarve.

Queríamos ter um projeto *prime*, tínhamos um programa, *Living in Portugal*, que precisava de um projeto *prime* para arrancar, mas não lhe vou dizer... Agora seria muito fácil dizer «não, eles não tiveram nada a ver com isso», mas não, nós confiávamos, eu e as pessoas com quem falámos, confiávamos naqueles promotores, porque um era um profissional do setor, o outro era um homem com vida na banca, a um nível elevado, e o que eu não conhecia...

A única pessoa com quem tive alguma relação antes disso foi com o Dr. Diogo Gaspar Ferreira, a propósito do Sporting — embora eu não seja sportinguista —, a propósito do projeto imobiliário do Sporting, quando era Ministro da Juventude e do Desporto, uma relação que deu para nos conhecermos, ainda que não fosse propriamente uma relação de grande proximidade, mas tinha boa opinião dele. O que apurei, ou o que apurámos, dos outros não era assim tão de fugir, pelo contrário. Quer dizer, havia um homem que sabia de gestão da banca e finança e havia um homem que, aparentemente, era da finança, não é? O presidente de uma grande companhia em Angola, com sólidos negócios. Portanto, não havia nenhuma razão para duvidar de que eles tinham capacidade para avançar com o projeto.

A questão dos capitais próprios é uma questão que já referi há pouco. Pode ter uma empresa que tem um grande capital social e só ter realizado uma parte. Foi o que eles pediram para fazer, ir realizando o capital social à

medida que se desenvolvia, o que não era nada de anormal. E não é anormal hoje, também.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Quanto é que a Caixa colocou neste negócio, através de 25% de participação na Vale do Lobo? E quanto é que a Caixa colocou em empréstimos?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Na altura, em empréstimos, 197 milhões, se não me falha a memória... 127 milhões e o que colocou, enquanto acionista, foram suprimentos, de cerca de 30 milhões, creio — estou a tentar encontrar aqui... —, pagos com uma taxa de juro de 6,7%.

Portanto, os suprimentos tiveram uma... foram... a razão era mesmo essa, não é? A entrada na participação no Vale do Lobo fez-se através de suprimentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — E estes promotores, tão reputados na banca, com um projeto tão atraente, colocaram quanto?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe?

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Os promotores colocaram quanto?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Eles colocaram, se não estou em erro, cerca de 10 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Queria só deixar uma última questão, ou duas talvez, que têm a ver com o seguinte: alguns destes promotores, inicialmente, pediram empréstimo ao BES para comprar um terreno de cerca de 8 ha. — Vale de Santo António —, por 120 000 €.

A Caixa voltou a comprar este terreno ou garantiu empréstimos para a compra deste terreno, por 60 milhões de euros, à sociedade *offshore* que foi constituída pelos mesmos, idóneos, promotores do projeto Vale do Lobo?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim.

A Caixa... a administração de Vale do Lobo, já depois de todo o processo estar constituído, propôs a compra desse terreno a que se refere, que terá sido comprado não por 120 000 €, mas por 15 milhões de euros, com um empréstimo do BCP e do BES, por uma sociedade chamada *Easyview*, se não me falha a memória...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — É, é!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Foi uma decisão tomada pela administração de Vale do Lobo...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Que grande negócio!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — ... tomada pela administração de Vale do Lobo por 30 milhões. Aliás, 25 milhões, perdão.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — 25 ou 30?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe, já vejo isso com mais rigor.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, aguardemos que o Sr. Dr. Armando Vara possa consultar.

Aguardemos, serenamente. O Sr. Doutor tem aqui os papéis para consultar.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Seria bom que levássemos as coisas mais a sério.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas foi por 120 que compraram ou não?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Já vamos ver.

Desculpe, não estou ligado a este *dossier* há 10 anos e não tenho de ter tudo na cabeça.

O Sr. **Presidente**: — Vamos deixar o Sr. Doutor consultar os papéis. É que a pergunta é muito concreta e, como o Sr. Doutor tem a informação com ele, beneficiamos todos por esperarmos uns segundos, que aproveito para informar que tenho indicação de todos os grupos parlamentares da existência de uma segunda ronda. Estou a ser abusivo ou estou a ser claro? Pelos vossos sinais já percebi que será mais ou menos isto.

Por isso, Sr. Doutor, quando estiver em condições...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — O projeto foi adquirido... quem o vendeu foi por 15 milhões de euros, financiados pelo acionista e pelo BES, e nunca pela CGD. A CGD não teve nada a ver com isto.

É um projeto que vinha de antes, que vinha de antes da existência de qualquer contacto entre o promotor e a CGD e, como digo, já depois — isto terá acontecido em 2007 —, a administração de Vale do Lobo, onde também estava presente um representante nomeado pela Caixa, decidiu comprar esse terreno, que era uma espécie de enclave no meio de Vale do Lobo.

Quer dizer, foi comprado... Não sei se foi comprado por causa disso. Tudo isto existia antes disso tudo. Mas foi comprado por 15 milhões sem ter nenhum tipo de projeto aprovado.

Um ano ou um ano e meio depois, já com um projeto aprovado, a administração de Vale do Lobo decidiu adquirir o projeto, desde que não se pagasse mais de 25 milhões por ele, o que pareceu acertado à administração de Vale do Lobo. Isto não foi uma decisão da Caixa, foi uma decisão de Vale do Lobo. Ao que nos foi dito, este projeto valorizava ainda mais o projeto Vale do Lobo no seu conjunto, o que também é fácil de compreender, porque eram mais 119 unidades para venda. Repito, eram mais 119 unidades para venda.

Portanto, a Caixa comprou aquele projeto por 25 milhões e aprovou, posteriormente, um financiamento para desenvolver o projeto, de 34 milhões, que nunca chegou a ser executado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desses 34 milhões, ainda foram entregues ao promotor 4 milhões para começar as obras, mas depois o processo parou porque aconteceu o que aconteceu.

Portanto, uma coisa é eles terem comprado por 15, conseguirem aprovar os projetos todos antes disto acontecer, antes de a Caixa ter alguma coisa a ver com o *dossier*, e depois venderem a Vale do Lobo já com projeto aprovado, mais 119 unidades, por 25 milhões...

A informação que nos chegou para decisão era uma informação que propunha a compra. Portanto, da direção que tomou conta do *dossier*, a informação era no sentido de comprar. Também comprando, é evidente que, sendo tudo Vale do Lobo, a partir dali, o que havia a fazer era financiar o desenvolvimento do projeto.

Não vejo o que é que isto tem de estranho, no conjunto da decisão.

Dirão: «bom, é que a partir do momento em que a Caixa decide a tomar uma participação do projeto, envolver-se no projeto sozinha, não fazia sentido não apoiar este projeto» É que a Caixa também queria que o se passava em termos de produção fosse associado ao nome da Caixa, designadamente o *master* de ténis que lá se realizava anualmente, e que aquilo pudesse ser um instrumento de promoção e de vendas de produtos da Caixa Geral de Depósitos, e abrimos aí, a seguir, uma agência.

A mim, quando mo apresentaram, pareceu-me fazer todo o sentido, e foi aprovado pelas instâncias também competentes da Caixa: o Risco pronunciou-se; o crédito pronunciou-se, ...

O Sr. **Presidente**: — O Risco?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Já referi o Risco. Os jurídicos pronunciaram-se e o Conselho aprovou — todo!

Nas alturas em que há um aumento de exposição, é sempre o Conselho Alargado que tem de apoiar, que tem de aprovar, não é o Conselho restrito.

A partir do momento em que uma empresa tem um limite de exposição superior a 50 milhões, qualquer milhão que adicione é sempre o Conselho Alargado de Crédito a aprovar.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, dar início à segunda ronda.

Tenho a inscrição do CDS, do Bloco de Esquerda e do PSD. O Partido Comunista Português e o Partido Socialista não fazem segunda ronda. Seguindo a ordem, terá prioridade o CDS.

Peço ao Sr. Deputado Miguel Tiago que me substitua durante dois minutos.

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Miguel Tiago): — Informo que, nesta segunda ronda, os minutos são contados de seguida.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Armando Vara, agora a contagem de tempos é seguida e, portanto, as questões têm de ser colocadas de outra maneira.

Na primeira ronda, o Sr. Doutor foi respondendo sempre e respondeu que não houve interferência política. Portanto, este período é avaliado no âmbito da competência e da responsabilidade pessoal de quem exerceu funções, para o bem e para o mal, e isso é assumido, desde logo, pelo Sr. Doutor.

Acho que, nesse domínio, a maneira como falou agora do projeto de Vale do Lobo é muito característica do período, porque pode não ter havido influência política — segundo o Sr. Doutor não houve —, mas, de facto, estes entusiasmos eram contagiosos. Isto porque se dava o caso de a Caixa

se entusiasmar exatamente com os mesmos projetos com que o Governo também se entusiasmava, portanto, era uma espécie de entusiasmo por osmose. O Governo entusiasmava-se, o Primeiro-Ministro ia colocar a primeira pedra e a Caixa financiava. Nada disto, nenhuma destas coisas tinha a ver com as outras, como é evidente, mas era um entusiasmo que era partilhado.

Acontece que o resultado do entusiasmo não foi o melhor e não há AIG que valha ao descalabro de tanto entusiasmo. Não há crise do *subprime*, desculpe, que valha a tanto entusiasmo.

Aquilo de que estava a falar o Sr. Deputado Moisés Ferreira agora é muito paradigmático do que aconteceu. O Sr. Doutor diz: «Eles compraram, eles venderam». Sr. Doutor, «eles» eram todos os mesmos?

Quem vendeu com uma mais-valia substancial foi um acionista de quem comprou! Vendeu através de um *offshore*, comprou com esse *offshore* e arranjou o projeto da Câmara num ano para vender a si próprio com uma mais-valia financiada pela Caixa Geral de Depósitos.

Então, podemos dizer «eles venderam e eles compraram», sem perceber que «eles» são todos os mesmos? Podemos acreditar, em relação a «eles», credíveis gestores de que o Sr. Doutor fala, que, azar dos azares, anos depois, não só os projetos acumulam imparidades como os seus responsáveis respondem por uma série de questões que, não cabendo aqui analisar, são comuns a todos e a estes empreendimentos? Isso foi também um azar ou uma coincidência?

Não é o caso só de Vale do Lobo, porque bem perto, noutra caso, a Caixa Geral de Depósitos, no mesmo período, quando o Sr. Doutor era administrador, financiou o empreendimento *The Keys*, da Quinta do Lago, que era de três *offshore* das SLN (Sociedade Lusa de Negócios). Portanto, aí, também, não passou pela cabeça da Caixa que três *offshore* da SLN, meses antes de acontecer o que aconteceu ao BPN, tivessem qualquer

problema. Não passou pela cabeça que Vale do Lobo tivesse administradores altamente credíveis que viessem a ter problemas.

O Sr. Doutor, segundo a sua grelha, fala, depois, de lucros, mas já lhe ocorreu deduzir aos lucros desses anos as imparidades correspondentes? Pedia-lhe que fizesse esses exercícios, a bem da transparência. O Sr. Doutor tem todo o direito de falar dos lucros, todo. Ninguém lhe tira o direito de falar dos lucros dos anos em que teve responsabilidade na Administração da Caixa. Da mesma forma que tem, coerentemente, a responsabilidade de falar sobre as imparidades apuradas relativamente a esses mesmos anos. Aí, para o bem e para o mal, para aquilo que era a conjuntura económica positiva, enquanto geriu, e para aquilo que veio a ser a conjuntura económica negativa dos projetos que, entretanto, financiou, há obviamente um deve e um haver que deve ser analisado em conjunto.

Ainda sobre a PT, a informação que temos é que quando se realizou a Assembleia Geral da PT o Sr. Doutor já não tinha o pelouro das participações financeiras. Esse pelouro das participações financeiras, à data, já era do Dr. Carlos Santos Ferreira. Foi o Dr. Carlos Santos Ferreira que lhe pediu para representar a Caixa nessa Assembleia-Geral? Por que é que foi o Sr. Doutor que representou a Caixa nessa Assembleia-Geral?

Por outro lado, também a bem do rigor, da mesma maneira que é preciso deduzir as imparidades aos lucros para termos uma noção do verdadeiro impacto da gestão daqueles anos, o Sr. Doutor diz que os 10,5 € oferecidos pela Sonae não foram aceites porque era menos do que a PT oferecia. Então, pergunto-lhe quanto é que a PT oferecia. Qual foi o valor considerado? Isto porque para fazer uma comparação tem de haver um valor, não pode ser uma coisa abstrata. O valor da Sonae era concreto, 10,5 €. Qual era o valor da PT para que o racional da Caixa tenha sido exclusivamente financeiro, como nos é dito, e, daí, para poder explicar a questão?

Portanto, eram estas as questões que tinha para lhe colocar.

Com toda a frontalidade, o Sr. Doutor seguiu o caminho, que é totalmente legítimo, de dizer que não houve interferências políticas, logo, esse caminho leva-o, também, em coerência, a responder, do ponto de vista da competência e da responsabilidade pessoal, por estas questões.

Volto a lembrá-las: Vale do Lobo, os mesmos a venderem um terreno que tinham comprado com mais-valias financiadas pela Caixa; Quinta do Lago, *offshore* da SLN; PT, já não era pelouro seu, qual era o valor que comparava entre os 10,5 € oferecidos pela SONAE e aquilo que o Sr. Doutor diz que a PT oferecia; por fim, deduzir as imparidades aos lucros dos mesmos anos que aqui nos apresentou.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora passar para...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Presidente**: — Se não estou em erro, as perguntas são todas feitas em bloco.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Preferia, apesar de tudo, se pudesse... Procurarei ser sintético, preferia responder já, senão fica aqui uma...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é assim. Só na última ronda é que é em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, a compra não foi feita através de *offshore*. Peço desculpa, mas a *Easyview* não é uma *offshore* é uma SA portuguesa, não tem nada de *offshore*.

Já vi isso aí nos jornais. Alguém se lembrou disso, mas não é. Fiz essa pergunta...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Gostava de ter os documentos.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sim, com certeza. Mas não posso... Não vou ser eu.

Não é uma *offshore*! Tenho essa informação como segura e também perguntei: *Offshore*? Não sabia disso e teria sabido, portanto perguntei. Não, não é *offshore*, é uma sociedade portuguesa.

Em segundo lugar, sobre as *offshore* da SLN na Quinta do Lago, devo dizer-lhe que não sabia desse dossiê. Isso foi, ao que suponho, na banca de investimento ou nas grandes empresas.

Não digo que... Quer dizer, não tive nada a ver com ele, não me lembro desse dossiê. Na verdade, não passou por mim; não quero com isto dizer que houvesse algum problema adicional que tenha sido mal estudado, mal decidido. Não é isso.

Não sei se parece que são *offshore*, não vou dizer o contrário. Mas trataremos disto tudo no final.

Depois diz-me que as imparidades dos anos... Vou falar nisso a seguir.

Em relação à representação da CGD, eu já não tinha o pelouro das...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi a informação que nos foi dada...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe, tive o pelouro das participações até sair da Caixa.

Era administrador não executivo, claro, da PT e sentei-me na mesa com os restantes administradores e estando lá eu, a Direção de Participações disse: «Não é preciso ir lá mais ninguém, o senhor pode votar». Foi por essa razão que votei eu. Não é razão nenhuma.

Já lhe disse que a decisão foi tomada em Conselho de Administração e quando lhe digo que a proposta que a PT fez era melhor, é porque os acionistas consideraram que o valor das ações com que ficavam da PT Multimédia, mais uma distribuição de dividendos adicional, mais as ações da PT, esse conjunto, era maior.

Mas, repito-lhe, o que foi essencial na recomendação de não aprovar a OPA foi não ter atingido o valor que as consultoras da PT propunham como valor razoável ou obrigatório para a administração votar contra. Não teve... Pode ponderar as duas questões, mas a essencial foi essa: eles não atingiram o valor que se considerava razoável por aquele ativo.

Depois, o Sr. Deputado diz: «Não há crise de *subprime*...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não disse isso.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, desculpe, caramba!

Acho que é impossível. Então, quer dizer, o que aconteceu com Vale do Lobo...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é isso. Quero que explique...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — O senhor diz que não há crise de *subprime* que dê cabo disto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Isto serve para as imparidades como serve para o resto.

Há um modo de ver essas coisas e não podemos olhar para algo que atrapalhou o mundo de tal maneira que ainda não estamos completamente recuperados disso como se não se tivesse existido. Desculpe! Não é possível!

Não acho, quer dizer... Depois diz-me: agora tudo olha... É que até por força disso há outras coisas em que estou envolvido. Quer dizer, o raciocínio é o mesmo! O raciocínio é o mesmo! Desculpe, o raciocínio é o de que não aconteceu nada no País, que aquilo foi uma decisão imposta pelo poder político, porque havia não sei quantos... Isso é tudo mentira! Isso é tudo mentira, Sr. Deputado.

Portanto, não posso olhar para isto sem alguma... sem me empolgar um pouco, porque é também a minha honorabilidade que está em causa quando sugerem que aquilo foi feito pretendendo alguma vantagem pessoal da aprovação daquilo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não disse nada disso.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não foi o Sr. Deputado que disse, mas referiu esse elemento *en passant*.

Portanto, não posso aceitar que se diga que 19 *resorts* que desapareceram ou que faliram não foi pelo *subprime*, que não houve problema nenhum, que era tudo independente, era tudo... Os bancos eram

todos incapazes. Estavam todos a trabalhar para afundar os bancos. Desculpe, mas não pode ser.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não respondeu às minhas perguntas concretas.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Respondi-lhe a coisas completas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Respondi. Não é possível, também... O senhor não tem nenhum documento que lhe diga...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas gostava de ter.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Pois, então, como é que me pede a mim para dizer isso?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque estive lá e tem os documentos.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não, desculpe, mas nessa altura não tinha imparidades. Quando lá estive, não tinha imparidades.

Vale do Lobo, por exemplo, no ano 2007, honrou todos os compromissos. Foi o melhor ano da história de Vale do Lobo! Tinham previsto vender 25 casas, venderam 50. Tiveram 30 milhões de resultado líquido em 2007.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Desculpe, mas alguma coisa fazia prever o que veio a seguir?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O défice do País nesse ano também foi o melhor de sempre!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O défice do País nesse ano também foi o melhor de sempre.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vamos entrar em diálogo.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Foi um ano bom! Pronto, foi um ano *vintage*, talvez!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação, não para pedir ao Sr. Dr. Armando Vara para responder às perguntas, com certeza que terá oportunidade disso nas outras respostas, uma vez não teve nesta, não é, mas para dizer que houve uma informação oficial que foi dada a esta Comissão que é contraditória com algo que o Sr. Dr. Armando Vara disse agora. Isso convém esclarecer.

O Dr. Carlos Santos Ferreira entregou um documento a esta Comissão sobre a distribuição de pelouros que, na sua página 9, tem a distribuição de pelouros feita em 2006, após a saída do Dr. Carlos Costa, e o Dr. Carlos

Santos Ferreira tem nos seus pelouros a Direção de Participações Financeiras. Não é o Dr. Armando Vara que a tem.

Mais: no depoimento do Dr. Carlos Santos Ferreira, ele diz: «Mas, nessa fase, sendo eu, a partir do verão de 2006, o titular da Direção de Participações Financeiras já posso estar mais à-vontade para lhe dizer...» E continua.

Portanto, em que ficamos? Tem razão o Dr. Santos Ferreira ou o Dr. Armando Vara? Quem é que era o responsável pelo pelouro da Direção de Participações Financeiras quando foi decidida a posição da Caixa em relação à OPA da Sonae sobre a PT?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Desculpe, Sr. Deputado, pode ajudar-me? Quando é que foi a decisão sobre a OPA na Assembleia-Geral da PT?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi no 2.º semestre de 2006.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Tenho quase a certeza absoluta, tenho a certeza absoluta de que tinha a tutela da Direção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não acho... Na minha cabeça...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Doutor não acha, mas isto é uma Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Armando Vara, Sr. Deputado João Almeida...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Na minha cabeça está...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tenho um documento que é da Comissão, não é meu...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sabe, às vezes, a memória engana-nos...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma interpelação, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Tenho quase a certeza...

O Sr. **Presidente**: — Vamos terminar a interpelação.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: —... que mantive essa Direção até ao final.

O Sr. **Presidente**: — Pela documentação entregue à Comissão Parlamentar pelo, então, Presidente da Caixa Geral de Depósitos, pelos vistos, não teve.

O tempo é o que é e já estão decorridos 10 anos... Ou, então, acumulava pelouros, não faço a mínima ideia também. Fica feita a interpelação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é o só o documento. O Dr. Carlos Santos Ferreira diz que era ele...

O Sr. **Presidente**: — Chamou a si essa responsabilidade...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não! Disse que era ele o titular do pelouro nessa data, razão pela qual se pergunta por que é que foi o Dr. Armando Vara que representou a Caixa.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Estava convencido de que era eu até ao final da...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era a pergunta! Estava convencido que era o Sr. Doutor e foi lá!...

Risos.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Nessa altura, era de certeza.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Dr. Armando Vara, de facto, vivemos aqui num enredo de algumas contradições, de alguns mistérios por deslindar. Este é mais um, no

fundo, é mais uma contradição entre os vários depoimentos que aqui temos tido e que, de facto, era importante esclarecer, mas, não creio que essa seja a questão maior.

Dr. Armando Vara, mais do que fazer perguntas, que lhe vou deixar algumas, vou tecer algumas considerações e fazer alguns comentários, o primeiro ainda a propósito do tal negócio daquele terreno que era um enclave no meio do projeto de Vale do Lobo.

Não deixa de ser caricato que, quando se analisou o projeto, não se percebesse, à partida, que havia ali um enclave que evidentemente foi adquirido — ninguém tem dúvidas disso, nem o Dr. Armando Vara —, como dizia o Deputado Moisés Ferreira, e bem, para ser vendido depois à Sociedade Vale do Lobo porque fazia falta ao projeto e quem o fez fê-lo na lógica da especulação imobiliária.

Não tenho nada a ver com isso, até gosto muito que as pessoas ganhem dinheiro, porque ele assim é melhor distribuído. Só me custa é quando isso acontece à custa dos outros e, neste caso, aconteceu também à custa da Caixa Geral de Depósitos. É que, sabe, Dr. Armando Vara, eles compraram e venderam com o dinheiro da Caixa Geral de Depósitos, e o Sr. Doutor diz: «Nós fizemos a análise e estava tudo bem, na lógica da concessão do financiamento», mas deixe-me dizer-lhe duas coisas.

A primeira é que a Caixa Geral de Depósitos tinha 25% em Vale do Lobo, tinha lá um administrador que podia estar a olhar para o que estava a ser feito e não estava a ver ou, se estava a ver, estava muito distraído, porque devia ter percebido que aquela compra tinha uma mais-valia num ano de mais de 10 milhões de euros para quem o tinha comprado e, portanto, é um mau negócio para a sociedade Vale do Lobo, é um mau negócio para a Caixa Geral de Depósitos, que era acionista de Vale do Lobo e é um grande negócio, repito, um grande negócio para os senhores que eram donos de Vale do Lobo e que tinham feito aquela compra a pensar nesse negócio.

E depois o Dr. Armando Vara ainda diz, com todo o descanso: «Nós depois ainda íamos lá por mais 35 milhões de euros para ajudar a desenvolver o projeto, mas só pudemos 4 milhões porque depois aquilo parou».

Quer dizer, não só financiaram a compra como ainda puseram dinheiro para construir as casinhas e eles ficaram com os 4 milhões; o projeto parou e quem paga é, hoje, cada um de nós com os seus impostos, porque é que isto está a acontecer.

Sabe, Dr. Armando Vara, é que há pouco, quando falava nos anos de glória da Caixa Geral de Depósitos, esqueceu-se de dizer uma coisa, que agora o Deputado João Almeida lhe pediu e que o Sr. Doutor, enfim, não tem os papéis, não conseguiu fazer essas contas: é que na banca as decisões que se tomam lá atrás pagam-se sempre lá à frente, como sabe. Aliás, é como na política, as decisões que se tomam no presente têm sempre repercussão no futuro.

De facto, em vez de o dizer com o mesmo sorriso nos lábios com que o Sr. Doutor o disse, eu vou dizer com o ar mais pesaroso possível: é que esses anos foram anos *vintage*, mas ao contrário, foram uns anos que propiciaram que Portugal, em 2011, chegasse à bancarrota a que chegou. E o Sr. Doutor pode abanar a cabeça a dizer que não mas foi assim na Caixa Geral de Depósitos como foi assim no País. O que lhe quero dizer é que os protagonistas eram sempre os mesmos e o Dr. Armando Vara vai permitir-me que lhe diga que também relativamente ao BCP há muito por explicar.

É que meia dúzia de acionistas do BCP, para reforçar a sua posição e para comprar mais capital, foram à Caixa Geral de Depósitos. Pediram-lhe dinheiro para comprar ações do BCP com «o pelo do cão». Eu compro ações, o senhor empresta-me dinheiro e estão aqui as ações como colateral, os senhores emprestaram.

O Sr. Doutor pode achar tudo muito normal, pode até dizer-me que na Assembleia Geral em que foi eleito e nomeado administrador do BCP o Sr.

Doutor foi eleito com tantos votos, mas com tantos votos que nem precisava dos votos dos senhores que compraram as ações do BCP. Mas vou-lhe dizer aquilo que acho e pedir-lhe um comentário.

Primeiro, pergunto-lhe se se sente confortável com toda esta história, se se sente confortável em ter saído da Caixa Geral de Depósitos para o BCP depois de terem financiado — e, ainda por cima, resultou num montante avultado de imparidades — a compra de ações dos investidores que votaram em si. O senhor era investidor da Caixa, empresta dinheiro para comprar ações e depois os mesmos votam em si para ser administrador do BCP.

Pergunto-lhe se se sente confortável, ao mesmo tempo que é administrador do BCP, com o recebe telefonemas de membros do Governo sobre problemas na Caixa Geral de Depósitos. E o Sr. Doutor diz: «O Estado tem de lá meter dinheiro», ainda que seja um projeto falido, através da Caixa.

Pergunto-lhe ainda se acha normal dizer — o Dr. Carlos Santos Ferreira diz a mesma coisa — que: «Nós fomos eleitos com um grande número de votos, não precisávamos daqueles votos para nada». Sr. Doutor, quando se entra no jogo a ganhar quatro a zero e quando se sabia, na altura, a luta de poder que havia pelo BCP — ninguém aqui é ingénuo e todos nós nos lembramos do que aconteceu no BCP à época e da luta de poder que havia pelo BCP —, pergunto-lhe, com muita franqueza, se não considera que entrar no jogo a ganhar três a zero não era um jogo que já estava viciado à partida?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, isto é mais do mesmo, é chover no molhado, como se costuma dizer, porque o Sr. Deputado continua a achar que Vale do Lobo foi um mau negócio, bem como alguns dos seus colegas, porque dir-me-ão que os

números estão lá e eu digo que os ativos estão lá. Os ativos valiam 170% do total do empréstimo que foi concedido. Os ativos não desapareceram, tiveram uma desvalorização. Houve um problema de liquidez, houve uma crise imensa no mundo inteiro. As pessoas deixaram de comprar segunda habitação e aquele negócio, que estava vocacionado para um determinado *target*, chamemos-lhe assim, caiu, mas caiu momentaneamente.

É por isso que eu disse, logo no início: «A última coisa que espero é que agora os novos responsáveis por estes *dossiers* na Caixa não deixem passar para um banco qualquer», porque não tem de ir tudo para um banco mau. Se houver um banco mau vão poder escolher os ativos que querem passar para lá. Este é um daqueles que seguramente dará o retorno que se esperou na altura. Este, seguramente, dará esse retorno.

Portanto, considero que houve um percalço, mas daí até considerar que foi um mau negócio para Vale do Lobo, não posso aceitar isso — repito, não posso aceitar isso. Todos os bancos, em todos os momentos, têm problemas de crédito. Há créditos que, por qualquer razão, não chegam ao fim, geram imparidades que não eram esperadas. É a vida de quem trabalha na banca!

Não sei se o Sr. Deputado alguma vez teve essa experiência, mas eu sei o quanto custa às pessoas que trabalham na banca — a qualquer gerente de um balcão do BCP ou da Caixa Geral de Depósitos —, sei como as pessoas ficam quando um crédito em que se envolveram não deu certo. Isso é terrível, porque também o afeta do ponto de vista dos seus rendimentos, porque o malparado também conta para efeitos de prémios, para diminuição de remuneração. Portanto, toda a gente se envolve o melhor que sabe e o melhor que pode para que a coisa dê certo.

Eu não aceito essa ideia de que isto foi feito porque alguém pressionou para o fazer. No fundo, é o que está subjacente a isto tudo. Não aceito isso. E também não posso aceitar — volto a repetir — que se esqueça um período da História do Mundo como não tendo acontecido em Portugal ou que se

trate esse período como não tendo acontecido cá. Isso permite todo o tipo de discurso. Quer dizer, a partir daí tudo foi mal feito, tudo foi lesivo do interesse público, etc. Esse é um discurso que nos deixa mal a todos, Sr. Deputado, e deixá-lo-á mal a si também — digo-lhe com toda a franqueza — porque temos de ter também, do ponto de vista intelectual, capacidade para olhar para as coisas como elas são.

Começando logo pela segunda pergunta sobre o do terreno que, entretanto, foi comprado,...

O Sr. **Presidente**: — O enclave.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — ... o tal enclave, direi que ele tinha de ter acesso. O Sr. Deputado diz, como dizia o seu colega e Sr. Deputado do CDS: «Bom, este processo foi começado anos antes, porque já sabiam que iam comprar aquilo».

Sr. Deputado, o processo de venda de Vale do Lobo foi um processo relativamente rápido, de nove meses, talvez, porque o dono e vendedor começou por pedir 400 milhões e esteve para o vender, pelo mesmo preço que vendeu aos promotores que entretanto apareceram, a uma outra empresa, que, por ter sido objeto de uma OPA, não comprou, que era uma empresa MDC (Multi Development Corporation), se não me falha a memória, o que, portanto, tornaria impossível saber o resultado final.

O Sr. Deputado pode dizer: «Eles compraram sabendo que aquilo estava lá no meio e, mais tarde ou mais cedo, quem ficasse com Vale do Lobo tinha de comprar». Eu até posso admitir isso. Na verdade, eu não tinha conhecimento de que um dos acionistas de Vale do Lobo tinha 10% — repare, ele tinha 10% — nessa *Easyview*, portanto, ele não era o dono daquilo tudo. Os acionistas não eram os mesmos de Vale do Lobo, era só ele, só um, e tinha apenas 10%, o CEO de Vale do Lobo,...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Diogo Gaspar Ferreira.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — ... o Diogo Gaspar Ferreira. Peço desculpa, talvez devido a algum cansaço, começa a falhar-me a memória.

A relação com Vale do Lobo era de 10% da sociedade. Caramba, Sr. Deputado, acha que isso é razão suficiente para que uma sociedade que tem interesse naquele terreno deixe de comprar o terreno?!

Quando aquilo foi presente à Administração, à direção, às várias instâncias da Caixa, eu olhei para aquilo como: «Isto é um bom negócio para Vale do Lobo». E o senhor diz: e ainda financiaram? Com certeza que, ao comprar aquilo, era Vale do Lobo que ia desenvolver, a Caixa tinha 25% e, portanto, o normal era a Caixa financiar. Ou íamos pedir a alguém de fora que financiasse quando nós não queríamos outros bancos naquele projeto, queríamos publicitar aquilo como sendo um projeto Caixa e fazer daquilo um exemplo da Caixa?!

Correu mal?! Ó Sr. Deputado, às vezes olho para trás e penso que há coisas que me correram mal mas ao menos tentei, ao menos estive lá e procurei fazer coisas, procurei realizar, procurei agir. Não estou nos cargos que ocupei sem estar, nunca estive neles sem estar, como vejo fazer algumas pessoas, que estão sem estar, não se comprometem com nada. Quando acredito nas coisas vou até ao fim para que elas andem em frente e deem resultados.

E é por isso que há uma diferença também nos resultados da Caixa nos anos em que lá estivemos em relação aos outros. Não estou a dizer que os outros não trabalhassem, não estou a dizer isso, nunca. Eu vi pessoas muito dedicadas, mas há formas diferentes de olhar para as coisas.

Depois, o Sr. Deputado pergunta se me sentia confortável como administrador do BCP. Eu sentia-me muito confortável no BCP. Nós fomos recebidos no BCP, a nova equipa do BCP foi recebida, desculpe, quase como os salvadores do BCP. O senhor lembra-se do que era na altura e do que existia no BCP e o que passou a existir? Voltou a haver guerras, chatices, dissensões? Não, nós conseguimos pegar no banco, dar-lhe um rumo, mobilizar os quadros do banco, todos, mobilizar toda a estrutura humana e conseguimos manter um nível de negócio sem perdas, que é uma coisa notável no estado em que o banco estava em termos de direção. É uma coisa notável.

Nessa passagem para o BCP senti também um grande desafio e foi isso que fez com que eu fosse para o BCP, contrariamente ao que se diz, que foi um golpe do Governo para tomar conta do banco — mentira!

A História há de fazer-se em relação a isso também e não senti nenhum desconforto porque não só a Caixa já fazia isso, já tinha financiado a compra de ações do BCP antes de nós lá estarmos, não só isso não era ilegal, como era prática da banca em geral fazer esse tipo de financiamentos. O que aconteceu depois não foi por causa disso, aconteceu porque tinha de acontecer.

Se me pergunta assim: se eu adivinhasse que alguma vez alguém me convocaria ou me poria o desafio de ir para o BCP, se eu não teria olhado para aqueles créditos de outra maneira? Teria. Sr. Deputado, se eu alguma vez imaginasse que a minha vida, dali a dois anos, um ano e meio, seria transferida para o BCP, provavelmente eu diria:...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não emprestava?! Ó Sr. Doutor, faria o contrário do que tinha sido para o BCP, que é a mesma coisa, já viu? Que conversa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — O que é isso?!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Quero uma 3.^a ronda!

O Sr. **Presidente**: — Primeiro, vamos continuar com a 2.^a ronda.

Sr. Deputado Moisés Ferreira, faça favor.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Exato, Sr. Presidente, não vamos queimar etapas.

Sr. Presidente, Dr. Armando Vara, quero ainda colocar-lhe algumas questões e gostava que nos pudesse referir, simplificada, passo a passo, este negócio do terreno do Vale de Santo António, porque aquilo que sabemos é que terá sido inicialmente adquirido por 120 000 € por uma *Easyview*, que era detida, em parte, por Diogo Gaspar Ferreira, que, curiosamente, foi depois um dos promotores que chegou perto da Caixa e disse: «Tenho ali um bom projeto mas precisava de financiamento».

Depois, este mesmo Diogo Gaspar Ferreira, juntamente com Rui Horta e Costa, Luís Horta e Costa, Pedro Neto e Hélder Bataglia — a maior parte deles homens da ESCOM e do GES — formaram a Turpart e um veículo que seria a Resortpart e creio que será com este veículo que depois compram o Vale de Santo António, com dinheiro que vem da Caixa Geral de Depósitos, através de um empréstimo. Há pouco, pelo que deduzi das suas palavras, há aqui uma valorização de 120 000 para 15 milhões de euros. E depois ainda há uma valorização adicional para 25 milhões de euros.

Gostava que pudesse explicar isto melhor, porque, realmente, aquilo que muitas vezes vemos, infelizmente — e espero que seja a exceção —, é a Caixa a dar capital a capitalistas falidos e, basicamente, a transferir dinheiro

e riqueza para pessoas que, não percebemos muito bem porquê, merecem esta idoneidade e esta atribuição de créditos, esta concessão de créditos.

Por isso, gostava que pudesse explicar o porquê. Por que é que há pessoas que formaram fortunas com um ativo, um terreno, comprando com dinheiro que era emprestado pela Caixa Geral de Depósitos e que hoje continua em dívida à Caixa Geral de Depósitos? Gostava de perceber o racional disto. Quer dizer, se era um racional favorecer estas pessoas, está errado mas é um racional, mas não ter racional nenhum acho que ainda é pior. Gostava que me pudesse explicar qual era o racional disto.

Outra questão tem a ver, efetivamente, com o BCP. Mais uma vez, e não seria a primeira, a Caixa Geral de Depósitos comportou-se como uma espécie de caixa-forte do BCP — infelizmente, porque não tem nada que estar a financiar o BCP ou outro banco qualquer. Mais foi assim que fez, ou seja, participou ativamente na guerra pelo poder no BCP, diga-se o que se disser, esteve a financiar acionistas para reforçarem a sua posição e esteve a financiar outros que ganharam posição no BCP.

Aliás, gostava de lhe perguntar o seguinte: Eureka, Teixeira Duarte, Tedal, Sonangol, EDP, Energy Finance, Pluvia, Jedburg, Investifino, Sogema, Fundação Berardo, Metalgest, foram estes ou não os proponentes da candidatura de que o Dr. Armando Vara fez parte, juntamente com Carlos Santos Ferreira? E quantos destes é que recorreram a empréstimos da Caixa Geral de Depósitos para reforçar a sua posição e, depois, se tornaram proponentes desta candidatura? Enfim, coincidências, certamente, não sei...

Gostava também de saber qual foi o prejuízo para a Caixa Geral de Depósitos destes empréstimos que foram concedidos. O Dr. Armando Vara pode dizer: «Bem, era uma prática que toda a banca fazia...», etc., mas isso não desculpa. Não desculpa porque, realmente, a Caixa Geral de Depósitos deve ter uma atuação diferente da outra banca.

Mas, mesmo que considerássemos isso normal, no pensamento da Administração da altura, isso não explica porque é que, no final de 2007, quando já se percebia que estes empréstimos, que eram garantidos apenas pelas próprias ações, estavam a abrir um buraco enorme, dado que as ações estavam a desvalorizar a uma velocidade estonteante, não foram exigidas garantias adicionais a estas pessoas.

As ações do BCP transacionavam, a 30 de junho de 2007, a 4,14 €, a média do segundo trimestre era de 3,30 € e, no final de 2007, estava a 2,92€. É uma desvalorização brutal! E não foram pedidas garantias nenhuma àquelas pessoas a quem foram concedidos centenas de milhões de euros para comprarem ações do BCP.

Já agora, para terminar, gostava de lhe perguntar qual era o projeto que o Dr. Armando Vara e o Dr. Carlos Santos Ferreira tinham para o BCP e o porquê de querer passar da Caixa Geral de Depósitos para o BCP. Enfim, este pode ser o País das coincidências, mas, mais uma vez, queria perguntar-lhe se houve mão ou decisão política nessa transferência — enfim, que foi uma espécie de transferência de inverno, porque foi no início do ano — da Caixa Geral de Depósitos para o BCP.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Dr. Armando Vara para responder às questões.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Quanto ao racional da compra do terreno de Vale do Lobo, já expliquei aqui que não se trata de... Quer dizer, essa ideia de que a Caixa estava a procurar favorecer alguém é uma ideia que não tem sentido.

O que sei desse negócio é aquilo que disse. A informação que tive foi que o terreno foi comprado por 25 milhões, perdão, por 15 milhões...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — À Easyview.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A Easyview comprou por 15 milhões, financiados pelos acionistas e pelo BES. A Caixa Geral de Depósitos não teve nada a ver com isso. Um ano e pouco depois, iniciaram a comercialização, porque entretanto aprovaram o projeto, assinando vários contratos-promessa do que se propunham construir. Mais tarde, foi proposta a sua compra pela administração de Vale do Lobo à CGD e o financiamento da compra por 25 milhões. A Caixa Geral de Depósitos aprovou essa proposta, comprando o terreno... Perdão, aprovou a compra do terreno para o acervo Vale do Lobo, digamos assim.

Visto assim, parece que, de repente, ganharam ali 10 milhões, não é? Sr. Deputado, eles fizeram um trabalho que muita gente fazia, e fazia só esse trabalho, que era o de comprar terrenos não urbanizados, conseguir aprovar, de acordo com os planos, esses projetos e fazer uma mais-valia razoável com isso. Isso não era crime! Isso não era crime, desculpe! Isso não era crime!

Acresce que eles sabiam que esse terreno era do interesse de Vale do Lobo, e era do interesse de Vale do Lobo porque não há enclaves, como sabe, têm todos de ter acessos. Portanto, Vale do Lobo, se não comprasse aquilo, tinha de garantir um acesso para aquele terreno, uma entrada e uma saída, pelo menos, e aquilo podia desconfigurar o projeto de Vale do Lobo.

Estou a dar-lhe conta das coisas que entretanto me chegaram sobre isso e de tudo o que foi visto acerca disso. Tudo ponderado, tudo pensado, achou-se que era um bom negócio para Vale do Lobo!

Bom, dir-me-á: «Mas Vale do Lobo, em si, foi um mau negócio.» Pois é, não podemos olhar para isto, por mais que a gente queira, sem olhar depois para o que aconteceu a seguir!

Agora pode não fazer sentido, mas na altura fazia todo o sentido, porque ninguém imaginava que, um ano depois, tínhamos o que tivemos, em termos de crise mundial. E, repare, se aquilo só acontecesse em Vale do Lobo... Mas é que aconteceu em todo o País! Mas se só acontecesse em todo o País, ainda vá lá... Mas aconteceu no mundo inteiro, Sr. Deputado! Como é que é possível continuarmos a ignorar isso?!

Desculpe, mas dou este assunto por encerrado. Podem fazer as perguntas que entenderem, procurarei responder, mas, para mim... Quer dizer, não vejo como é que é possível ir mais além nas explicações.

Depois, participou na guerra do BCP? A Caixa não participou na guerra do BCP, Sr. Deputado. Nunca se envolveu na guerra do BCP.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Oh!

O Sr. Dr. Armando António Martins Vara: — Pode fazer a leitura que entender.

Foram os acionistas que enumerou os que apoiaram a nossa candidatura? Acho que sim, parte deles, pelo menos, não tenho a certeza se foram todos. Mas foram outros mais, também, por exemplo, o outro setor também apoiou, com o Eng.º Jorge Jardim à frente. O Eng.º Jorge Jardim assinou a candidatura com todas as pessoas que eram acionistas do banco e que estavam a apoiá-lo. Vimos aquilo como um projeto de unidade no banco e, de facto, em pouco tempo, não digo que conseguimos acabar com os problemas que existiam entre acionistas, mas conseguimos que os acionistas estivessem unidos no apoio à administração, e isso era condição essencial para podermos andar. A forma como os acionistas votaram na eleição da administração foi a prova de que estávamos a fazer um trabalho certo, nesse sentido.

Agora, o Sr. Deputado pergunta-me: foram exigidas garantias adicionais? Foram exigidas garantias adicionais. Quando saímos, esse processo estava em marcha. Foram sempre exigidas garantias adicionais, nuns casos mais difíceis, noutros casos menos difíceis. Noutros casos, até, como o Dr. Santos Ferreira aqui disse, a Caixa estava já com o penhor das ações — não é? — e, em alguns casos, já a executar, por falta de aumento de colaterais.

Depois, este projeto, porquê? Mão política? Ó Sr. Deputado, vou ser-lhe franco, o Dr. Santos Ferreira chegou um dia à Caixa, depois de ter sido convocado para uma reunião que, se não estou em erro, se realizou na EDP, depois de o Banco de Portugal ter considerado que a Administração que tinha sido proposta não tinha condições para ir a votos. Os acionistas reuniram-se e, ao que me foi dito,...

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Doutor, preciso só de uma clarificação: está a falar daquela que era a candidatura do Filipe Pinhal?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Exatamente, o Banco de Portugal não a aceitou. Convocou uma reunião dos acionistas, não sei se para o Banco de Portugal, e aí comunicou que tinha acabado de comunicar à Administração que não podia ser e, portanto, os acionistas que se organizassem para apresentarem uma outra candidatura. Foram convocados os acionistas com participações relevantes, porque não podiam ser convocados todos, só os com participações acima de 2% ou acima de 1%, não tenho a certeza.

Quem esteve nessa reunião em representação da Caixa foi o Dr. Santos Ferreira. A reunião terá durado quase o dia todo; quando ele chegou à Caixa mandou-me chamar e fui ter com ele ao gabinete. Ele disse-me o que se tinha passado e que se iam reunir no dia seguinte, de novo, ou dois dias depois —

não tenho bem a certeza se foi no dia seguinte, mas terá sido muito rápido —, para tomarem uma decisão sobre a nova administração. Bem, e a conversa ficou por aqui, foi apenas uma coisa deste género. Vinha cansado...

No dia seguinte, a reunião realizou-se e, ao fim do dia... Peço desculpa, mas também é muito difícil eu saber se foi logo no dia seguinte ou se foi dois dias depois. Sei que, no final da reunião, ele disse-me que tinha havido uma proposta, alguém sugeriu que os acionistas escolhessem o Dr. Santos Ferreira para Presidente, que o indigitassem para ele constituir uma lista para apresentar aos acionistas.

E é assim que a coisa começa, ao que eu sei, ao que eu sei... O Dr. Santos Ferreira fala comigo e diz-me: «Acabo de aceitar um encargo, mas preciso que me acompanhes.» Fiquei a pensar... Foi tão simples como isto! Quer dizer...

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Ó meu Deus do céu!

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Pois é, está a ver? A história, afinal, é tão simples, não é? A história é tão simples.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — É de uma simplicidade avassaladora, não é?

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — A minha ida para o BCP foi isso, porque achei que aquilo era... Pensei no assunto, como é evidente, e achei que era um desafio que valia a pena. Achei que era um desafio que valia a pena.

A Sr.^a **Inês Domingos** (PSD): — Isto é inacreditável!

O Sr. **Presidente**: — Penso que só falta responder à questão sobre se a lista dos acionistas a que o Sr. Deputado fez menção recebeu apoio ou não e à questão do prejuízo, pelo que tomei nota.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Não tenho presente.

O Sr. **Presidente**: — Claro, é só para ficar a resposta registada, Sr. Doutor. Não estou a querer exigir-lhe que responda sobre o valor, mas é para ficar registado em ata. A pergunta foi feita, mas o Sr. Doutor não é obrigado a saber, neste momento, os registos dos prejuízos que existiram ou não, até porque quando eles foram calculados já nem lá estava.

Terminamos, assim, a segunda ronda.

Tenho a indicação de que os grupos parlamentares do Partido Social Democrata, do CDS e do Bloco de Esquerda querem fazer uma terceira ronda. Nesta ronda, as perguntas serão feitas todas em seguida e o Sr. Dr. Armando Vara dará uma resposta em bloco.

A ordem é a mesma e cada grupo parlamentar dispõe de 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Armando Vara, devo dizer que fiquei perplexo com uma afirmação que fez em resposta ao Sr. Deputado Moisés Ferreira, que é a de que a Caixa não participou na guerra do BCP.

Vou, por isso, fazer-lhe uma pergunta muito clara. O facto de o senhor ter ido para o BCP, para Administrador do BCP, apoiado por um conjunto de empresas com as quais o Dr. Santos Ferreira, futuro Presidente do BCP, admitiu ter reunido várias vezes antes dessa candidatura para a preparar e das quais recebeu o incentivo para ir para o BCP e para levar consigo o Sr. Dr. Armando Vara e o facto de a esmagadora maioria destes acionistas o ser na

proporção em que era porque a Caixa, onde estavam o Dr. Santos Ferreira e o Dr. Armando Vara, lhes emprestou dinheiro para comprarem essas ações é uma coincidência? Portanto, se a Caixa não interveio e não participou na guerra do BCP, tudo isto só pode ser uma coincidência! E o Sr. Doutor dirá se é ou se não é uma coincidência.

Depois, sobre coincidências, ainda, o facto de haver projetos que foram classificados como PIN por quem os classificava como tal, de o Primeiro-Ministro ter ido lançar a primeira pedra dos mesmo e ter dado o incentivo político aos mesmos e de a Caixa Geral de Depósitos os ter financiado também é coincidência? Como o Sr. Doutor nos disse que não houve interferência política, temos de concluir — e pergunto-lhe se assim é — que é coincidência. PIN, primeira pedra, financiamento da Caixa: não há relação entre nada, há uma enorme coincidência em vários desses projetos e há, depois, uma consequência também, que é a de terem corrido mal. Mas, pronto, isso é, como o Sr. Doutor diz...

Há pouco, não neguei o *subprime*, neguei foi que o *subprime* pudesse justificar tudo. Portanto, convém distinguir muito bem o que pode explicar e o que não pode explicar.

Sobre a PT, faço-lhe uma pergunta clara, que fiz há pouco. Se multiplicarmos o número de ações que a Caixa tinha à data por 10.5 €, que era aquilo que oferecia a Sonae, conseguimos ter o valor potencial da participação da Caixa na PT, caso aceitasse a OPA. O que lhe pergunto é qual foi o valor real da participação da Caixa na PT, não tendo aceitado. O que é que compara com estes 10.5 € multiplicados pelo número de ações que a Caixa tinha na altura? É uma questão muito clara e objetiva.

Outra questão é esta: admitindo que tinha corrido tudo bem — e o Sr. Doutor acha que, quando tomou as decisões sobre Vale do Lobo, podia ter corrido tudo bem —, incluindo Vale do Lobo, confortava-o o facto de ter passado pela Administração da Caixa Geral de Depósitos e o projeto

emblemático da sua Administração ter sido o financiamento de um *resort* de luxo?

E, Sr. Doutor, não faça essa cara, porque nós ouvimos aqui em todas as audições o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Partido Socialista, que é o seu partido, a fazer as maiores divagações sobre os moinhos de vento e os fantasmas que querem privatizar a Caixa Geral de Depósitos. O que temos aqui presente — e tenho de lhe dizer isto frontalmente — é um administrador da Caixa, militante do Partido Socialista, que, na sua gestão, teve como projeto emblemático um *resort* de luxo. Portanto, sobre isso, é muito interessante vermos, quando um militante do Partido Socialista tem oportunidade de ser administrador da Caixa, o que é que ele faz e qual é a coerência que tem com o que o Partido Socialista aqui defende para a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Isso é muito ignóbil!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por fim, volto à questão, também objetiva, dos lucros *versus* imparidades. Como é que compara os lucros de cada um dos três anos em que foi administrador com as imparidades que são atribuídas a cada um dos três anos em que foi administrador?

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, também por 3 minutos, o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Armando Vara, o que motiva esta minha última ronda de perguntas — e, de resto, há pouco, uma manifestação de indignação, da qual até me arrependo — foi a

forma como o Sr. Dr. Armando Vara terminou as respostas às minhas perguntas.

O Dr. Armando Vara dizia, com o ar mais cândido do mundo (e a expressão é minha, assumo-a), que se, de facto, soubesse que mais tarde iria para o BCP, teria olhado de outra forma para os créditos concedidos pela Caixa Geral de Depósitos àqueles acionistas.

Ora, o Sr. Dr. Armando Vara tinha uma solução, que era esta: uma vez que já tinha concedido os créditos, e sabia que os tinha concedido — e isso, hoje, pelos vistos, pesar-lhe-á, de alguma forma, na consciência, caso contrário não teria feito essa afirmação —, não aceitava ir para o BCP.

Só lhe digo isto com esta frontalidade por causa desta espécie de falso moralismo com que quis terminar as respostas às minhas perguntas — e estou a pesar o que estou a dizer e assumo todas as responsabilidades daquilo que lhe estou a dizer, porque também sou assim, também assumo com frontalidade as coisas que faço e que digo e quando estou nas coisas também gosto de deixar a minha marca.

Mas hoje quero aqui dizer-lhe que o Sr. Doutor prestou uma grande ajuda a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque, ainda por cima, carregou para os factos desta Comissão de Inquérito outra coisa extraordinária. O Sr. Doutor acabou de nos contar que o Dr. Santos Ferreira era Presidente da Caixa Geral de Depósitos e andava a reunir no BCP, a preparar uma lista alternativa para concorrer na assembleia geral com o apoio de gente a quem ele na Caixa Geral de Depósitos tinha concedido créditos para comprar ações do BCP para, depois, ter uma posição ainda mais determinante na assembleia geral.

O Sr. Doutor acha normal, acha idóneo, o senhor acha eticamente aceitável que o Presidente da Caixa Geral de Depósitos tenha andado, pelo menos durante uma semana — e o Sr. Doutor disse que não sabia se tinha sido um ou dois dias depois —, a reunir com protagonistas da guerra de poder

no BCP para encontrar uma solução para o BCP, quando ele era presidente do banco público, com todas as responsabilidades que isso acarreta, e, depois, com toda a naturalidade do mundo, chega à sua beira e diz «Dr. Armando Vara, eu sou a solução para o BCP e gostava muito que o senhor viesse comigo»?

Quero dizer-lhe, Sr. Doutor, que isto é, por um lado, extraordinário, por aquilo que a palavra encerra de nada normal, mas é sobretudo o exemplo claro de como a banca e o sistema financeiro foram geridos, em Portugal. E quero dizer-lhe que espero que nunca mais volte a acontecer neste País aquilo que aconteceu nessa época.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar a terceira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Moisés Ferreira.

O Sr. **Moisés Ferreira** (BE): — Sr. Presidente, quero colocar duas perguntas.

O Dr. Armando Vara diz que a intervenção da Caixa Geral de Depósitos no BCP não foi uma guerra. Então, restaria a hipótese de ter sido uma intervenção racional, comercial, tendo em conta o interesse da Caixa que achava que emprestar para a compra de ações poderia ter algum proveito para a Caixa.

Mas esse, na verdade, não foi o comportamento da Caixa, porque, logo no primeiro ano, estava a perder milhões com a desvalorização das ações que eram a garantia dos empréstimos e, mais uma vez, não foram exigidos reforços de garantia. Aliás, o relatório e contas de 2008 da Caixa começa a apontar esse problema — em 2008! E realmente mais à frente são feitos alguns reforços de garantias, mesmo assim insuficientes. Mas, no final de 2007, não é feito nenhum reforço de garantia.

E até lhe digo o seguinte: na última audição que aqui tivemos, com o Dr. Álvaro Barrigas do Nascimento, coloquei-lhe exatamente essa questão. Perguntei-lhe: «então, mas não era possível fazer um contrato em que se dissesse, por exemplo, que, se uma ação que está a garantir um empréstimo baixasse 20%, 30%, teria de haver um reforço automático de garantias?» E ele respondeu: «Era. Mas não era o que tinha sido feito». Portanto, isso não estava previsto nos empréstimos que a Caixa tinha concedido para adquirir ações do BCP.

Ora, se isto não é entrar na guerra, interesse comercial da Caixa também não é. Portanto, resta saber o que é, na verdade.

Gostava de questioná-lo sobre a reunião que nos contou que existiu no Banco de Portugal e que terá entronizado o Dr. Carlos Santos Ferreira como próximo Presidente do BCP. A informação que foi possível apurar, e ela é pública, é que essa reunião terá acontecido no dia 21 de dezembro de 2007, ou seja, muito próximo da apresentação das listas para o BCP.

O Dr. Filipe Pinhal aqui, no Parlamento, em 2008, salvo erro, disse que a culpa não tinha sido do Banco de Portugal, disse que tinha sido um grupo de acionistas muito bem organizado que, desde maio desse ano, preparava o assalto ao BCP. Portanto, a cronologia bate certo. É um pouco antes disso que começam a ser concedidos créditos em barda para aquisição de ações e reforço de posições.

Portanto, a questão era: a CGD fazia parte destes acionistas ou estava a ser utilizada e instrumentalizada por pessoas, indivíduos, que queriam ser a próxima administração do BCP?

Para terminar, o Dr. Armando Vara referiu que o Dr. Carlos Santos Ferreira chegou dessa reunião na sede da EDP e disse «aconteceu isto e aquilo» e que nessa reunião alguém teria sugerido o nome do Dr. Carlos Santos Ferreira. Quem é que sugeriu o nome do Dr. Carlos Santos Ferreira para Presidente do BCP?

O Sr. **Presidente**: — Para fechar esta terceira ronda, tem a palavra, para responder a todas estas questões, o Dr. Armando Vara. Peço ainda aos Srs. Deputados que acompanhem as respostas, no sentido de verificarem se ficam todas respondidas.

Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Armando António Martins Vara**: — Sr. Presidente, acho que há aqui duas ou três questões que são comuns, pelo que talvez possa responder-lhes em conjunto. Designadamente a questão sobre o andar a reunir com gente do BCP enquanto era presidente do banco, questão colocada pelo Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, e também, de alguma forma, pelo Sr. Deputado Moisés Ferreira, quando refere a reunião do Banco de Portugal que entronizou o Dr. Santos Ferreira, no dia 21 de dezembro.

Ora, essa reunião não entronizou o Dr. Santos Ferreira. Essa foi a reunião, tanto quanto sei, em que o Sr. Governador comunicou aos já acionistas de referência do BCP, convocados para esse efeito, que o Banco de Portugal não ia aceitar a lista que tinha sido apresentada pelo BCP, pelo que os acionistas deveriam organizar-se para encontrar uma solução alternativa.

Disse-lhe, há pouco, que não tenho a certeza do que é que aconteceu a seguir. Sei que houve uma reunião na EDP, não sei exatamente quando. Mas, repare, a reunião com o Banco de Portugal foi no dia 21 de dezembro e a reunião que elegeu a nova administração do BCP foi no dia 12 ou 18 de janeiro, isto é, passado menos de um mês.

Portanto, na reunião em que o Dr. Santos Ferreira foi convidado, ao que sei, quando alguém lançou o nome dele, ele saiu da reunião e não participou mais nela até que houvesse uma decisão. Ele foi chamado quando

houve uma decisão e disseram-lhe que ele tinha sido escolhido para desenvolver esse trabalho.

Ora, isto é muito diferente de andar a reunir com gente do BCP enquanto era Presidente ou de andar a financiar pessoas para participar numa guerra que levasse alguém a ser presidente do BCP.

Basta olhar para as datas em que isso aconteceu: entre 21 de dezembro e 12 ou 18 de janeiro (talvez 18 de janeiro) não passa nem um mês. Para preparar lista, recolher assinaturas, convocar...

Protestos do Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

Desculpe, a partir daí, eu já participei, já sei o que se passou. E eu não tenho conhecimento... Fica bem a algumas pessoas dizer que houve um grupo organizado de fora que tomou conta do poder. Dá jeito politicamente e também dá jeito internamente — tudo bem! Agora, isso é uma versão que não corresponde à realidade. E aquilo em que participei foi a partir do momento em que lhe disse. E foi tudo muito rápido. A partir desse momento, foi logo comunicado ao acionista Estado a nossa intenção de não sermos reconduzidos para um novo mandato.

Repare, não sei se íamos ser reconduzidos; sei que estávamos a terminar o mandato na Caixa em 31 de dezembro e que, portanto, ficávamos livres para tomar outras opções. Não vejo o que é que isso tem de condenável.

Relativamente à questão dos créditos, os créditos tinham colaterais. Repare, estou a falar-lhe de uma matéria que não passava pela minha área de coordenação. Por isso, não sei se todos os contratos tinham, ou não, uma norma que implicava que, a partir de certa baixa, era obrigatório aumentar os colaterais. Podiam não ter todos, porque alguns podiam vir de trás, terem

sido feitos antes. Mas, no tempo em que nós lá estávamos, essa norma existia.

De qualquer forma, não era necessário que existisse, porque a simples desvalorização do colateral obrigava o banco a agir e a dizer: «Faça favor venha cá e diga-nos o que pensa fazer para repor o valor do colateral». E isso foi feito com toda a gente, no tempo em que lá estivemos. Não lhes foi dito: «Tem de fazer isso amanhã, até às 9 horas da manhã». Foi-lhes dito: «Tem um prazo razoável para fazer isso».

Entretanto, eu saí do banco e não sei o que se passou a seguir. Mas isso que se fez na Caixa Geral de Depósitos, fez-se também no BCP quando lá chegámos, com várias decisões, designadamente aquela em que, a partir daquele momento, o banco nunca mais financiaria a aquisição de ações próprias com créditos do próprio banco.

Portanto, não vejo nenhuma decisão condenável nessa matéria. Pelo contrário, vejo exatamente o contrário, vejo todo um conjunto de decisões orientado para conseguir que os créditos em *default* pudessem ser resolvidos com um melhor e um maior número de colaterais e a proibição de mais decisões que não fossem nesse sentido.

Creio que falta responder à questão de eu ter dito que «se soubesse, teria olhado de outra maneira». Na verdade, referi aqui que essa não era uma área da minha coordenação, eu não acompanhava no dia a dia o que se passava em relação ao BCP como acompanhava as áreas que reportavam a mim, o que é normal. Tomava conhecimento destes assuntos quando eram discutidos em Conselho de Administração ou quando iam a Conselho de Crédito — mais até em Conselho de Crédito, quando as questões tinham a ver com crédito. E nunca me pareceu, nunca, que na estrutura do banco, na administração do banco, alguém falasse ou desse a perceber que havia uma estrutura coordenada para financiar o que quer que fosse com o objetivo de conseguir alguma coisa do banco. Isso nunca aconteceu.

Como tive oportunidade de dizer, não vejo nada de condenável na forma como o *dossier* foi tratado. Sempre ouvi dizer, depois, e é razoável também, que as pessoas se sentiram lesadas porque o Banco de Portugal não aceitou que elas continuassem à frente do banco e sempre as ouvi falar num grupo organizado para tomar conta do banco. Achei sempre que isso não tinha a ver connosco, que não dizia respeito à Caixa, porque a Caixa procurou ser sempre isenta nas assembleias gerais, na forma como olhou para o crédito, em todas as ações que tinham a ver com o BCP. Procurou ser sempre isenta e fui testemunha disso.

Cada um faz a leitura que entende, mas essa não é a leitura da realidade. Por muito que custe, não é a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Penso que as questões que foram colocadas foram respondidas. Por isso, mais de quatro horas depois de termos iniciado esta reunião, estamos em condições de a terminar.

Em jeito de desabafo, se me é permitido também, gostaria só de dizer que penso que tomámos uma excelente decisão no início desta reunião, que foi permitir mais tempo para podermos receber documentos que pedimos e que, com certeza, nos serão muito úteis nas próximas audições, como teriam sido úteis nas últimas audições.

Muito obrigado a todos. Boa noite e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 12 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO UDIOVISUAL.